

A CASA PARA UMA CIDADE INTENSA
Tipologia portuense na forma da cidade

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Departamento de Arquitetura da FCTUC
Sob a orientação do Professor Doutor Gonçalo Canto Moniz
João Manuel Monteiro Ferreira
2013/2014



AGRADECIMENTOS

- Ao Professor Doutor Gonçalo Canto Moniz pela disponibilidade, orientação e paciência.
- Aos Arquitetos pelas referências e disponibilidade.
- À minha família.
- Aos meus amigos.
- A todos que favoreceram a realização deste trabalho.

RESUMO

No processo de transformação urbana ocorrido no Porto, tal como em muitas das cidades europeias, a cidade apresenta um decréscimo gradual e constante da população. O abandono do centro histórico e o movimento de massas para as periferias, é resultado das diversas transformações, tanto económicas como culturais, como também da inadaptação das velhas tipologias aos novos modos de vida e exigências da sociedade. O êxodo que se assiste enfatiza o abandono dos edifícios, criando condições para um aumento dos edifícios devolutos e em ruína. Por outro lado, as novas formas de habitar exigem uma revisão das tipologias, em prol das crescentes exigências de conforto e funcionalidade, que hoje em dia apresentam um grande significado no projeto do espaço habitacional.

Numa era presenciada por uma sociedade globalizante do século XXI que vive das novas tecnologias tornando-se informatizada e comunicante, é caracterizada por dicotomias ambíguas entre o que é próximo e distante, o que é exterior e interior, o que é urbano ou doméstico, criando soluções confusas. Deste modo, torna-se necessário pensar a cidade e a habitação num sentido indissociável, refletindo os novos modos de habitar, perante as velhas tipologias e assim tentar responder ao ritmo alvoraçado do rápido desenvolvimento da sociedade atualmente.

O propósito desta dissertação, centrado no tema da habitação urbana e na relação desta com os novos programas, é demonstrar a permanência do edifício de habitação inserido no lote tradicional de uma matriz urbana medieval, identificando este como catalisador de vitalidade e regeneração da cidade do Porto.

A casa burguesa, tanto a do século XVIII/XIX, alta e estreita, como a do século XX, moradias individuais, foram e serão elemento importante na relação passado, presente e futuro, na dicotomia entre espaço doméstico e urbano, entre habitação e cidade. Assim é demonstrada a capacidade de adaptabilidade que estes edifícios tradicionais da cidade do porto apresentam através da elaboração de um estudo do conjunto dos dispositivos que a casa apresentou ao longo da sua história, aplicando conceitos como flexibilidade e versatilidade, temas sempre presentes na contemporaneidade.

Palavras-chave: Porto, centro, desertificação, reabilitação, projeto, intensidade/dinamismo.

ABSTRACT

In the process of urban transformation occurred in Porto, as in many European cities, the city presents a gradual and constant decline of population. The abandoning of the historical center and the mass movement to the peripheries is the result of the diverse transformations, whether economical or cultural, as well as the inadaptability of the old typologies to the new ways of living and demands of society. This observable exodus emphasizes the abandoning of buildings, creating conditions for a bigger number of derelict and ruined buildings. On another hand, the new housing forms demand a revision of typologies in favor of the increasing demands of comfort and functionalities that nowadays are considered a significant factor in the housing space projects.

In a time marked by a globalizing society of the 21st century, supported by new technologies, getting more “computerized” and communicating, it is characterized by ambiguous dichotomies between what is considered near or distant, exterior or interior, urban or domestic, thus creating confusing solutions. This way, it becomes necessary to think the city and the dwelling in an indissociable way, reflecting the new housing forms, against the old typologies and consequently try to respond to the enthusiastic rhythm of today’s quick development of society.

The purpose of this dissertation, focused on the theme of urban dwell and its relation with new habitation programs is to demonstrate the permanence of housing buildings inserted in the traditional block of a medieval urban matrix, identifying this as the catalyzer of vitality and regeneration of the city of Porto.

The bourgeoisie house style, whether from 18th/19th century, tall and narrow, or from 20th century, individual residences, were and will be an important element in the relationship of past, present and future, in the dichotomy between domestic and urban space, housing and city. In this manner, it shows the capacity for adaptability of these traditional buildings from the city of Porto through a study of the group of “dispositivos?” that the dwell has been through along its history, applying concepts such as flexibility and versatility, themes always present in contemporaneity.

Keywords: Porto, center, desertification, rehabilitation, project, intensity / dynamics.

ÍNDICE

Introdução.....	12
CAP. I - A Casa Burguesa.....	18
a. A cidade almadina e a casa – a cidade de loteamento coletivo.....	18
b. O habitar oitocentista e a casa – a tipologia e o cotidiano.....	36
c. A casa almadina como ponto de partida – do preexistente à inovação.....	54
CAP. II - A Casa Contemporânea.....	70
d. A casa moderna – o habitar modernista e a planta livre.....	74
i. Influências nas transformações da casa unifamiliar.....	78
ii. Importância dos dispositivos de circulação.....	92
iii. Promenade architecturale e simplificação do espaço interior.....	100
e. A transformação da casa burguesa e o regresso ao centro – flexibilidade e adaptabilidade.....	106
CAP. III – A Proposta – o regresso ao lote n.º255.....	124
f. Desenhos da construção inicial – o edifício do séc. XVIII/XIX.....	128
g. O projeto de reabilitação – o edifício para o séc. XXI.....	132
CAP. IV – Conclusão.....	162
Referências Bibliográficas.....	168
Fontes de imagens.....	176

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de desenvolvimento das cidades tem-se vindo a observar situações de êxodo da população do centro para a periferia, provocando assim a desertificação nestes centros. Este fenómeno verifica-se principalmente em ruas onde abundava o comércio e habitação, que hoje em dia carecem de vários elementos indispensáveis a um bom funcionamento, surgindo problemas como: habitações devolutas, população envelhecida, património edificado degradado, entre outros.

Este processo de degradação e desertificação que se tem vindo a observar, tem-se tentado inverter através de vários projetos de reabilitação, tanto públicos como privados, que visam a redensificação e requalificação do espaço urbano central. Surgiram assim, neste âmbito, vários projetos provenientes de diversas entidades que têm como objetivo estudar estes fenómenos e tentar invertê-los através da construção de práticas de reabilitação nos centros das cidades portuguesas.

O presente trabalho elaborado em torno de diversos assuntos acerca da cidade do Porto e da casa burguesa, tendo uma componente teórico-prática, fundamentou-se em várias obras que serviram de guias no estudo aqui apresentado. Uma principal, que acompanhou todo o processo de trabalho foi a obra de Francisco Barata Fernandes, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade* (Porto, FAUP publicações, 1999), fundamental para a motivação e estruturação do pensamento relativo às tipologias portuenses. Nas informações estudadas referentes ao primeiro capítulo e à casa burguesa oitocentista foram utilizadas as obras: de Nelson Mota, *Arquitectura do quotidiano: privado e público no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX* (Coimbra, Edarq, 2009) e de Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás 1758/1813* (Porto, FAUP publicações, 1989).

No Segundo capítulo o estudo abordou a tese de doutoramento de Rui Ramos, *A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX* (Porto, FAUP publicações, 2004), tal como algumas teses e artigos de antigos alunos da Faculdade de Arquitectura do Porto¹. Estas constituem assim as obras exploratórias utilizadas na elaboração do presente.

Objetivo / objeto de estudo: É necessário descobrir a cidade e a sua cidadania. No caso particular da cidade do Porto pretende-se analisar os aspetos tipo morfológicos da habitação burguesa, tentando perceber o seu abandono e criando conceitos de reabilitação, intervindo no edifício da rua do Almada de forma a contribuir para a mesma causa.

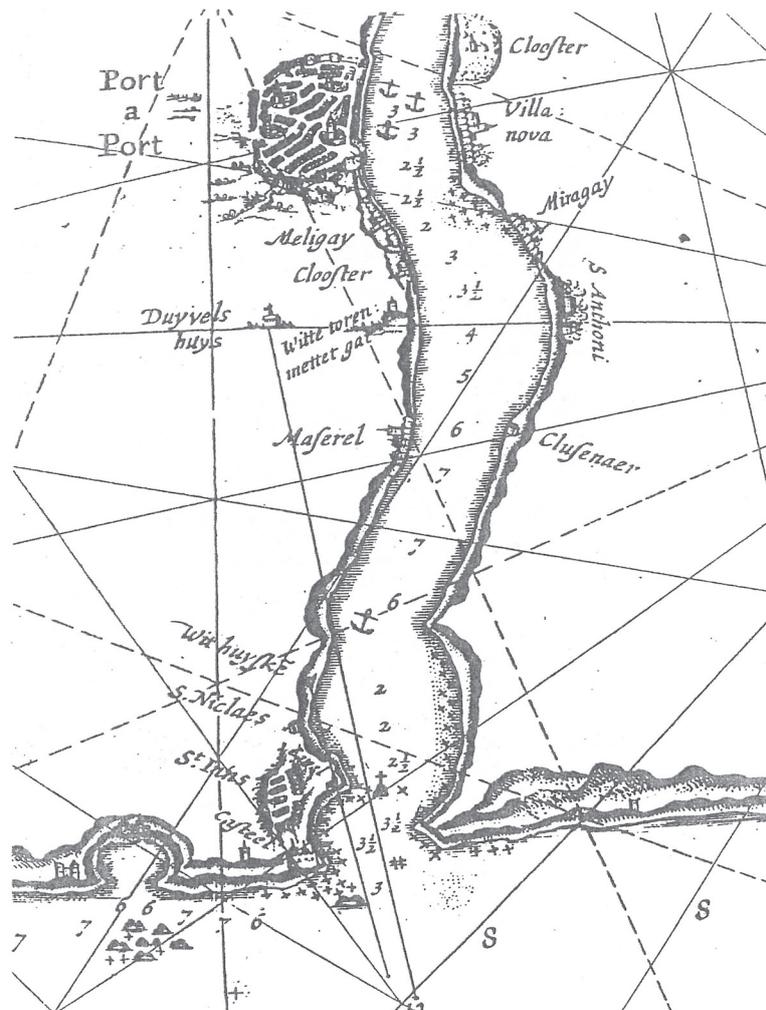
Descobrir o processo que articula a habitação, os equipamentos, os serviços e os espaços públicos, resolvendo as relações entre a população e a cidade, o seu quotidiano e os fenómenos pontuais como o turismo e eventos. Neste seguimento surge o objetivo de contrariar a tendência de desertificação que se faz sentir na Invicta através de uma análise dos edifícios e tipologias de habitação que existiram na história da cidade, passando pelas transformações da casa burguesa do séc. XX e terminando numa análise aos conceitos contemporâneos, que resultará num projeto de reabilitação denunciando o objeto de estudo contido num lote almadino. Uma casa com dupla função, comércio e habitação, num lote almadino. O edifício apresenta uma tipologia característica do século XVIII e XIX, tal como todas as características que serão apresentadas. É um edifício com uma localização privilegiada na baixa da invicta, inicialmente desenhado para duas famílias que se pretende transformar em habitação coletiva, sendo possível a sua modificação para outros usos.

1. CASTRO, Maria de Fátima Morais de Aguiar e. (2008). *Reabitar no Porto*. Prova final de licenciatura. Porto, FAUP publicações; DA SILVA, Sérgio Veloso. (2008). *Flexibilidade como experimentação no habitar contemporâneo*. Porto, FAUP publicações; DOS REIS, José Miguel Teixeira. (2011). *Regulamentação Vs. Reabilitação: Aplicação à casa burguesa do Porto*. Dissertação de mestrado integrado. Porto, FAUP publicações; FERNANDES, José Miguel Coelho. (2009). *Reabilitação urbana: Reabilitação do edificado no centro do Porto e sua viabilidade*. Prova final licenciatura. Porto, FAUP publicações; MEIRELES, Henrique. (2006). *Identidade e Metamorfose: Transformações da imagem da casa burguesa do Porto*. Prova final de licenciatura. Porto, FAUP publicações; PEREIRA, Rita Alexandra Sarmento. (2007). *Vazios Urbanos: Uma Proposta de Reabilitação de um Edifício do século XIX no centro histórico do Porto para um centro de abrigo*. Prova final de licenciatura. Porto, FAUP publicações; PONTES, João Edgar Carvalho da Silva. (2009). *Tardoz: Projecto, construção e vivência da fachada posterior da casa burguesa portuense*. Prova final de licenciatura. Porto, FAUP publicações; RIBEIRO, Margarida Botelho. (2012). *Projectar para presente e futuro*. Dissertação de mestrado integrado. Porto, FAUP publicações; SANTOS, Bárto. (2007). *(Re) Habitar a casa urbana do Porto*. Prova final licenciatura. Porto, FAUP publicações.

Método: Para alcançar o objetivo deste trabalho optou-se por uma metodologia que resultou na estrutura final proposta. Deste modo, durante a investigação e análise das obras referenciadas no decorrer do trabalho foram surgindo várias questões, que se colocaram como metas a atingir para uma boa compreensão e assim conseguir chegar aos objetivos ansiados. Dentro as quais salientam-se as seguintes: Qual a permanência das tipologias na história? Quais as transformações ocorridas na habitação? Porque ocorre o fenómeno da desertificação? Como dinamizar o centro do Porto? Quais as opções disponíveis atualmente?

Na procura destas respostas, o trabalho foi direcionado para uma análise e comparação entre três temas fundamentais. Passando por estes temas, o trabalho guiar-se-á pelas seguintes premissas: Explorar os conceitos utilizados nas tipologias a partir do século XVIII; Explorar as alterações na habitação unifamiliar e como influenciaram o desenho do espaço doméstico no século XX; Identificar os conceitos de flexibilidade e adaptabilidade, como conceitos comuns e vantajosos na atualidade; Elaboração e proposta de um projeto de reabilitação tendo em conta toda a teorização feita anteriormente.

Estrutura: Como já foi mencionado anteriormente, a estrutura assenta em três temas para a resolução do problema do projeto. A parte de desenvolvimento e análise começa com o Capítulo I, centrado na casa burguesa almadina do século XVIII, correspondendo às tipologias da época iluminista, onde serão identificados os lotes da cidade em expansão, as tipologias, o quotidiano, o habitar e uma pequena análise desta tipologia na relação com os novos programas. No Capítulo II, focado na casa contemporânea, são englobadas as transformações da casa burguesa do século XX, como os dispositivos de circulação, organização espacial e a Promenade Architecturale, como também são incluídos os conceitos de flexibilidade e adaptabilidade praticados no século XX/XXI. Para finalizar, o Capítulo III, é a apresentação de uma proposta de projeto para a reabilitação do caso em estudo, que apresentará um programa misto de habitação, comércio e espaço de estar. Esta proposta apresenta-se como uma solução que demonstre uma permanência da casa oitocentista e as transformações do espaço doméstico do século XX apoiadas pelos conceitos e exigências contemporâneos.



Carta Willem Iansz Bleau (1638)

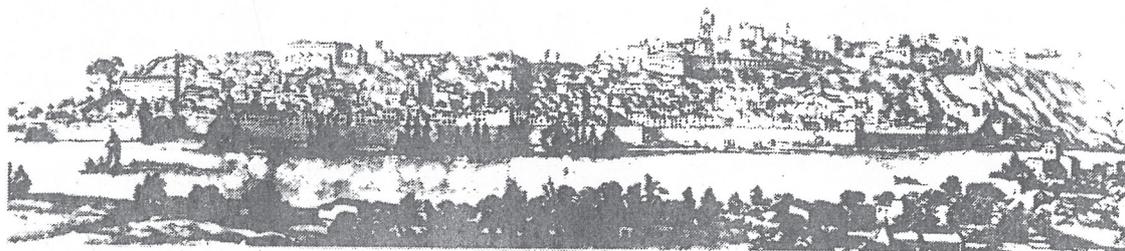


Imagem de Pier Maria Baldi, Porto (1668/69)

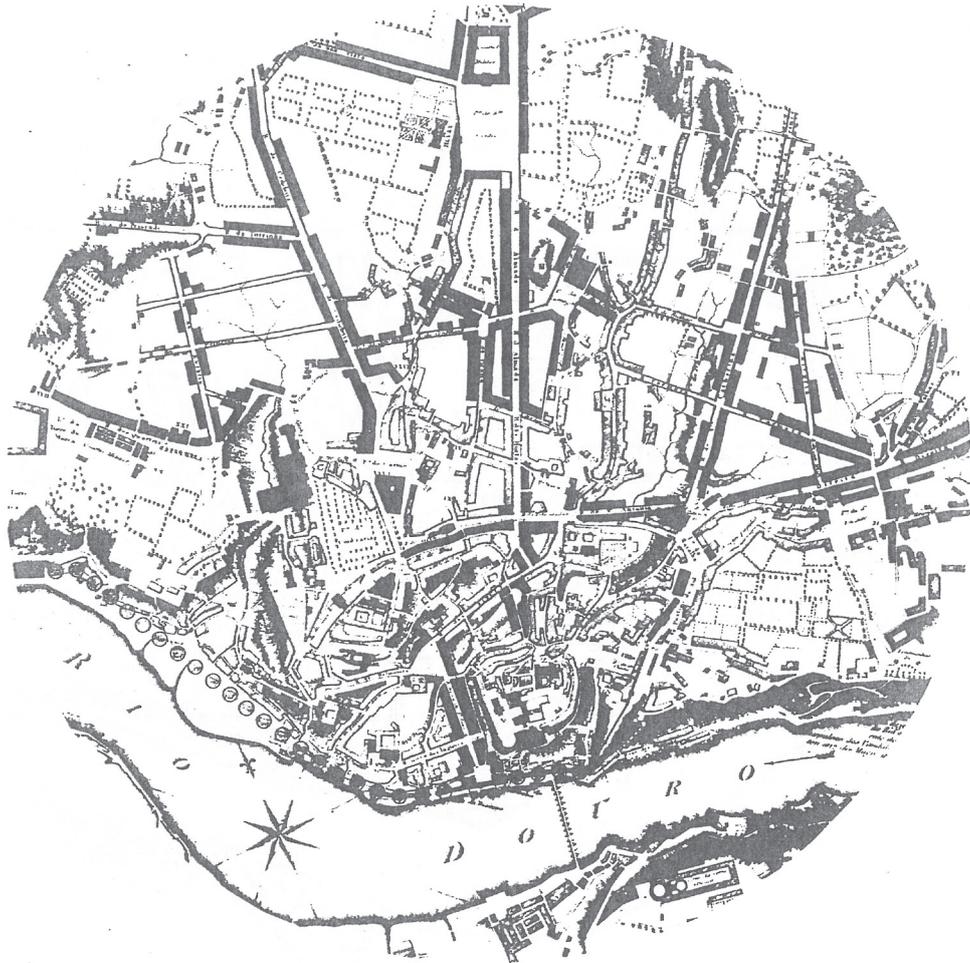
CAPÍTULO I – A casa burguesa

A. A cidade almadina e a casa – a cidade de loteamento coletivo

“(…) ... tem fama... não é grande, mas os edifícios são bons, as ruas decentes, alegres e lageadas à maneira de Florença, com pedras mais pequenas mas muito bem assentes (...). Há poucos nobres, muitos padres e frades e o povo, como em toda a província é muito pobre e subordinado aos Eclesiásticos aos quais pertencem quasi todas as rendas... A subsistência da cidade é constituída pelo porto e por conseguinte pelo tráfego de mercadorias, mas está tudo nas mãos de forasteiros, especialmente ingelesen... O tráfego para o Brasil é grande... a Angola vão poucos navios... para a Índia não há comércio nenhum... e do interior vêm, rio abaixo, trinta mil pipas de vinho que é vendido por todo o Portugal...”, Magaloti. (Ferrão, 1989, p.153)

A cidade do Porto depois das crises nacionais, invasões e guerras, já após as invasões francesas, em fins do século XVII e inícios do século XVIII encontrou um período de prosperidade perante o país devido a um grande desenvolvimento da produção agrícola, aumentando a produção vinícola e cerealífera traduzindo-se no desenvolvimento do comércio a nível internacional. O aumento da entrada de navios e a primazia às embarcações inglesas em relação às nacionais explicou a realização de obras muito importantes para o desenvolvimento da cidade.

Tomando a descrição do cronista Magaloti citada por Bernardo José Ferrão, na carta marítima de Willem Jansz Bleau e na panorâmica de Pier Maria Baldi, constata-se a consolidação da cidade do Porto dentro do perímetro amuralhado no século XVII. No entanto, devido à prosperidade do comércio do vinho do Porto, “(…) quasi duplica a sua população uma vez que, se no dealbar do século XVII ela se cifrava em dezoito mil e oitocentos pessoas, atingirá em 1732, e segundo o geógrafo D. Luís Caetano de Lima, um quantitativo de cerca de trinta mil almas; para além do crescimento natural da população (...)”. (Ferrão, 1989, p.153) Este último facto foi devido à fixação de comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses, na cidade e ao fluxo de migrações rurais da periferia para o centro da cidade na procura do emprego proporcionado pela atividade portuária.



Planta de Balk - Eixos da futura expansão, Porto



Imagem de Pier Maria Baldi, Porto (1736)

O último desenvolvimento populacional criou condições para o aparecimento de dois indícios que viriam a proporcionar o desenvolvimento radial da cidade. Deste modo cresceram os dois principais polos urbanos exteriores à muralha fernandina: em Santo Ildefonso, para além da notável ampliação do território, tinha uma população de quatro mil e oitocentas pessoas e Miragaia com cerca de mil e oitocentos habitantes, população contada no início de setecentos. O desenvolvimento radial constante do seu crescimento posterior foi consequência do primeiro e significativo indício, a criação de conventos e edifícios assistenciais de desenho maneirista, localizados nas portas da cidade nos anos seiscentos que se tornaram os polos da futura urbanização exterior ao perímetro amuralhado. Um segundo indício desta expansão centrífuga foi a preocupação urbanística no desenho da cidade do Porto. Há uma organização dos primeiros espaços públicos, coincidindo com os edifícios assistenciais e religiosos anteriores. Para além destas preocupações urbanas, outras surgiram no mesmo sentido, como a renovação das calçadas, o abastecimento de águas, melhoria do cais e organização dos rossios e alamedas, zonas vocacionadas para o lazer público.

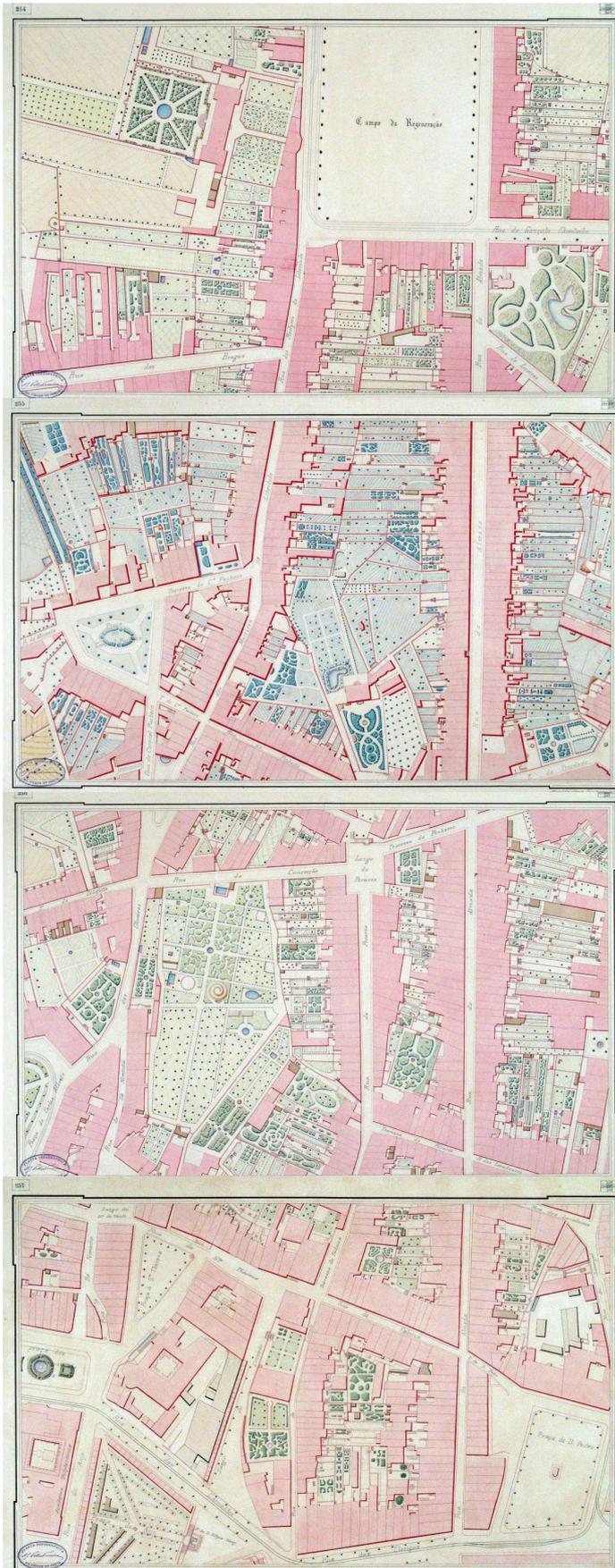
“Importará também acrescentar que estes tímidos mas significativos indícios do desenvolvimento radial da cidade durante o século XVII, constituirão pontos de apoio ao desenvolvimento urbano posterior, assumidos e retomados, um século mais tarde e com novo fôlego, pelos Almadás, reformadores da cidade.” (Ferrão, 1989, p.155)

Na formação do tecido urbano portuense, a cidade sempre foi constituída por dois tipos distintos de habitação: a casa nobre, pouco importante no crescimento da cidade, como os palácios da pouca nobreza que aí existia; e a casa burguesa alta e esguia que “Maior importância assumirá (...) marcando ainda hoje significativas áreas da cidade (...)”. (Ferrão, 1989, p.155) Na tipologia da casa burguesa mantém-se o essencial dos aspetos organizativos e compositivos, notando-se as maiores alterações a partir dos meados do séc. XVIII. A tipologia que permaneceu até ao século XV, decorrente da época quinhentista e mercantilista apresentava-se como casa de frente estreita, um ou mais pisos executados em taipa, com fachada lisa e vãos abertos para varandas. Enquanto que na época seiscentista e início da setecentista esta era edificada em pedra, podendo conter até quatro pisos, telhados de quatro águas, “ (...) inserindo-se em lote de terreno estreito e fundo, associando-se em banda ao longo dos arruamentos(...)” (Ferrão, 1989, p.155), criando condições de fácil adaptação a terrenos com grandes declives.

Esta habitação organizava-se segundo a caixa de escadas, iluminada por uma clara-boia, tal como as divisões interiores junto a esta. As restantes seriam iluminadas pelas fachadas da rua e logradouro. Como a formação da cidade do Porto tem o seu berço na zona ribeirinha, a casa burguesa adotou esta tipologia devido ao declive que se estendia perpendicular ao rio Douro. Esta topografia irá influenciar a casa e a organização do crescimento da cidade, no entanto sempre similar à inicial casa alta e estreita burguesa. “ (...) como nota Manuel Teixeira, “as dimensões regulares dos lotes urbanos estabelecidos nesta altura foram adoptados, ao longo do século XIX, pela maior parte dos desenvolvimentos privados efectuados no Porto. Simultaneamente, este módulo uniforme de terreno constituiu a base da composição urbana da cidade e representou a unidade básica das operações económicas subjacentes e estes desenvolvimentos.” (Mota, 2006, p.79)

Já no século XVIII o país encontrava-se numa situação muito favorável devido ao ouro proveniente do Brasil e ao tratado de Methuen “permitindo o acesso dos tecidos e lanifícios ingleses, e a Grã-Bretanha compromete-se a reduzir num terço a tributação dos vinhos nacionais (...)” (Ferrão, 1989, p.156), impulsionando o comércio do vinho do Porto e a economia do país. Com este impulso, o Porto na primeira metade do século XVIII contava com trinta mil pessoas e apresentando um perímetro fortificado densificado, criou-se condições à densificação de Miragaia e Santo Ildefonso como já foi visto. Este número de habitantes viria a duplicar cinquenta anos mais tarde, com o novo setor setentrional, já planeado, que aliado a estas duas últimas zonas de ampliação, constituíram a verdadeira transposição urbana da muralha.

É aqui que se começa a verificar os principais motores da expansão almadina com a criação de vários projetos no “Campo das Hortas”, terreno amplo situado a norte da muralha, com o objetivo de ser um novo núcleo de expansão urbana, que viria a adotar o nome de “Planta do Bairro das Laranjeiras”, arranque da futura rua do Almada definido por Francisco Xavier do Rego em 1761. Entre estes projetos de vários autores, alguns ficaram perdidos no tempo não possuindo qualquer registo atualmente, no entanto, um último projeto mais elaborado, apresentava um conjunto de três quarteirões e uma praça que eram delimitados pela rua da Horta e a rua do Almada. Esta praça, designada como Praça das Hortas ou Nova, iniciada em 1721 “ (...) assumirá crescente importância a partir da segunda metade do século XVIII, na medida da progressiva expansão extramuros e subsequente deslocação ascensional do centro da cidade (...)”. (Ferrão, 1989, p.158)



Rua do Almada

A juntar aos indícios que enunciavam a expansão, já mencionados, em meados do século XVIII surgem três componentes, que trabalhando em conjunto vão trazer profundas transformações urbanas à invicta, sendo elaborados vários programas urbanísticos à volta do perímetro amuralhado. Estas três componentes são: a Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, que foi criada pelo Marquês de Pombal em 1756 e “ (...) visando embora um objectivo comercial, procurará desenvolver e modernizar a área onde exerce a sua actividade, daí resultando um efectivo controle administrativo, económico e cultural dos destinos da cidade do Porto (...)” (Ferrão, 1989, p.173); a Junta das Obras Públicas, criada em 1758 também pelo Marquês de Pombal “ (...) em prol da urbanização da cidade pressupunha contudo o seu domínio sobre o solo onde se projectavam os novos programas urbanos (...)” (Ferrão, 1989, p.176), pois implicava complexas expropriações e negociações para a obtenção dos terrenos edificados; por fim o idioma clássico Neopalladiano que exerceu uma forte influência britânica, identificável na transformação urbana dos Almadas, “ (...) justificada pela preponderância económico-cultural da colónia britânica portuense, e pressentida na opção estilística e na escolha dos modelos arquitetónicos subjacentes à intervenção.” (Ferrão, 1989, p.177).

“ (...) sobre a origem, a formação, a actividade e os referenciais dos engenheiros militares, arquitectos ou simples amadores, que desenham a transformação urbana levada a efeito pelos Almadas.” (Ferrão, 1989, p.184).

As transformações urbanas almadinas sentidas na segunda metade do século XVIII tiveram como base desenhos dos membros da Junta das Obras Públicas, estes tanto portugueses como estrangeiros, realizaram vários ensaios para diferentes áreas, tal como a Rua do Almada, sendo esta o local do objeto de estudo deste trabalho.

Logo depois da criação da Junta das Obras Públicas surge o primeiro nome de um militar ligado às transformações já referidas, “ (...) Francisco Xavier de Rego, que em 1761, projecta o primeiro eixo de urbanização radial da cidade, a rua do Almada (...) ” (Ferrão, 1989, p.184). Outras personagens que desempenharam um papel importante frente aos programas urbanos ligados à rua do Almada foram, o português militar Francisco Pinheiro da Cunha e o civil inglês John Whitehead, este “ (...) que virá conferir à transformação urbana almadina, um cariz parcialmente diferente do das outras intervenções urbanas pombalinas.” (Ferrão, 1989, p.185). Também terá o papel de supervisor dos programas pro núcleo amuralhado.



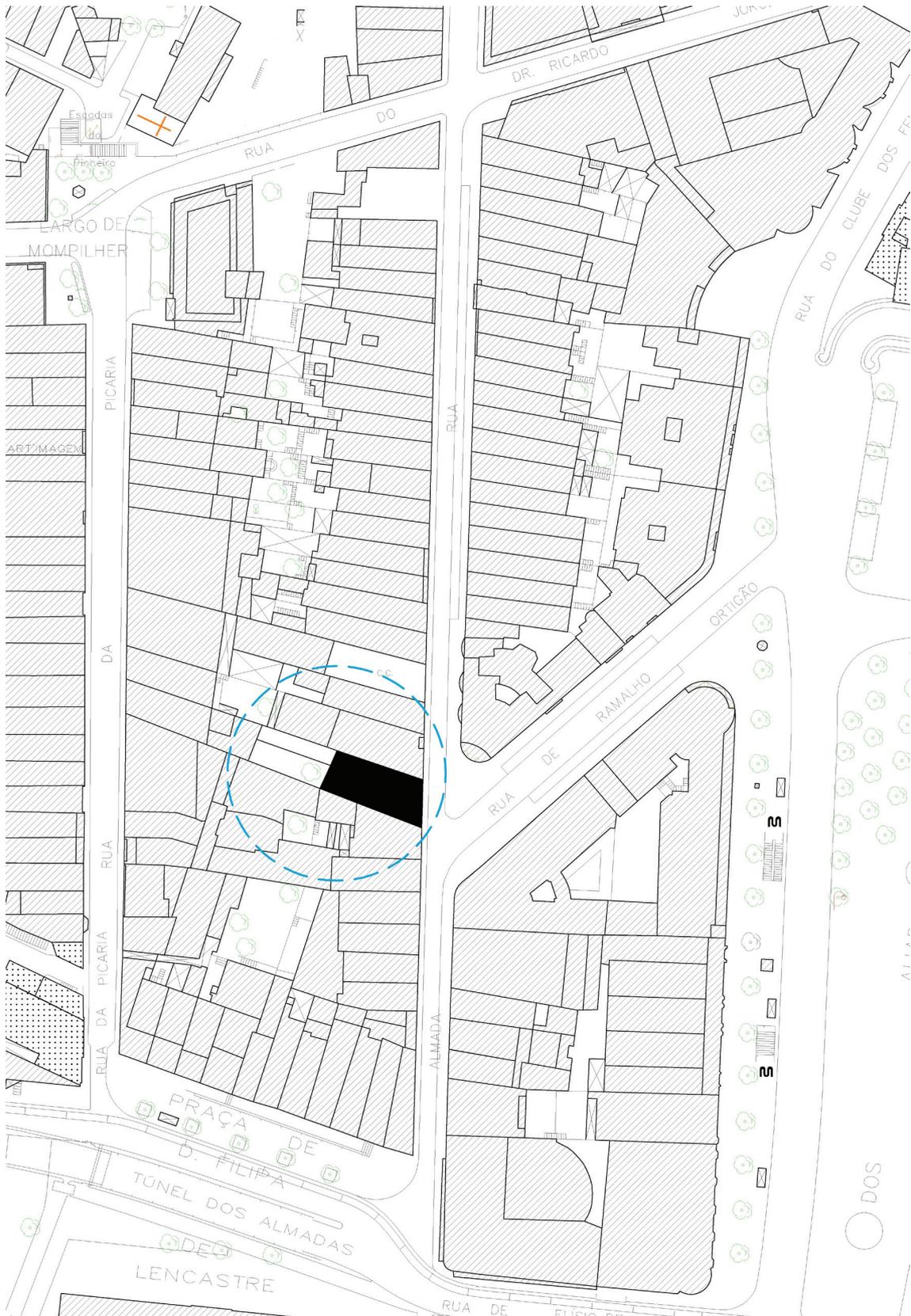
Planta de Balk – Eixos de expansão exceto a Rua de Almada, Porto

Outros portugueses e estrangeiros de diversas áreas tiveram influência na expansão radial portuense, no entanto, estes programas, modeladores da cidade antiga e dos novos arruamentos, criaram a cidade em qual o objeto de estudo está inserido. Estes programas têm como autores principais das suas composições o inglês John Carr, D. José Champalimaud, o padre Joaquim Teixeira de Guimarães e os franceses militares Nussane, Reinaldo Oudinot e Teodoro de Sousa Maldonado, todos membros ou influências da Junta das Obras Públicas.

Não querendo ignorar esses factos, apenas alguns são mencionados na função de contextualizar a cidade do Porto, e assim entender o seu crescimento. Como tal, tomaremos como principal a primeira expansão, a rua do Almada, que se torna um exemplo fundamental da urbe portuense perante as outras frentes de expansão portuense e nos faz perceber a construção da cidade até aos dias de hoje.

“A acção da generalidade dos architectos da Junta das Obras Públicas orientou-se, de forma inelutável, para o projecto da cidade em curso de transformação, tanto mais que à época, e como é sabido o desenho das edificações correntes, salvo raras excepções, era do cargo dos mestres-pedreiros carpinteiros; a Pinheiro da Cunha, a Nussane e a Maldonado entre outros, competiu a realização de inúmeras propostas de desenho urbano, (...) caracterizando a cidade almadina (...)”. (Ferrão, 1989, p.189)

Encontramos na atividade urbana pombalina as bases teóricas disciplinares que estão por trás do novo desenho da cidade em estudo. Dentro da índole diversificada dos programas desta atividade para a invicta, procurava-se promover uma cidade renovada comercial e portuária. Assim, durante a segunda metade do século XVIII o Porto observou 4 frentes de expansão radial, sendo o primeiro a rua do Almada que é caracterizada, pelos objetivos da cidade, pela topografia, a exteriorização das novas áreas perante a muralha e a Junta das Obras Públicas, produzindo-se “ (...) uma proposta aberta, que progressivamente vai definindo a nova estrutura urbana em estrita consonância com o faseamento da intervenção.” (Ferrão, 1989, p.196). Estas transformações e expansões traduziram-se numa estrutura unitária de carácter radiocêntrico, em que parece praticar-se a ideologia e metodologia utilizadas nas velhas ruas direitas do interior muralhado, desenhos que o Porto já conhecia e praticou durante várias décadas.



Localização do lote 255, Rua do Almada

A rua do Almada como eixo inicial de expansão da cidade, foi posto em prática pelo então Diretor das Obras Públicas, Francisco Pinheiro da Cunha, que tinha como objetivo servir “ (...) de padrão para todas as obras que se quisessem construir dentro do âmbito nella compreendido (...) ” (Ferrão, 1989, p.198). Esta rua prolongava-se por um dos eixos estruturadores do conjunto com a “Planta do Bairro dos Laranjais”, plano compreendido entre as atuais rua Mártires da Liberdade e rua do Bonjardim, que se desenvolvia na direção norte, numa extensão de um quilómetro. Neste panorama, o inglês, Thomas Modessan refere-se a este conjunto citando: “ (...) uma rua Nova do Almada com a sua porta no Muro do mesmo nome, que, pelo rompimento que se lhe fez com a das Hortas, forma um comprimento recto de casas regulares, em distância de quási mil passos ordinários, até entrar no novo espaçoso Campo de Santo Ovídio (...) ” (Ferrão, 1989, p.198).

O plano previa também a criação de arruamentos transversais à rua do Almada, estes ligariam o eixo principal a estradas antigas que se articulavam com duas praças para aí também previstas: a praça da Trindade, aberta em 1765, no entanto, só começaria a ser construída nos princípios do século XIX; e a praça de Montpellier, que teve a construção contemporânea ao plano, como se pode verificar nos edifícios ainda lá existentes. Executado quase na sua totalidade, este plano demonstrava a clara vontade de criar novas áreas de desenvolvimento radial juntando elementos urbanos pré existentes através de uma extensa malha urbana não abstrata, atribuindo ao conjunto significados novos e mais complexos.

A rua do Almada pertencendo ao período pombalino como já foi dito, seria caracterizada pelas ideias iluministas que se faziam sentir na altura, e assim podemos notar a sua influência nos edifícios que aí foram construídos em loteamentos perpendiculares à rua.

A rua do Almada ficaria logo terminada em 1764, tendo sido feitos apenas estudos sectoriais das fachadas, demonstrou-se o elemento estruturador desta primeira fase de expansão influenciando as 3 fases seguintes apoiadas em três novos eixos de desenvolvimento: um primeiro, a rua de Sta. Catarina (1774); um segundo, a rua Direita de Santo Ildefonso (1778); e um terceiro, a rua de Cedofeita (1782). Estas três expansões apoiavam-se nos polos do Olival e Batalha, ligando estes a outras partes da cidade, mostrando mais uma vez a vontade de expansão racional e organizada da urbe portuguesa.



Edifícios - Rua do Almada, Porto

“ (...) Fora de muralhas, mas na sua proximidade, e nas áreas de expansão almadina, aumenta a grandeza do lote, altera-se a relação do edifício com o logradouro (alguns destes logradouros, realmente profundos, mantêm área ajardinada e horta): são as casas do Porto iluminista (rua do Almada, rua de Cedofeita, rua de Santa Catarina, por exemplo). (...) ” (Fernandes, 1999, p.79)

Depois do estudo da rua do Almada e da breve abordagem às restantes expansões portuenses, surge o objetivo de especificar o tipo de habitação que se construiu nesta e assim fazer um estudo consistente da casa burguesa enquanto elemento situado num lote de uma rua secular.

Desde o interior amuralhado às transformações e expansões da cidade, o lote teve uma grande importância na relação com a pendente do terreno onde a rua está implantada e não menos importante com a edificação e logradouro que lhe foram conferidos. Nota-se como na maioria dos lotes uma relação muito próxima, quase natural, entre o desenho urbano, o plano da cidade e a habitação, ou por outras palavras uma relação da antiga cidade com as novas ideias, aspirações e habitações. No caso da rua do Almada e mais especificamente o lote n.º 255, por um lado o lote situa-se perpendicularmente ao traçado viário e paralelamente ao declive, não sendo muito condicionado devido ao ligeiro declive da rua, por outro este varia fundamentalmente na relação com o logradouro, “ (...) a edificação tem frentes sensivelmente constantes, variando dos 5 aos 7 metros dentro da mesma tipologia. (...) ” (Fernandes, 1999, p.144), a profundidade do edifício apresenta-se sob dois grupos, um de aproximadamente 12 metros e outro de 22 metros, estando o caso de estudo no segundo grupo. O logradouro não apresenta características específicas podendo variar, no caso do lote N.º255 o logradouro toma a forma de quase todos os existentes na rua do Almada, com algum declive fazendo a ligação entre o edifício em questão e o terraço do edifício da rua situada a Oeste. Como já foi referido a sociedade portuense sempre esteve ligada ao comércio e assim os seus edifícios tomavam um carácter comercial e habitacional. Esta característica resulta na tipologia construída em altura e posteriormente no desenho urbano característico. Desta forma as casas tomaram sempre a mesma postura perante a rua, o comércio de nível com esta e a habitação nos pisos superiores, questão de privacidade perante o espaço público.

Este saber arquitetónico e urbanístico verificado na cidade no Porto e mais especificamente na expansão almadina, que permaneceu em alguma prática da construção, não é individual nem isolado. Ou seja, as tipologias e preocupações urbanas que se faziam sentir nesta época era representadas através desta malha intensa, como um objeto único que desenhada as ruas numa relação direta. Isto verifica-se e sustenta-se na capacidade de intervenção na morfologia urbana, quando existe um consenso entre o modelo formal da cidade e cada uma das suas parcelas, mesmo que seja vago este estará sempre presente. Haverá sempre uma ligação entre o todo e a parcela, ligação que permanece deste a época medieval.

“O conceito tridimensional do traçado viário urbano confere aos edifícios o papel de ‘fio condutor’, de ‘argamassa da cidade’.” (Fernandes, 1999, p.128)

Numa articulação com as quatro frentes de expansão e o subjacente trabalho da Junta das Obras, impunham-se novos princípios arquitetónicos para a Cidade Nova, que se traduzia em novos eixos de expansão e periferias. Esta estabelece-se essencialmente na habitação e alguns equipamentos para a cidade. Esta habitação estava relacionada com as tipologias do séc. XVII no que toca à organização interna e algumas características.

“(…) a transformação portuense parece ter-se efectuado, salvo raras excepções, com base nos anteriores tipos tradicionais, que geralmente dispunham de comércio ou serviços ao nível térreo, destinando-se os restantes andares à habitação unifamiliar.” (Ferrão, 1989, p.232)

A provar o papel dos edifícios como modeladores de uma malha urbana que se foi transformando e expandindo na invicta, apresento várias cartas que representam a cidade entre 1813 e 1892: a carta de George Balk, 1813; a carta de Joaquim Costa Lima, 1839; a carta de Perry Vidal, 1865; e a carta de Telles Ferreira, 1892. Retratam uma cidade em obras. Testemunhos de um crescimento que não se faz de forma sequencial, mas que vai conquistando terreno aos baldios e às propriedades rurais periféricas.



Carta de Perry Vidal (1865)



Carta de Telles Ferreira (1892)

As expansões urbanas e a introdução da tipologia almadina foram fundamentais para uma regularidade urbana, estas constituem as premissas que levaram à formalização significativa da morfologia da habitação portuense e da cidade. Aqui nota-se que a habitação deixou de ser pensada a partir da individualização e criou-se um conceito novo de quarteirão urbano, fazendo o edifício parte de um todo (rua, praça, largo, etc.). Por outro lado surgem exceções na malha urbana, como os edifícios em situações de gaveto, tendo estes de se adaptarem para rematarem o traçado viário.

Na habitação houve uma alteração na linguagem utilizada a nível das fachadas, bem como o interior das construções. Houve uma tipificação e sistematização dos elementos arquitetónicos e dos sistemas construtivos, elementos como cornijas, janelas, escadas, lanternins e processos de construção fazem parte da arquitetura praticada tanto no século XVIII como atualmente. Este caminho sempre foi percorrido no sentido da simplificação, cada vez mais as fachadas foram-se tornando mais neutras, tal como o interior, recorrendo a novos materiais e conceitos de organização do espaço doméstico. Este último será abordado no capítulo II na expectativa de explicar as suas principais alterações também no século XX.

B. O habitar oitocentista e a casa – a tipologia e o quotidiano

Conceptualmente a tipologia iluminista assenta na estrutura social portuense do século XVIII. Notaremos uma hierarquização social dentro da habitação, tendo sempre uma notável relação público-privado nesta organização, desde a entrada da habitação, na relação com a loja e com o logradouro, até ao último piso.

Típico desta burguesia dinâmica e ligada ao comércio, as famílias que a constituíam, organizavam o seu negócio de família no rés-do-chão das suas habitações, possuindo esta loja/oficina uma ligação direta à rua e ligação ao interior, à habitação. “ (...) Torna-se por isto menos clara a identificação do vão onde se localiza o acesso ao interior da habitação, observando-se em muitos casos uma caracterização indiferenciada entre o vão de acesso ao interior da habitação e os outros vãos. Isto deve-se em algumas situações ao (...) programa híbrido, misto de habitação e comércio (...) ” (Mota, 2009, p.134). Perante esta dualidade funcional da casa burguesa, “ (...) refere Veiga de Oliveira, trata-se de um tipo “estritamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade da gente de que é própria, que tinha as suas lojas, armazéns ou oficinas no rés-do-chão, junto à rua, abertas ao público, sem qualquer aparato, e habitava os andares superiores (...) cujo carácter híbrido e independente é atestado pela existência, sem excepção, e pelo menos duas portas: uma, a residência, e outra, da loja.” (Mota, 2006, p.81)

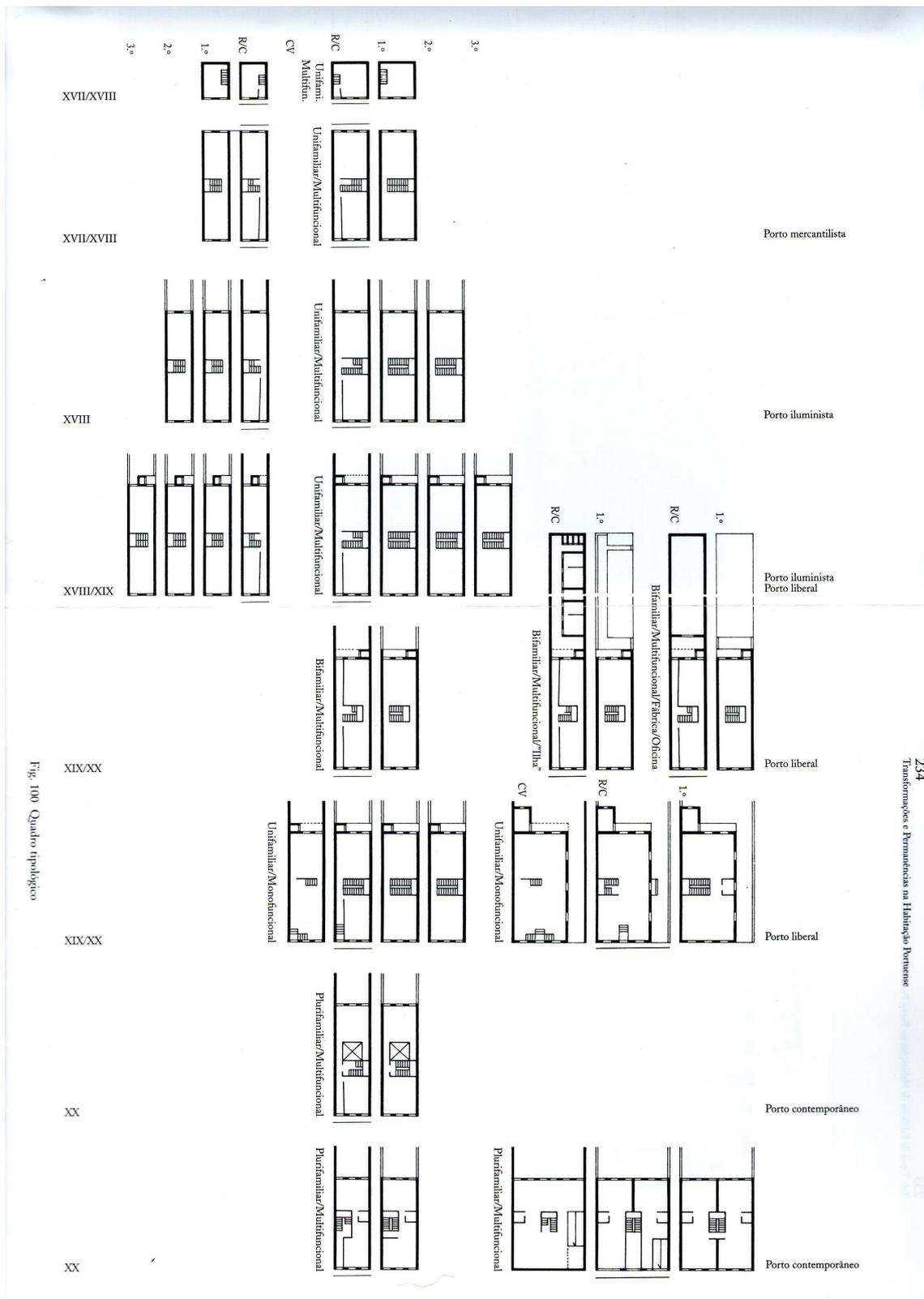


Fig. 100 Quadro tipológico

Quadro Tipológico - RAMOS, Rui Jorge Garcia. (2004). A casa unifamiliar bur-
 guesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na
 primeira metade do século XX. Porto, FAUP publicações.

Em alguns casos surge um acesso, a partir da rua, que leva a uma zona de distribuição, ligando as duas habitações (uma habitação na maioria), a rua, a loja e o logradouro, sendo este último um elemento constante e valorizado a partir deste século. “Esta situação denuncia a vontade de criar limites à interferência do público com o espaço doméstico.” (Mota, 2009, p.204). Apesar de esta vontade ter evoluído desde o século XVII, durante o século XVIII foi lenta, notando-se apenas alguns pormenores. No caso de estudo em questão, ao nível térreo os quatro vãos que compõem a fachada deste lado, três destinam-se à loja enquanto o restante liga à zona de distribuição. Uma passagem assegura a ligação entre a loja e as escadas de acesso vertical, possibilitando uma passagem interior. As fronteiras aqui são claras, destinando-se o piso térreo ao trabalho e estendendo-se a habitação pelos andares superiores através da escada central. Outras soluções foram testadas para a relação do trabalho com a vida privada, tal como o número de vãos, não variando muito deste número, pois a largura do lote é semelhante e na relação do local do trabalho com a entrada da habitação.

Como neste capítulo apresentarei a tipologia que constitui a expansão em questão e as formas de habitar nela pela sociedade do século XVIII e XIX, o caso de estudo principal será analisado em paralelo à tipologia iluminista, à qual está associado. Este caso de estudo, o lote n.º255 da rua do Almada, será sempre tido em conta ao longo de todo o estudo apresentado neste trabalho com o objetivo de estabelecer analogias e assim poder concluir um raciocínio que ambiciona ajudar na inversão do fenómeno da desertificação que se assiste nos dias de hoje na cidade do Porto.



Vista da rua do Almada e do Palacete dos Pestanas

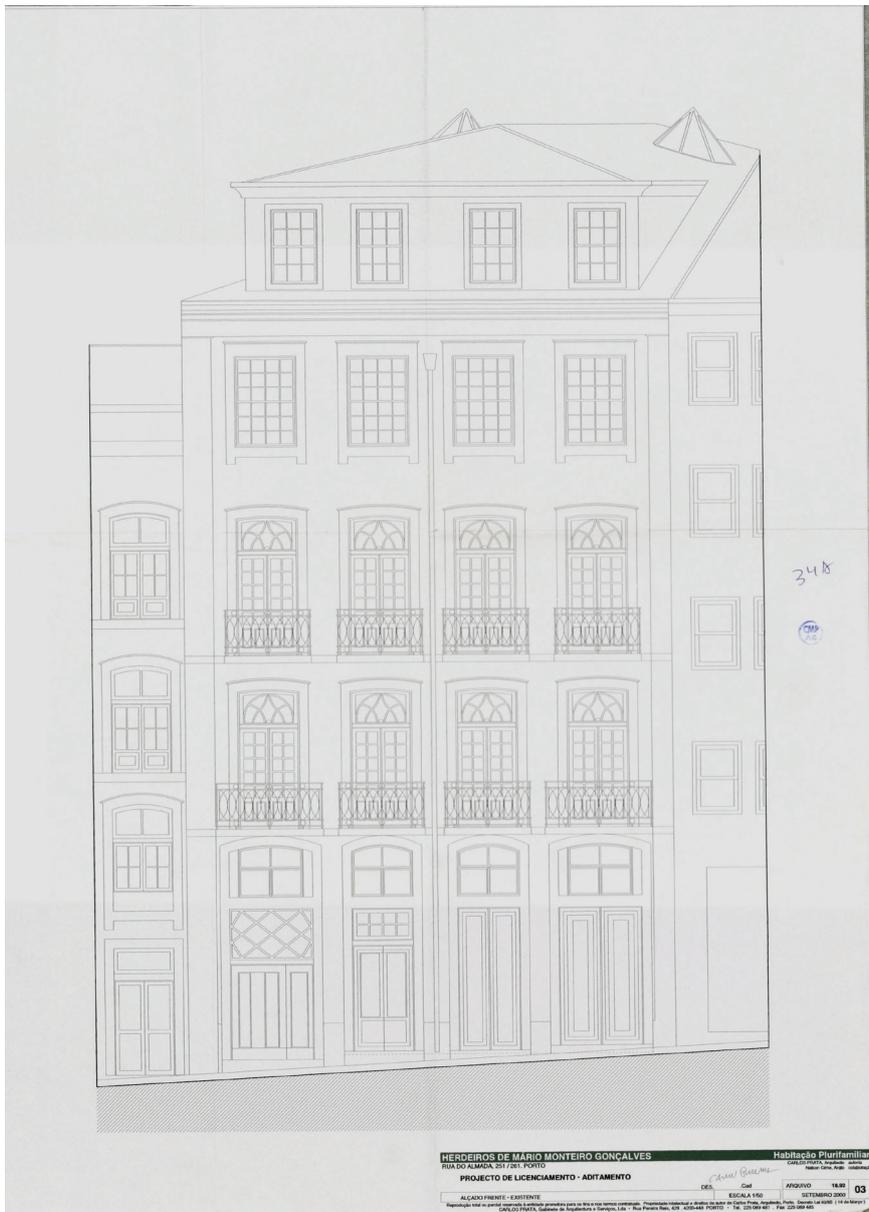
O quotidiano

Como já foi mencionado, este edifício inserido na rua do Almada, foi escolhido entre vários exemplos da cidade do Porto por várias razões. Para além da sua importância como parcela de uma das principais ruas da expansão almadina, é exemplo peculiar da fase iluminista que caracteriza esta época de crescimento da cidade. “Neste período, os parcelamentos vão adoptar uma métrica baseada em larguras de lote entre os 25 e os 30 palmos.” (Mota, 2006, p.79) Esta tipologia, que nos chega como símbolo de uma burguesia ativa e mercantil, assume hoje um papel importante no centro da cidade do Porto, devido às suas potencialidades enquanto modelo arquitetónico que compõe a rua e a cidade.

“O tipo de edifício consolidado a partir do período almadino como habitação unifamiliar da burguesia portuense permite, e permitiu mais tarde, a reconversão em edifício de habitação plurifamiliar, com áreas mínimas e com as mais diversas soluções organizativas. Esta capacidade de adaptação aumenta o seu leque de resposta quando se associam dois lotes contíguos, conseguindo-se assim satisfazer programas de habitação com áreas mais elevadas.” (Fernandes, 1999, p.146) “Nestes novos loteamentos, (...) o lote estreito e comprido é a referência; (...)” (Mota, 2006, p.79)

Aqui, apresentarei as suas características estruturais, conceptuais e organizacionais dentro dos parâmetros socio culturais e arquitetónicos que a sociedade na segunda metade do século XVIII apresentava. Estas serão apresentadas segundo dois grupos, um físico, abrangendo a parte estrutural e material e outro mais conceptual ou teórico, onde serão apresentados os conceitos que se praticavam na altura baseados na situação económico-social.

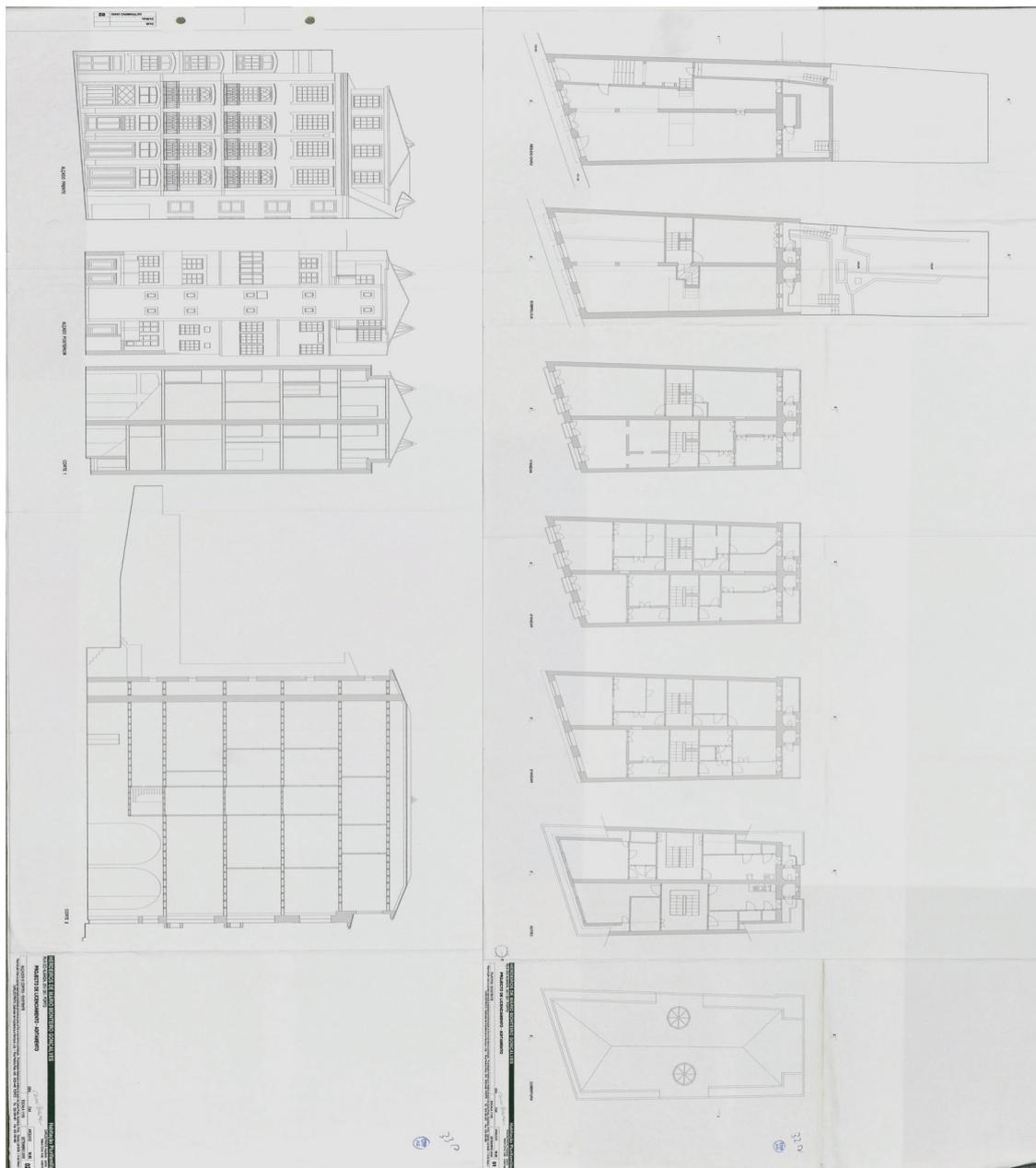
Mais uma vez tomando como referência o lote N.º255, o edifício está implantado numa área de 340m², possuindo uma área construída de 203m² por piso. Estruturalmente, este edifício como a maioria desta fase de desenvolvimento da cidade apresenta características semelhantes e algumas evoluções relativamente às técnicas construtivas. Uma semelhança, que se observou durante décadas, foi o facto da estrutura se situar fundamentalmente nas paredes contingentes entre habitações e nas duas fachadas, que normalmente caracteriza a relação com a rua e com o logradouro desta casa alta e estreita.



Desenhos originais, alçado frente - Arquivo Geral da Cidade do Porto

Neste caso de estudo, observa-se um elemento estrutural, não tão comum, uma parede longitudinal, que divide o edifício em duas habitações separadas no mesmo sentido. Esta estrutura vertical era normalmente construída em granito e taipa, técnica construtiva normalmente utilizada nesta zona do país. Enquanto esta estrutura vertical apresenta grandes dimensões, devido aos seus materiais e técnicas, os elementos interiores assumem uma importância mais simples no desenho. As paredes interiores de organização do espaço são construídas apenas em taipa (e posteriormente em tabique), enquanto elementos como as escadas, lajes entre pisos e a estrutura da cobertura são em madeira. O piso do rés-do-chão por vezes era constituído por paredes mais espessas, assemelhando-se às estruturantes, assumindo assim uma função semelhante, de suporte a toda a estrutura e elementos superiores. A cobertura de madeira é normalmente revestida por telha cerâmica constituída quatro águas, contendo duas claraboias para iluminação dos acessos verticais e alguns espaços interiores, como as alcovas. A fachada é caracterizada pelo típico azulejo das casas portuenses e acompanha a simplificação das fachadas, que se assiste desde o século XVII, “ (...) perdendo praticamente os motivos ornamentais e tornando-se pobres e monótonas, compõem-se fundamentalmente de combinações variadas e harmoniosas de anelas, óculos e varandas (...)”. (Veiga de Oliveira, 2003)

Este edifício teria sido habitado por duas famílias, possivelmente relacionadas na gestão do negócio que funcionaria no rés-do-chão, sendo as habitações separadas fisicamente por uma parede estrutural, apresentando-se esta composição no edifício. A ligação entre as duas habitações e a parte pública localiza-se na sobreloja, dois lances de escadas acima da entrada. Esta caixa de escadas suporta uma função estruturadora com caracterização neutra devido à frente do edifício na relação com o espaço público: “ (...) quando os edifícios preenchem toda a frente, a resposta é eminentemente pragmática, prevalecendo os critérios associados à eficiência dos dispositivos.”. (Mota, 2009, p.143) como verificaremos os dispositivos, principalmente os de circulação, podem ter um papel importantíssimo na solução espacial para este tipo de edifícios. Dispositivos como as escadas produzem um papel fundamental na organização do espaço doméstico, podendo mesmo possuir características estruturantes na composição global do edifício. No caso de estudo esta última relação não existe, no entanto, a parede central e estrutural possui uma relação próxima com as escadas desenhadas não estando relacionadas fisicamente. As escadas e a parede no n.º255 estabelecem uma relação empírica ligada por pés direitos duplos e triplos iluminados por apenas um lanternim na cobertura.



Desenhos originais, plantas, alçados e cortes - Arquivo Geral da Cidade do Porto

Como a organização do espaço interna é semelhante em ambas habitações, analisemos a habitação de uma forma geral. É constituída por quatro andares, assumindo cada um proporções e divisões diferentes consoante o uso pré-definido que lhes foi atribuído. O primeiro andar é ocupado pelos espaços de receção, localizando-se aqui espaços com pé-direito mais elevado e áreas amplas bem iluminadas. Normalmente verifica-se uma diferenciação entre os compartimentos virados para a rua, destinados a visitas e espaços comuns, e os compartimentos virados para o interior do lote, com uma utilização mais íntima relacionada com aspetos familiares. “Os espaços de receção aparecem associados a uma utilização profundamente codificada, de qual se distancia a informalidade, constituindo-se como suporte para uma forma de representação que pretende transmitir para o público uma ordem que corresponda aos ideais de sociabilidade burguesa (...)”. (Mota, 2009, p.162) O segundo e terceiro piso, áreas onde a intimidade seria mais prezada, havendo várias subdivisões, algumas iluminadas através das escadas outras através da fachada, como as alcovas, os quartos de dormir e quartos de vestir. No último piso, com áreas mais pequenas e baixo pé-direito, localizar-se-ia a zona de criados e a cozinha, esta ocupava o último andar devido aos cheiros daí provenientes e a possíveis incêndios. Por outras palavras, Witold Rybczynsky descreve a casa do século XVIII como “ (...) a casa estava não só subdividida em espaços comuns para jantar, receber e divertir, mas também incluía espaços privados para a família. Agora que as crianças passavam a maior parte do tempo em casa, tinham não só os seus próprios quartos – separados de acordo com o género – mas também nurse-ries e salas de aulas. (...)”. (Mota, 2009, p. 127)

O habitar

Esta organização interior pressupõe uma hierarquização social na sociedade e cidade do Porto, sendo dada a nível da habitação uma grande importância aos convidados com espaços amplos, iluminados e alto pé-direito, por outro lado, os criados ocupam espaços mais pequenos, menos iluminados e com baixo pé-direito.

Depois de verificar algumas características estruturais e de organização em relação ao caso de estudo, tentamos abordar os temas mais relevantes relativamente ao habitar na tipologia portuense, passando a analisar e a estabelecer relações entre estes temas e esta tipologia. A partir dos desenhos recolhidos, relativos à construção inicial do edifício n.º255, tentamos perceber as suas potencialidades e as razões que levaram ao seu abandono, tendo como pontos base, a família, o fator tempo, o conforto, a organização do espaço e as funcionalidades a estes atribuída.

A organização do espaço é uma continuidade proveniente da “ (...) matriz da habitação unifamiliar organizada em altura, com entradas independente e caixa de escadas central, com piso térreo comercial ou arrumos da própria habitação, e com cozinha no último piso, embora os modelos aumentem em complexidade e área. Existe um sentido de progressão do público para o privado, do representativo para o funcional, na medida em que se sobe de piso.” (Barata, 1999, p.146)

Neste estudo é necessário ter uma consciência temporal e espacial bem definida. Isto deve-se ao facto de se estar a fazer um estudo sobre uma tipologia da segunda metade do século XVIII, tendo em conta o evoluir das necessidades e exigências da sociedade ao longo das décadas, na ambição de procurar uma solução versátil e adaptável aos dias de hoje, ao século XXI. Assim neste estudo assumir-se-á a análise das potencialidades e do abandono, tendo como base os desenhos do século XVIII e as exigências e necessidades da sociedade contemporânea. É claro que todas as evoluções e revoluções nos vários domínios da sociedade serão tidos em conta, na medida de perceber as variadas maneiras de pensar, de viver e de construir a cidade ao longo dos anos.

Segundo a metodologia adotada pelo Arquiteto Nelson Mota no seu livro “A arquitetura do quotidiano”, irei definir o grupo em que este edifício se insere e caracterizá-lo. Como edifício da fase iluminista e da expansão almadina, insere-se no grupo das moradias em banda com rés-do-chão térreo, normalmente ocupado por atividades comerciais.



Fachada 255 - Rua do Almada, Porto

“Existe uma relação entre o nível socioeconómico e o grau e permeabilidade do interior da habitação em relação ao espaço público; quanto mais elevado é o primeiro, menor é o segundo.” (Mota, 2009, p.124)

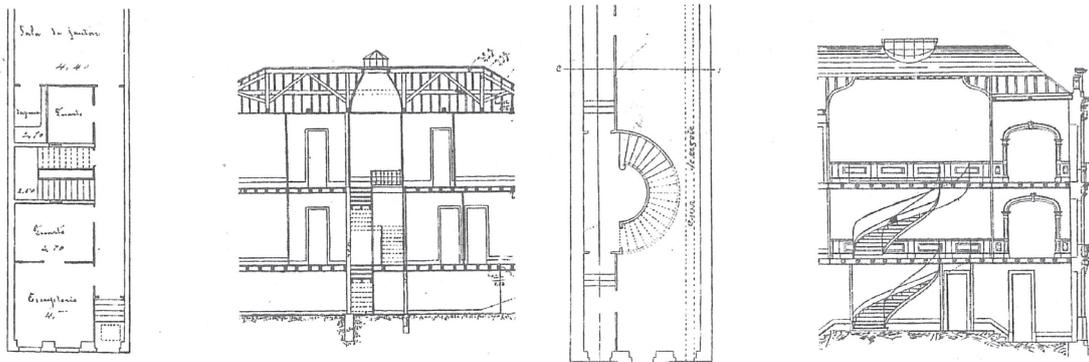
A sua proporção e a forma associam-se aos edifícios do interior da antiga muralha fernandina, representando 31% do inventariado com uma grande coerência formal. Nos edifícios que se implantam nos lotes almadinos, a divisão entre o espaço público e privado está condicionado pela ocupação da construção na totalidade da frente do lote e pelo alinhamento da face pela rua. A construção separa o espaço exterior público, a rua, do espaço exterior privado, o logradouro, por completo. Não existem variantes nem acessos complementares. Este modelo de edifício, estreito e comprido, é imagem constante da rua do Almada e de outros eixos que caracterizaram a expansão almadina que caíram em desuso resultando em edifícios devolutos e mesmo em ruína.

Abandono e potencialidades

Depois das características descritas nos pontos anteriores e de percebermos o modo de habitar o espaço doméstico nesta tipologia e neste edifício, percebemos que este terá sido construído na segunda metade do século XVIII. No entanto, o documento mais antigo encontrado data de 1868, o registo de propriedade, não passando o período de construção fornecido uma especulação. Este edifício contido entre as parcelas 255 e 261, com a licença n.º372/06, julga-se ter sido utilizado como espaço de trabalho no piso térreo, infelizmente não houve oportunidade de constatar este facto através do proprietário, mas através dos desenhos e da sua composição, pensa-se que este edifício continuou na tipologia usada, comércio no piso térreo e habitação na parte superior. Os únicos dados concretos identificados foram, o proprietário atual, ou melhor os Herdeiros de Mário Monteiro Gonçalves, e a passagem do possível proprietário, seu pai, para os atuais em 1999.

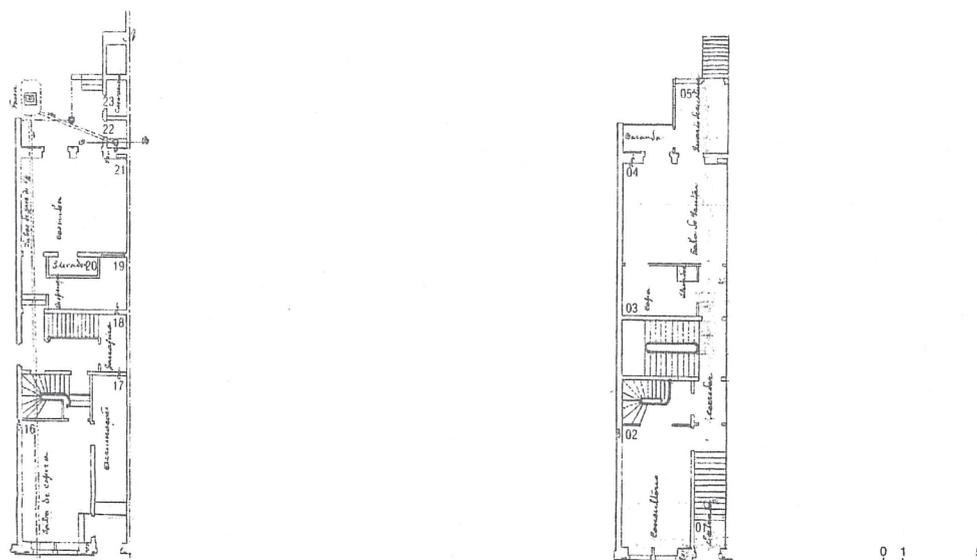
De tal modo, podemos verificar que várias características que hoje não são utilizáveis da tipologia iluminista podem ser facilmente convertidas em mais-valias neste tipo de habitação. Aqui, o objetivo é criar ligações entre as potencialidades desta tipologia e possíveis razões de ter caído no abandono.

Na análise dos desenhos do caso de estudo com os temas anteriormente abordados, podemos constatar que realmente esta casa poderia pertencer a uma família burguesa



Casa de Melchior Teixeira Guedes, Planta R/C e corte longitudinal (1898) à esquerda;

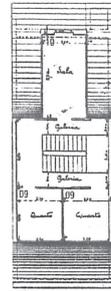
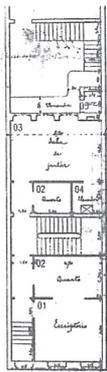
Casa de Vitorino Alves de Sousa, Planta R/C e corte longitudinal (1900) à direita



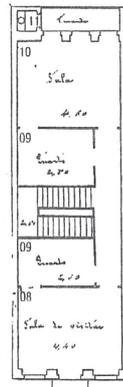
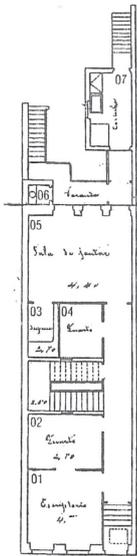
Casa de Júlio Estevão Franchini, Planta da cave e R/C (1900)

portuense. O fator família, neste caso numerosa devido ao número de divisões, o tempo, organização do espaço e conforto rondam as necessidades exigidas na altura pela sociedade, a qual começava a privilegiar a intimidade e os espaços privados, a hierarquia notável entre indivíduos com diferentes atividades relaciona-se com as dimensões dos espaços interiores que estes frequentam respetivamente. “Isto é, a relação público/privado passa a manifestar-se não só na progressão do piso térreo para os pisos superiores, como também na passagem dos compartimentos da frente para os compartimentos de trás.” (Mota, 2006, p.135) As funcionalidades e a compartimentação seriam bem delineadas desde a construção do edifício, para além de agruparem as funções por pisos, em cada piso as funções são dispostas consoante a sua importância, tendo iluminação da fachada, da caixa de escadas ou até não sendo iluminadas naturalmente. “Esta partição constitui, desde logo, uma das características fundamentais que distinguem a habitação burguesa, mesmo que da pequena burguesia, da habitação das classes populares, onde a partição era inexistente, ou nos casos mais sofisticados seria bipartida entre as áreas comuns e íntimas.” (Mota, 2006, p.135)

Os últimos pontos abordados estão intimamente ligados com as potencialidades e razões de abandono, que passamos a analisar. Podemos constatar que há várias características que não se adequam aos dias de hoje, identificando-se como possíveis razões de abandono desta tipologia, assim como: a sobre divisão do espaço interno e a atribuição de um programa restrito, a deficiente iluminação em algumas divisões, a falta de infraestruturas, os antiquados ou inexistentes isolamentos tanto térmicos como acústicos, o desaproveitamento de espaço com determinados serviços, como as zonas de criados, e a má funcionalidade que provém do demasiado número de compartimentos dentro da habitação pelas suas disposições. Estes pontos eram verificados em diferentes edifícios, a exemplos são apresentados três casos. Estas condições foram deduzidas segundo a observação das plantas da construção inicial, tanto do n.º 255 como outros edifícios desta tipologia, mas estas com certeza não foram as únicas razões de abandono, outras causas como a má manutenção do interior, que terá sido todo construído em madeira, a má gestão do negócio no rés-do-chão, e mesmo o modo de viver e de ligação entre trabalho e habitação evoluiu de maneira significativa, apresentando características distintas num panorama específico.



Casa de José Miguel de Oliveira, Planta do R/C, 1.º andar e águas furtadas (1898)



Casa de Melchior Teixeira Guedes, Planta R/C e 1.º andar (1898)

Estas foram algumas razões que poderão favorecer o abandono desta tipologia, no entanto, há várias características e ideias que pode potenciar novos projetos e assim conseguimos resolver alguns problemas que existem na cidade contemporânea.

Uma das grandes potencialidades, dentro as várias desta tipologia, é a sobre dimensão dos espaços interiores e dos pés-direitos, característica que possibilita a recuperação destes espaços de variadas maneiras tornando o espaço mais aberto a diferentes criações. “Ao longo do século XIX, a especialização da habitação criou uma compartimentação cada vez maior, provocando alterações profundas na forma de organização interna dos edificios (...)” (Mota, 2006, p.135), este ponto relaciona-se com a distribuição programática e a sobre divisão dos espaços interiores que não funcionam como espaços contemporâneos, bloqueando a possibilidade de criar um espaço versátil. A ideia de escada central que encontramos em vários exemplos é uma ideia ainda hoje utilizada, “ (...) a escada, ao ser colocada numa posição de destaque, passa a desempenhar um papel estruturador na caracterização formal do espaço interior arquitetónico.” (Mota, 2006, p.135), funcionando em edificios com duas fachadas. A escada será analisada mais à frente como dispositivo de circulação fundamental a esta tipologia. A fachada é apresentada de uma forma neutra dentro do conjunto urbano, transmitindo assim uma imagem intemporal da cidade e da expansão almadina. Esta expansão, para além de criar novos edificios e tipologias, atribuiu a estes conjuntos de edificios e logradouros um sentido de urbanidade verificado no conjunto de todos os lotes.

Esta análise baseou-se nas preocupações que surgiram do problema em reabilitar a casa urbana portuense contemporânea, de modo a combater a desertificação através da proposta de um exemplo adaptável aos vários exemplos da cidade. Assim, sabendo as potencialidades e o porquê do seu abandono, será mais fácil idealizar uma solução mais abrangente.

A partir desta análise da tipologia iluminista do século XVIII que se estendeu até ao século XIX, tanto a nível do habitar como a todos os outros que influenciam a arquitetura direta e indiretamente, surge a ambição de tomar mais alguns apontamentos de referências que influenciaram este conceito ao longo do século XX, para chegar aos dias de hoje.

C. A casa almadina como ponto de partida – do preexistente à inovação

Este capítulo pretende servir de ponte na relação entre a casa burguesa portuense e a casa contemporânea, contribuindo para o mesmo objetivo de criar uma proposta que ajude na correção do fenómeno do despovoamento a que se assiste no centro das cidades, nomeadamente a cidade do Porto.

Segundo a metodologia utilizada por Francisco Barata Fernandes no seu livro “Transformação e Permanência na Habitação Portuense”, objetiva-se identificar o fio condutor que une a casa burguesa do século XVIII com a casa do século XXI, evidenciando os importantes contributos que foram feitos durante este período.

As transformações e expansões que ocorrem numa cidade ao longo da sua vida podem ser entendidas e estudadas numa relação entre os elementos que são antigos e os elementos novos. “No entanto, a abordagem desta mesma questão envolvendo a ideia de cidade antiga e de cidade nova e, sobretudo, a ideia de uma cidade moderna que se opõe a uma cidade antiga apenas se tornará explícita e significativa a partir das intervenções iluministas.” (Fernandes, 1999, p.312). É a partir do início do século XIX que se começa a notar os primeiros indícios da chegada do modernismo, deixando muitos críticos reticentes quanto às novidades que daí provinham. As transformações provenientes do modernismo, que abordaremos no segundo capítulo, vieram introduzir vários elementos na arquitetura portuguesa, no entanto, é notável uma persistência por parte da casa burguesa como um modelo tipológico.

“São as moradias em banda que provocam as tiras que incomodavam o gosto daqueles que não estavam familiarizados com as cidades do Norte, porque de facto são elas que povoam o território de forma mais persistente. São as moradias em banda que fazem a regra.” (Mota, 2006, p.106)

Termos como, demolição e construção, a substituição e acrescento, a sobreposição ou redefinição de uma obra ou conjunto urbano, surgem quando tomamos consciência desta divisão, ou não, do novo e o antigo. Estes processos correspondem ao ciclo natural da vida de um edifício ou conjunto e como prova, todo o património edificado que não é classificado culturalmente como monumento, obra de arte ou conjunto de interesse histórico-ambiental é recuperado, demolido e posteriormente reconstruído segundo os mesmos princípios. “Esta prática que sedimenta sobre o território a cultura imanente de um povo, é a fonte mais segura de informação sobre a importância do passado e as suas consequências culturais no quotidiano de uma comunidade.” (Fernandes, 1999, p.313). Devemos ter sempre em conta a arquitetura feita no passado, e apesar de introdução de novas ideias arquitetónicas, entre outras, há que tentar estabelecer pontes entre estes temas tentando não ignorando nenhuma das partes. A sociedade não quer esquecer o passado, quer mantê-lo como constante num sentido de memória e orgulho perante o país e mesmo perante a cidade.

Exemplo desta permanência de uma arquitetura do passado é o núcleo e as suas expansões no Porto, verifica-se ainda hoje a consistência no núcleo medieval amuralhado, transmitindo um sentido unitário de um grande conjunto de lotes e arruamentos ao contrário da expansão radial da cidade, iniciada na segunda metade do século XVII e reforçada no início do século XVIII.

Uma importante premissa para a compreensão deste conjunto é a análise tipológica, já estudada por vários autores, que notoriamente transportou até aos dias de hoje as variações ao nível da habitação, do quotidiano e das transformações ocorridas, bem como a persistência dessas mesmas tipologias no projeto das reabilitações ou novos projetos feitos atualmente, que revelam os conceitos de cidade e da vida dos habitantes que foram dando identidade a um longo período da sua história. “Recordemos as construções mistas de habitação e oficina ou armazém, pequenas, com uma frente, dois pisos, inseridas em quarteirão compacto do Porto mercantilista; as construções igualmente mistas, com habitação de média ou grande dimensão, com duas frentes, logradouro, mais de dois pisos e implantadas ao longo dos novos arruamentos do Porto iluminista; as construções destinadas unicamente à habitação, de pequena, média e grande dimensão, com duas frentes, logradouro e muitas vezes jardins, localizadas fora da muralha, a partir do período do Porto Liberal.” (Fernandes, 1999, p.314)

A cidade foi-se transformando, tendo sido as principais expansões feitas no século XVIII, verificamos que às ruas estreitas e esguias se juntam arruamentos retilíneos e mais largos, são construídos edifícios de escala semelhante promovidos de equipamentos, nota-se um aumento da preocupação pelo espaço público, dando-lhe identidade e autonomia na criação de espaços verdes, espaços promovidos de programa no âmbito do lazer social, e definem-se zonas urbanas para as principais funções da sociedade: a habitação e o trabalho. Esta separação ocorrida principalmente no século XIX que “ (...) constituirá a primeira divisão moderna da urbe portuense.” (Fernandes, 1999, p.314) Esta seria a separação que levou à posterior junção ou total divisão do moderno com a mistura de estilos fornecidos pela história da cidade.

Assim, é importante para o arquiteto, enquanto desenhador do plano e da obra, perceber a importância de como estes sistemas dinâmicos devem responder às novas situações impostas pela sociedade. Deve-se estudar os processos de transformação na relação que estes estabelecem com as novas edificações e estas com as suas referências, tanto por oposição como por acordo. “De facto, uma das suas riquezas está na capacidade em assimilar e cruzar soluções arquitectónicas e urbanas diversas, com distintos materiais e significados, sem contudo perder a sua identidade.” (Fernandes, 1999, p.314)

Segundo Francisco Barata Fernandes, dos três grandes grupos que Daniele Vitale definiu na sua obra “La question dell’antico e il destino delle città” para as cidades que sofreram transformações distintas na sua urbe, conclui-se que o grupo ©, citado a seguir, corresponderia à cidade do Porto, desde a sua essência até aos dias de hoje:

“Pensemos, enfim, naqueles casos em que o tempo apenas produziu sedimentações e estratificações sobrepostas a uma certa imagem e a uma certa construção primitiva. (...) Não será este talvez o caso de tantas cidades de fundação e, entre essas, as cidades romanas que controlavam a própria evolução temporal introduzindo-a na malha de um esquema? Este é para nós, um dos temas de investigação mais fascinantes e ambíguos: entender como uma mesma lógica e uma mesma implantação puderam dar lugar, à distância de séculos, a cidades radicalmente diversas entre si e, no entanto, assim secretamente ligadas por um sistema de princípios e afinidades. Como se a mesma regra tivesse reagido de cada vez de um modo diferente, conforme os eventos e a sua diversa qualidade. (...) Poderemos dizer que o carácter individual das cidades está em grande parte no seu modo de se construírem sobre um corpo precedente, recolhendo, acumulando e transformando as suas próprias heranças.” (Fernandes, 1999, p.315)



Campo do Luso, Porto



Campo do Luso, Porto

Com esta citação e os princípios discutidos anteriormente, juntemos alguns exemplos, tanto de concordância como de oposição que se verificaram na cidade do Porto. Na relação morfológica das edificações com o espaço público, nota-se uma continuidade no caso da rua Infante D. Henrique com a rua de Mouzinho da Silva, tendo sido a última planeada cinco séculos depois da primeira. Apesar desta continuidade, as duas ruas situam-se em momentos históricos completamente díspares, no entanto, segundo os princípios elementares da Carta de Atenas, aproximam-se ambas da tipologia rua-corredor. Por outro lado, se considerarmos o conjunto habitacional a exemplo o Campo do Luso no fundo da rua da Alegria, projetado por José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos em 1959, verificamos uma rutura tipo-morfológica em relação à rua e à referência atual e significativa daquela parte da cidade. Verificamos a existência de três torres e dois blocos que se assumem como exemplo da rutura para com as ruas-corredor e conseqüentemente o património residencial que aí se encontra. Para intervir de uma forma pertinente nestas zonas da cidade é óbvio que é necessário, para além do conhecimento da variação da identidade tipológica, um conhecimento sobre as transformações que ocorrem na cidade, tanto a nível da corrente habitacional como urbana.

Na cidade contemporânea surgiram periferias, herdou-se o centro, mas falta repensar e (re) construir a nova cidade. Para que este processo tenha frutos é necessário recuperar um conceito globalizante, que tente responder aos problemas da sociedade contemporânea, que incorpore o traçado viário, o espaço público e o espaço privado habitacional.

No surgimento de periferias durante o século XX, construídas no sistema de torre e bloco como no Campo do Luso, já mencionado, começamos a perceber a falta de coerência entre estas e o centro da cidade. É notável a incapacidade dos projetos se incluírem na cidade global, há falta de inserção de um traçado urbano criando problemas na identificação da cidade como um todo, apesar de fazer parte de uma composição. Composição também constituída pelo centro da cidade, antigo e degradado, que necessita ser recuperado com urgência. As ruas repletas de edifícios devolutos vêm-se hoje, vazias e desabitadas. A necessidade de preservar o património construído cria objetivos por parte das autarquias e individuais na recuperação das áreas mais antigas da cidade.



Intervenção Porto Vivo, Rua Rodrigues Sampaio



Intervenção Porto Vivo, Rua do Bom Jardim

“ (...) a acção sobre os centros antigos e fundamentalmente sobre os eixos e áreas de expansão dos séculos XVIII e XIX veio relançar o debate sobre a intervenção contemporânea nos artefactos antigos. Com efeito, desde os primeiros programas de recuperação urbana dos anos 70, dirigidos não só aos aspectos arquitectónico-urbanísticos do património como aos aspectos socioeconómicos daqueles que nele habitam, até às intervenções dos finais do século, produziram-se significativas mudanças tanto políticas como culturais.” (Fernandes, 1999, p.317)

Nos trabalhos de recuperação que se tem vindo a fazer ao longo dos anos desde o século XVIII, gera-se uma questão: o que é ou não legítimo conservar? Tratando-se muitas vezes de edifícios que estão inutilizados, surgem obras de recuperação tendo como objetivo o mercado turístico, criam-se lojas, clubes noturnos, restaurantes, hotéis, salas para atividades culturais diversificadas, entre outros, sendo estes programas demasiado específicos e afastando-se de uma recuperação, lote a lote, com programa de habitação. Deve haver a preocupação pela existência de uma permanência da tipologia setecentista e oitocentista, é esta que constitui as ruas da cidade. Apesar de esta ideia ser presente no pensamento de alguns arquitetos e urbanistas, existem outros que discordam e atuam de maneiras distintas.

Com base a projetos já dirigidos à recuperação há habitação, como os do CRUARB², SAAL, Porto Vivo, etc., como as intervenções de plano em áreas urbanas centrais. No Porto, verifica-se a tentativa de aferição de conceitos sobre o património e de que forma se deve intervir no existente. Como exemplo, no novo quarteirão das Cardosas, em pleno centro histórico portuense, assistimos a uma diferente caracterização morfológica da cidade por parte da empresa Porto Vivo. Aqui o aglomerado histórico foi visto como um conjunto de quarteirões e não como um conjunto de lotes relacionados entre si. Deste modo, é feita a reabilitação de um desses quarteirões, habilitando-o de habitação, um hotel, estacionamento subterrâneo e uma praça pública com comércio, eliminando a ideia de saguão ou logradouro, criando-se edifícios de habitação numa linguagem contemporânea, desprovida de relações com o passado. Julgo que a ideia aplicada salienta um problema de compreensão, tanto pelo passado como o presente.

2. CRUARB - Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo.



Quarteirão das Cardosas, vistas exteriores



Quarteirão das Cardosas, vistas interiores

Na reflexão e crítica dos programas de reabilitação, o arquiteto Nuno Grande afirma que a Porto Vivo, nas suas intervenções mostra um querer “esventrar os quarteirões do centro da cidade para fazer parques de estacionamento.” (Villas-Boas, 2009) Parece haver uma promoção pelo automóvel no centro da cidade, quando este já está a transbordar com o trânsito viário. Além disto reforça: “A Porto Vivo publicita os grandes investimentos, com bons materiais, faz uma promoção imobiliária igual à de casas na Foz. Esta lógica é, para mim, até um pouco provinciana e, a meu ver, está a matar a cidade, porque o centro tem outras características. Se virmos outras cidades no mundo, é o modelo low-cost que prevaleceu.” (Villas-Boas, 2009) O arquiteto defende que a baixa deve ser feita de pequenas empresas, como assim foi construída e não por grandes que geram condomínios fechados com parques de estacionamento. E assim conclui: “Mas a ingenuidade que houve no Porto 2001 foi achar que a cidade poderia ser reabilitada em três ou quatro anos. Isto é um trabalho de uma geração, de 20 ou 30 anos.” (Villas-Boas, 2009) Não poderia estar mais de acordo com esta opinião, é neste sentido que este trabalho é feito, um contributo para a nossa geração seja a promotora deste movimento de reabilitação dos centros históricos, mais especificamente no Porto com as tipologias dos séculos anteriores.

Na sequência da cidade do Porto, analisemos alguns exemplos de temas ou conceitos, que durante meados do século XIX gerou um grande debate entre os arquitetos e urbanistas que imediatamente se verificou como uma relação entre o modo de ver a arquitetura, como se projeta a nova arquitetura e como se pensa a cidade. Dentro desta discussão salientam-se alguns autores, apresentados por Francisco Barata Fernandes na sua obra já mencionada, e sintetizando, defendiam diferentes teorias: E. Viollet-le-duc (1814-1879) que teve como seguidores Camilo Boito (1834-1914), Camilo Sitte (1843-1903) e Giovannoni (1873-1947), defendia a necessidade e a possibilidade de intervir cientificamente na arquitetura do passado. O modo como ele utiliza os conhecimentos do passado na obra arquitetónica é o mesmo na continuação da construção da cidade herdada; J. Ruskin (1813-1900) e William Morris (1834-1896) num prisma diferente fazem apologia à ruína, defendem que o edifício é comandado pelas leis da natureza, quando a obra humana é dada por terminada, defendem que a restauração é demolição, colocando o discurso sobre a obra no âmbito urbano. Notoriamente esta tendência não vingou, pois para haver transformações e expansões urbanas é necessário preservar os edifícios; F. L. Wright (1867-1959), Le Corbusier (1887-1965) e M. Piacentini (1881-1960) encarando a cidade contemporânea defendiam a cidade nova e a arquitetura nova que destacam fisicamente do edificado novo do antigo.

A partir dos exemplos anteriores verificamos que um dos diversos papéis do arquiteto na cidade contemporânea traduz-se nos trabalho de recuperação e reabilitação, um trabalho de cerzir, corrigir e remendar tendo sempre presente a permanência da tipologia portuense. Assim, as principais tarefas do arquiteto quando este intervém na cidade existente, para além da capacidade de avaliar com objetividade os factos urbanos existentes, será o lote, constituinte fundamental da urbe portuense e tendo sempre presente a relação novo-antigo que se encontra no património edificado caracterizado pela persistência da tipologia apresentada.

Subjacente às questões de consolidação das edificações preexistentes de interesse histórico, e dos complementos de arquitetura contemporânea que acompanharam os últimos, de igual interesse e como foco principal deste trabalho, está sempre o tema da habitação e da tipologia, que desde início foi apresentado como programa dominante na construção das cidades, inclusive no Porto.

É com base nestas situações que se conclui que o arquiteto, quando chamado a intervir neste contexto, a análise tipo-morfológica torna-se fundamental para um perfeita compreensão plano/projeto da área a intervir. É assim que se definem tipologias dentro dos modelos arquitetónicos, identificando os modelos que permaneceram ao longo das décadas e aqueles que vão variando, mantendo a essência do modelo inicial. Esta metodologia facilita a compreensão e definição de elementos arquitetónicos base para a caracterização de um tipo, chegando à matriz do conceito e do projeto. A assimilação do projeto, da construção e da utilidade chegam-nos como elementos fundamentais que devem ser relacionados não tomando o edifício como um somatório de resultados finais. É necessário perceber a história dos edifícios enquanto objetos adaptáveis a determinados novos usos, novas exigências, abrindo assim a arquitetura para uma boa relação entre novo-antigo e a novos conceitos de recuperação. Criando condições para uma transformação consciência, tanto quanto à arquitetura como à sociedade e às suas necessidades.

Este estudo leva-nos a identificar, no Porto, áreas em que se nota um princípio de igualdade construtiva, caracterizados pelas evoluções tipológicas e pelas expansões. Facilitando deste modo, a identificação de determinados modelos de cidade construída, tendo sempre presente que a cidade baseia-se na sobreposição de diferentes modelos urbanos.

“Com o reconhecimento dos processos de transformação urbana ao nível da sua essência, e não apenas ao nível da sua aparência, será possível intervir repondo uma determinada identidade de espaço urbano qualificado sem que isso signifique o regresso fatal aos modelos oitocentistas, ou a denúncia incondicional do racionalismo moderno.” (Fernandes, 1999, p.324)

A permanência e persistência da tipologia portuense sempre esteve presente na construção e transformação da cidade, sendo necessário perceber a relação da tipologia com as novas necessidades apresentadas pela sociedade. Assim julgo ser o papel fundamental do arquiteto observar todos os factos das diversas naturezas, aquando da intervenção numa obra preexistente, ou mesmo de uma área urbana. Tal como, a convicção com que as obras do passado se apresentam na atualidade, tem um peso muito grande na intervenção arquitetónica, também os novos elementos contemporâneos tentam-se sobrepor na procura do melhor, no entanto, ambos tentam responder às necessidades da mesma sociedade, só que em épocas da história distintas. Conclui-se que deve haver uma especial atenção pela relação das tipologias do passado com as necessidades e exigências do presente. Percebendo as condições que marcaram tanto as tipologias dos edifícios como a morfologia da cidade.

CAPÍTULO II – A casa contemporânea

Neste capítulo abordaremos a casa contemporânea na medida em que esta teve um papel principal na época moderna, não esquecendo toda a história anterior já referida. O objetivo é estudar a casa unifamiliar burguesa do século XX, normalmente casas mais abastadas, nas suas fases tentando sempre referenciar e direcionar para a habitação em banda, tipologia construída na época anterior ao movimento moderno em Portugal. O período aqui abordado foi, em suma, uma premissa importante na transição entre a casa em banda unifamiliar e a habitação coletiva, ambos os temas relacionados diretamente com este estudo.

O movimento moderno surge-nos no século XIX, tendo o seu expoente máximo em Portugal na década de 40 do século seguinte reassumindo o desejo gótico e o desejo de espaço contínuo. No entanto, a arquitetura feita em Portugal no início do século XX é revivalista do século anterior e devido à tardia industrialização a modernidade demorou a tomar consciência da sua pertinência formal, existindo apenas uma ligação intelectual entre o que foi construído e o movimento moderno praticado na Europa. Para além de Baudelaire, o pioneiro da modernidade no mundo, o espaço contínuo associou-se à planta livre trabalhada e desenvolvida também por Le Corbusier na escola de Chicago assumidamente funcionalista e por Frank Lloyd Wright num movimento orgânico.

Para este trabalho, apesar da grande importância de Frank Lloyd Wright, entre outros autores, interessa aprofundar o trabalho de Le Corbusier relativamente à planta livre devido à sua proximidade e influência na nossa arquitetura. Neste sentido iremos analisar a casa portuense no sentido do funcionalismo proveniente do movimento moderno e assim utilizar aspetos quantitativos através dos seguintes conceitos: casa mínima, padronização e industrialização da construção, que se reproduzirão na proposta final.

Juntando as premissas: casa unifamiliar burguesa, movimento moderno, planta livre e a influência de Le Corbusier, tenciono estabelecer pontes entre estas e perceber se aplicadas no objeto de estudo n.º 255 conseguem responder às necessidades e exigências da sociedade e habitar contemporâneos. O resultado da junção destes estudos com os já mencionados na primeira parte do trabalho, conclui-se na citação de Bruno Zevi, na sua obra *Saber Ver a Arquitectura*, “Se é verdade que toda a história é a interpretação atual do passado, a consciência da arte atual é a base de toda a história da arte passada.” (Zevi, 2002, p.198). Isto resume e traduz o objetivo principal deste trabalho, uma junção entre a história e a contemporaneidade que resultará tanto numa hipótese de projeto que tenta adaptar-se à atualidade e a um futuro próximo, como num trabalho teórico que o fundamenta.

D. A casa moderna – o habitar modernista e a planta livre

O movimento moderno e mais especificamente a casa unifamiliar burguesa do século XX proporcionaram de uma forma contínua e nítida a criação de novos elementos arquitetónicos, e ajudaram na introdução de novos dispositivos que notavelmente modelaram o espaço de diferentes formas. Este habitar individual teve em vista a melhoria das condições de vida dos seus habitantes. É nela que se vê uma projeção do habitar como espaço de desejo, de representação social, conforto, funcionamento e privacidade.

A casa surge na relação construção/cultura em que os elementos arquitetónicos condicionam e ao mesmo tempo assistem os habitantes. É no edifício que se encontra a cultura da sociedade que presenteia-a o momento em que este se ergue e é na cultura que encontramos os processos disponíveis à construção do último, tal como na maneira de pensar a habitação. Em Portugal, as transformações que ocorreram na casa unifamiliar moderna do século XX, relacionam-se diretamente com a história e as diferentes experiências feitas nas tipologias que herdaram do século anterior. Ao observar as casas individuais do século XX verifica-se a existência de grandes semelhanças, quer ao nível do controlo entre o público e o privado, quer nas condições de higiene e saúde, materiais, métodos construtivos e mesmo dos estilos de vida, independentemente do trabalho ou negócio dos habitantes.

As transformações a que assistimos na casa unifamiliar burguesa são de variadas origens dentro da arquitetura e de muitas outras áreas como a antropologia, ergonomia, entre outras. O edifício exige um trabalho interdisciplinar na sua elaboração. Temas como: espaço doméstico, domesticidade, público e privado, demonstração, cultura, organização, etc. transformam-se e reagem em conjunto na procura da melhor solução para satisfazer as necessidades da sociedade. Sociedade que se reproduz no interior das habitações através do desejo dos habitantes de ostentar um astuto perante uma sociedade ativa, reforçando com a afirmação de Aldo Rossi de “que a história da arquitectura e dos factos urbanos realizados é sempre a história das classes dominantes.”. (Ramos, 2004, p.76)

Segundo Rui Ramos, “Na investigação desenvolvida pelos arquitectos modernos a casa é entendida como metonímia da cidade. A casa é a parte irreduzível da cidade e também a sua parte mais operativa, para desenvolver um modelo que comunique uma nova forma de vida.” (Ramos, 2004, p.78). Por outras palavras, a casa é entendida como parte intrínseca da cidade e do seu projeto de transformação, é na casa que surge a ambição de mudança.

A forma urbana surge numa simbiose perfeita com a célula habitacional que a constitui, tornando-se dependentes entre si. Vários investigadores como Francisco Barata Fernandes, Carlos Martí Aris, Monique Eleb-Vidal e Anne Debarre-Blanchard, debruçaram-se sobre esta questão da casa moderna. Tal como Le Corbusier, que com as suas habitações unifamiliares, como laboratórios ou experiências, e com os seus grande projetos urbanos, constituídos por uma unidade mínima de repetição, apresenta estudos sobre esta dupla condição de criação da habitação da cidade moderna.

É exatamente neste ponto que este trabalho irá convergir, uma dualidade entre habitações que persiste desde o século XV até ao século XX, a casa unifamiliar ostentada socialmente e a unidade habitacional que se vai aglomerando.

No início do século XX foram observadas transformações que introduziram novas dimensões espaciais na habitação, devido à necessidade de atribuir à classe trabalhadora uma tipologia, há uma passagem redutora da casa a célula habitacional. Os mestres do moderno deste início de século surgem com propostas de células e construção de bairros para a dignificação da classe operária. Houve uma sintetização da casa numa fórmula redutora e padronizada da habitação burguesa. Surgem novas regras inovadoras que têm por base uma vida nova imposta pelo edifício e não pelos estilos de vida dos habitantes.

Neste capítulo serão usadas, maioritariamente, a tese de doutoramento de Rui Ramos sobre a casa unifamiliar burguesa, *A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX* (Porto, FAUP publicações, 1999), e a tese de mestrado de Sílvia Romão, *Le Corbusier num Portugal Moderno, Os Cinco Pontos nas obras de Viana de Lima, Celestino de Castro, João Andresen e Fernando Távora* (Coimbra, Darq, 2013), que tenta estabelecer uma analogia entre a arquitetura feita por um número de arquitetos e a obra de Le Corbusier. A primeira, obra de Rui Ramos, será utilizada nos pressupostos da sua elaboração. O autor elaborou o seu trabalho no objetivo deste constituir uma base de investigação para trabalhos futuras, relativos ao projeto da habitação (ou não), que procurem as transformações que ocorreram no espaço doméstico no decorrer do século XX. Estas transformações ditaram as principais premissas na construção da planta livre. Transformações profundas e superficiais, nacionais e internacionais, que de alguma maneira influenciaram a maneira de fazer projeto dos arquitetos do século XX. Depois de perceber estas transformações, e através do trabalho da Sílvia Romão, tentarei aproximar a planta livre a algumas habitações portuenses, no objetivo de perceber a adaptabilidade desta última à sociedade portuense atual.

Influências nas transformações da casa unifamiliar

As transformações que ocorreram na casa unifamiliar burguesa têm várias origens, tanto nacionais como internacionais. Aqui tentarei abordar abreviadamente algumas das transformações e as respetivas influências tanto na Europa como em Portugal. Para identificar estas transformações será necessário adquirir processos de continuidade que se foram registando ao longo do século. No entanto, deve-se ter presente que em Portugal, a influência do século XIX teve especial importância, tanto na arquitetura produzida como nos estilos de vida oitocentistas que se enraizaram na cultura portuguesa e permaneceram até meados do século XX. Assim a análise da arquitetura feita em Portugal será feita em paralelo com a arquitetura moderna produzida no estrangeiro, nomeadamente na Europa.

“A modernidade edificada em Portugal na primeira metade do século XX, foi na sua generalidade, revivalista de um século XIX, nunca conseguindo alcançar uma pertinência formal por via de uma industrialização não existente, tratando-se sempre de fenómeno eminentemente visual.” (Ramos, 2004, p.191)

A industrialização tardia foi principalmente devido aos regimes políticos portugueses em vigor e a uma arquitetura erudita que era praticada na altura, que apesar da resposta inovadora em relação ao local, às condições e ao cliente, se afastaria do movimento moderno europeu, fixando-se na tradição do século XIX com o qual estabeleceu pontes entre linguagens utilizadas. Estas relações estabelecidas por uma arquitetura praticada em Portugal criaram novos conceitos e ideias que então foram postas em causa nas produções realizadas. Estas ideias chave eram referenciadas por expressões como “garden citties”, “art déco”, “l’esprit nouveau”, “plan libre”, “machine à habiter” e “funcionalismo”. Estes conceitos serão enunciados no decorrer deste estudo na análise dos processos e transformações decorrentes do espaço doméstico.

Conceitos e ideias chagaram ao nosso país através de diversos meios, tanto através das viagens feitas pelos arquitetos como pelos media, em que se destacaram várias revistas e jornais de arquitetura que percorriam a Europa com as novidades do movimento moderno que estava em voga. Le Corbusier foi um destes arquitetos viajantes, que retirou das suas viagens vários pensamentos e conceitos de arquitetura praticada noutros países. Destas viagens destacam-se as feitas à Alemanha e Holanda deste

último e as de Raul Lino e Fernando Távora, tanto pela Europa no caso do primeiro, como à América e Ásia feitas pelo segundo. Os objetivos traçados por estes arquitetos eram o conhecer a tradição construída dos diferentes locais e viver a experiência, visitando os edifícios como material de projetos.

Estes movimentos e vontades por parte dos arquitetos na sua formação levou a que na primeira metade do século XX já se começa-se a pensar na habitação coletiva, ainda não aplicada em Portugal. Surgem assim vários indicadores de uma nova forma de habitar, que se baseará no espaço doméstico, relacionando questões sociais, culturais e mesmo políticas dos habitantes perante uma sociedade cada vez mais ativa e modernizada.

“A casa individual enquanto habitação ideal – protagonista da arquitetura pela primeira vez, sendo espelho das variações técnicas e sociais ocorridas em cada momento do século XX – surge como metáfora do projeto moderno de habitação colectiva. O problema coloca-se na transposição de um modelo de habitação para outro, mantendo as suas características atractivas: o contacto com o solo e com o espaço exterior, e na identidade que estabelece entre habitantes e a casa.” (Ramos, 2004, p.211)

É a partir desta citação de Rui Ramos que observamos as experiências feitas por várias gerações de arquitetos ao longo do século XX. Estas experiências relacionam-se diretamente com o objetivo deste trabalho, ou seja, surgiram várias tentativas de empilhamento da casa individual num edifício, tentando manter as características como habitação individual. Assim a finalidade seria o encontrar a célula habitacional ideal que responde-se às necessidades da sociedade, num sentido vertical de coletivo que traduzirá uma nova experiência espacial, social e de vida dos próprios habitantes. Um bom exemplo destas experiências, mais uma vez, traz-nos o arquiteto Le Corbusier com o seu projeto de habitação coletiva Immeubles-Villas em 1926, traduzindo este desejo de ligação ao exterior através de um terraço jardim para cada célula habitacional. Elemento que relembra a influência anglo-saxónico proveniente das cidades jardim.

Em paralelo a estas experiências e já desde os finais do século XIX, vários indivíduos, investem o seu conhecimento na criação de obras que divulgam os novos comportamentos higienistas, que refletem as novas necessidades de implementar novos serviços e infraestruturas neste sentido. Estes novos elementos pretendem criar condições legais para a regulação dos novos mecanismos modernos, que deveriam trazer a alteração e melhoria das condições de vida, nomeadamente em Lisboa e Porto. Assim várias tentativas foram feitas, resultando na primeira publicação em 1951 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU).

É nestas condições que surge o tema da Casa Portuguesa com o arquiteto Raul Lino. Este sendo um dos poucos, ou único, que nos deixou a sua obra publicada e explícita, mostra-nos um estilo próprio que para muitos foi considerado como um moderno português e outros defenderiam o contrário. A exemplo, Pedro Vieira de Almeida, num dos seus artigos publicados em 1970, com o título “Raul Lino, Arquitecto Moderno”, defende esta veia modernista que Lino evidenciaria nas suas obras através de um regionalismo através de elementos arquitetónicos e, por outro lado, uma continuidade espacial ligada ao movimento moderno.

Neste sentido e durante o século XX, houve uma tipificação e produção em série de elementos para o quotidiano dos habitantes. Este sinal de modernista, nota-se nas publicações feitas pela imprensa, na demonstração de certos elementos, como cadeiras ou sofás que já indicavam novas preocupações na habitação relativamente ao conforto e lazer dos habitantes. Há uma vulgarização da cadeira e também de mobiliário fixo, mostrando um gosto modernizante perante a habitação portuguesa, podendo verificarmos nas ilustrações feitas por arquitetos e decorares nas edições publicadas durante o século XX.

Assistimos a uma modernização do espaço doméstico, que através do arquiteto Raul Lino e Ventura Terra, verifica-se a dicotomia entre regionalismo/popular e modernismo/vanguarda, respetivamente. Estes autores apresentam-nos obras que demonstram esta dualidade eminente, resultando numa casa híbrida, ou num moderno modificado, característica do diferente e retardado modernismo que se praticava em Portugal. “Devemos ainda notar, que esta casa moderna modificada surge a par da divulgação da experiência moderna purista. (...) uma espécie de derivação social do moderno – a vida moderna ocorre nessa casa híbrida formalizada na separação entre a aparência tradicionalista exterior, e a performance moderna interior.” (Ramos, 2004, p.229)

Na sequência desta casa híbrida praticada em Portugal e pela Europa e na eminência do surgimento de uma indústria ligada à fábrica e à máquina, outros conceitos são criados na produção do espaço doméstico. A casa é associada à máquina e à conceção industrial, por Le Corbusier com o ensaio do projeto Dom-ino entre outros. Esta industrialização trará consigo a introdução de novos materiais, espaços e novas relações na execução dos projetos. Surge assim, uma relação mais íntima entre arquitetos e engenheiros devido à introdução de materiais como o ferro, o vidro e o betão que possibilitaram a criação de novos espaços em ambientes diferentes dentro da habitação e a melhoria dos serviços como as instalações sanitárias e as cozinhas que levou a uma maior higiene, salubridade, ventilação, iluminação e aquecimento dentro dos espaços habitáveis.

Todas estas indagações provenientes da técnica, da arte e da sociologia, criam novas circunstâncias que motivaram o abandono dos estilos do passado para gerar novos conceitos construtivos no espaço doméstico. No entanto, estes novos desafios encontram na sua tradição uma grande importância que se traduz na citação de Ernesto Rogers na sua obra “La arquitectura moderna después de la geración de los maestros.”, retirada da obra de Rui Ramos:

“A dificuldade consiste em introduzir as contribuições da vanguarda, sem rodeios, num novo aprofundamento da tradição. Porque há muitos, que para combater o formalismo modernista não verificam que caem noutra formalismo, no do folclore, ou em qualquer dos estilos tradicionais.” (Rogers citado por Ramos, 2004, p.236)

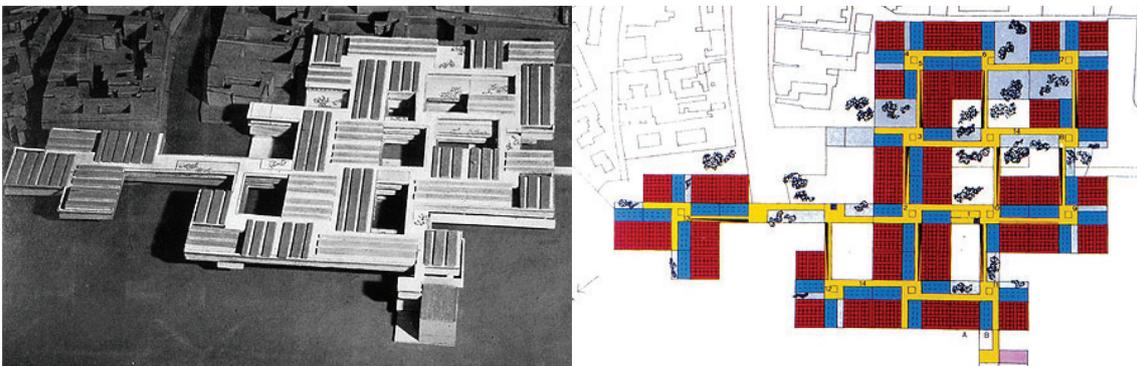
Este confronto entre tradicional e funcionalismo, proveniente da dicotomia do revivalismo e do modernismo, gera dois movimentos distintos em Portugal. Um, já mencionado, de Raul Lino e da Casa Portuguesa relacionando o tradicional sempre presente nas suas obras e uma produção corrente, mais barata e em banda associada à industrialização. Esta última trouxe novos meios de transporte e estradas que proporcionaram o crescimento de uma periferia, que apesar de conter projetos em banda, ainda se registam numa organização horizontal da habitação. Este moderno modificado proveniente das obras de Lino e Ventura teve uma grande influência do Estado Novo, em vigor na altura. No entanto, é nos anos 50, em meados deste regime político que o movimento moderno se começou a praticar verdadeiramente em Portugal.

É aqui, na segunda metade do século XX, que é realizado o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1955-1960) onde são catalogadas as obras da arquitectura vernacular portuguesa, ou seja, as casas de arquitectura tradicional que procuram uma modernidade.

Retomando a arquitectura corrente, produzida também por Ventura Terra, que se apresenta para além dos grandes palacetes construídos em locais privilegiados, estas “(...) construções mais modestas com preocupações de conforto, higiene, de protecção da vida doméstica para a pequena burguesia, para quem a casa continua ser um sinal de prestígio no meio onde vive.” (Ramos, 2004, p.255) Com isto coloca-se a questão de estas casas poderem ser produções mais próximas de um modernismo que se praticava pela Europa, ao contrário dos palacetes tradicionais e revivalistas.

Personagem importante que deu um enorme contributo nesta segunda metade de século foi Nuno Portas que documentou o tipo de arquitectura que se fazia na altura através de obras como “*A Arquitectura para hoje*” (1964) e “*A cidade como Arquitectura*” (1969). Nestas obras Nuno Portas mostra-nos o entendimento que se fazia sentir na altura por uma arquitectura em série que se distinguiu das obras singulares e de autor, como o caso de Raul Lino. Assim ele atribui um aumento significativo à produção corrente como instrumento essencial de uma cidade democrática que crescia a pés largos nessa época, introduzindo conceitos novos no panorama da arquitectura como flexibilidade e adaptabilidade.

Na junção destas premissas que influenciaram a arquitectura moderna, identifica-se alguns valores da modernidade para a concepção de uma nova forma de vida e uma nova arquitectura, como: a organização doméstica a partir de um espaço central (influência anglo-saxónica, já referida); a valorização da função; os novos equipamentos e materiais que possibilitaram novas formas de construir e uma simplificação do espaço doméstico; simplificação das fachadas; e uma fragmentação do volume, quando possibilitado pelo terreno do projeto. Estas ideias de uma nova concepção do espaço doméstico serão explícitas na sua identificação na construção dos primeiros edifícios de habitação coletiva, que em meados deste século, começavam a tomar forma nas mentalidades dos arquitetos.



Hospital de Venezia, Le Corbusier (1964)

Fernando Távora, na sua obra, “O Problema da Casa Portuguesa”, publicado em 1945 e 1947, rejeita a casa portuguesa como exemplo a seguir e defende que “ (...) as casas de hoje terão de nascer de nós, isto é, terão de representar as nossas necessidades (...)”, para o qual começaram a surgir motivações e condições para esta prática de arquitetura.

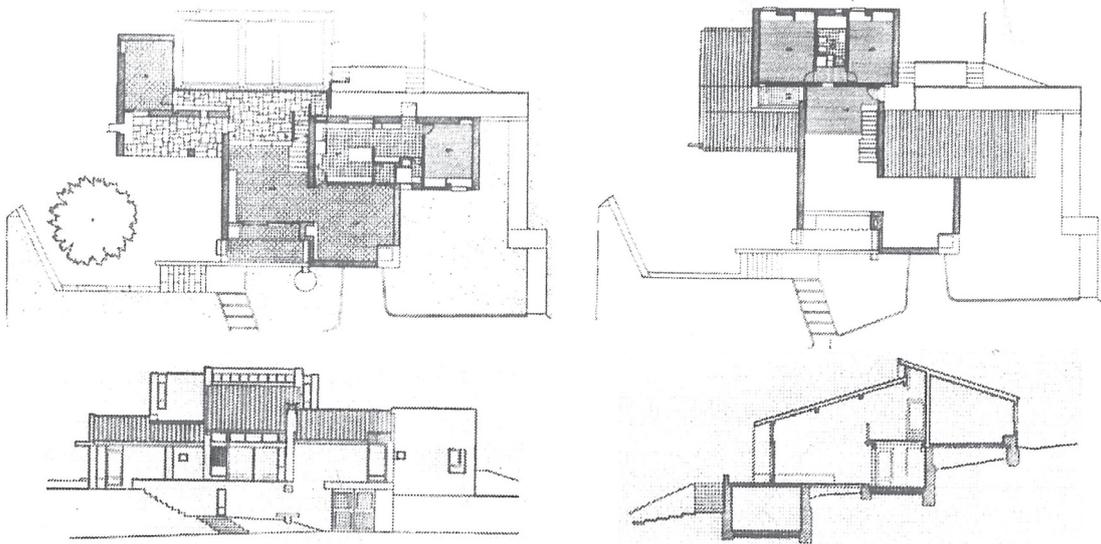
Rui Ramos na sua obra parece conseguir resumir e observar os acontecimentos que se passaram em meados do século XX, em que especifica:

“Nesta perspectiva, a observação da transformação do espaço doméstico na casa burguesa, confronta-se sempre com a aferição e a interpretação dos valores da cultura moderna. O (...) compromisso entre tradição e relação espacial moderna – continuidade espacial, organização funcional, redução e simplificação do programa, novos equipamentos e materiais, abertura para o exterior – sejam inevitavelmente reconhecidos como uma interpretação, que molda a especificidade da arquitectura doméstica em Portugal neste período.” (Ramos, 2004, p.336)

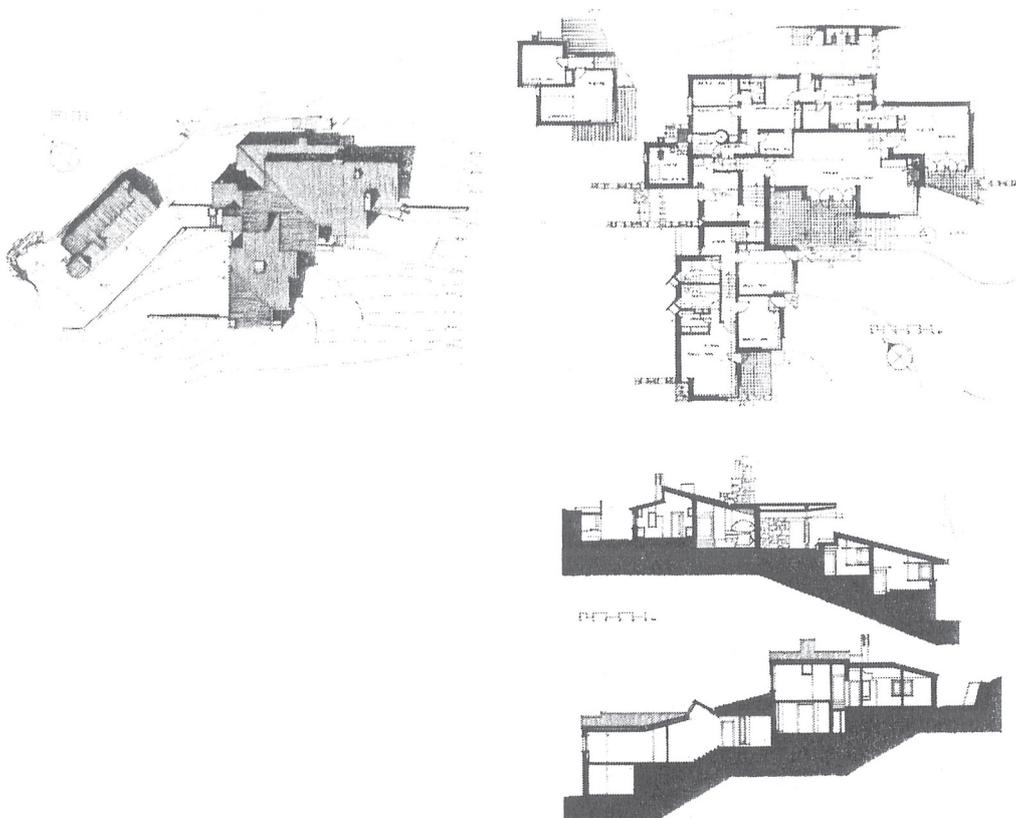
É também nesta altura que os arquitetos portugueses começam a ter alguma influência a nível internacional, o que torna este um momento importante, pois a nossa arquitetura começa a sair do país de origem e surge a possibilidade de entrar em confronto com as demais praticadas na Europa. Assim, em 1947, é realizado o CIAM (Congrès International d’Architecture Moderne) em Bridgewater. “Este momento, sublinhando ainda por um conjunto de eventos e publicações, tornará os anos cinquenta decisivos na formação da matriz cultural – que articula tradição e moderno – que caracterizará a produção arquitectónica da década seguinte.” (Ramos, 2004, p.337)

Exemplo de um importantíssimo evento para a arquitetura portuguesa foi a realização da Exposição de Arquitectura Portuguesa, em Londres no ano de 1956, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos e pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Esta exposição foi importante pois foram expostos vários projetos designados como modernos da arquitetura nacional portuguesa, mostrando ao mundo o que se produzia no nosso país.

A nossa produção arquitectónica insere-se em dois campos que direccionam para caminhos diferentes, um apontando para uma linguagem moderna alcançada e outro que defende os valores socioculturais, havendo uma crescente importância antropológica



Casa do Freixial, Manuel Tainha (1958-60)



Casa M. Ferreira Azancot, José Forjaz (1961-63)

em relação ao habitante. Valorizando assim, mais uma vez, conceitos como flexibilidade e mobilidade no espaço doméstico. “ (...) apesar da especificidade da trajetória portuguesa ter moldado a sua identidade (...), o seu percurso encontra o mesmo sentido dos movimentos, seguramente percursos, que transformaram o panorama da arquitectura do século XX.” (Ramos, 2004, p.349) Permitindo assim confirmar, “ (...) que a noção de antecedente, de continuidade e de tradição está presente, com intenções variáveis, no pensamento e na obra dos arquitectos do século XX.” (Ramos, 2004, p.350)

Nota-se nos projetos datados do século XX uma valorização por parte dos arquitetos na relação da obra moderna projetada e a cultura local. Esta relação é traduzida pelos métodos construtivos, conceitos arquitetónicos, materiais e uma evolução do espaço doméstico que se “ (...) virá a produzir na década de sessenta – caracterizada por espaços amplos com poucas divisórias, sem uma exaustiva hierarquia e com grande sentido prático na organização da vida doméstica (...) ” (Ramos, 2004, p.361)

As casas desta segunda metade do século “(...) caracterizam o seu “way of life”, ou usando as palavras de Fernando Távora: “O <estilo> não conta; conta, sim, a relação entre a obra e a vida; o estilo é o resultado dessa relação.” (Ramos, 2004, p.360) A partir desta afirmação de Fernando Távora, verificamos o abandono por completo da arquitetura praticada por Raul Lino, que defendia o tema/estilo da “Casa Portuguesa”, e passa-se a uma valorização da, já mencionada, produção corrente praticada por arquitetos conhecidos, no caso de Ventura Terra, ou anónimos que nunca documentaram as suas obras, que na época anterior eram menosprezadas.

Como esta relação, da arquitetura com o local e a construção se desenvolveu tanto em Portugal como na Europa, podemos destacar alguns autores que foram influentes neste sentido, como Le Corbusier e uma das suas últimas obras o Hospital de Veneza (1963-1965); Aldo Van Eyck; Louis Kahn; Alison and Peter Smithson; Manuel Taíinha; Nuno Teotónio Pereira; José Forjaz e Conceição Silva são alguns dos mais importantes arquitetos que utilizaram esta relação nas suas obras.

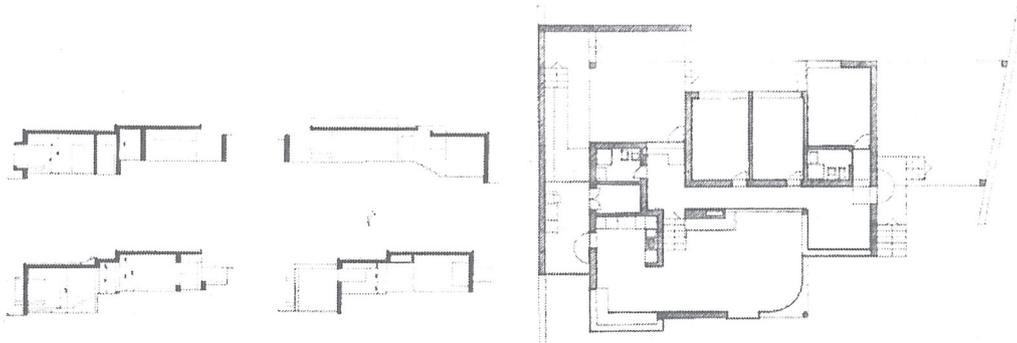
Importância dos dispositivos de circulação

Neste ponto iremos analisar e verificar a influência de alguns dispositivos de circulação, nomeando o corredor e a escada, para perceber como podem ajudar na solução final do meu projeto de reabilitação e também perceber os seus contributos para a evolução da casa burguesa.

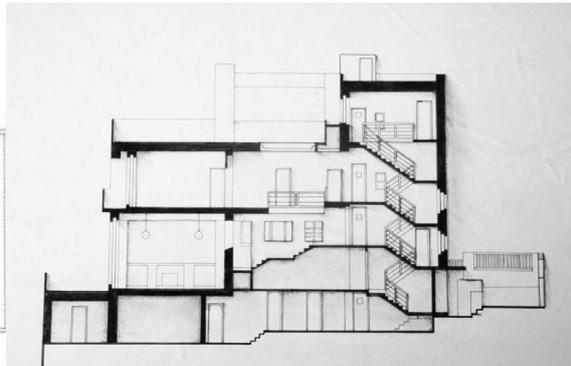
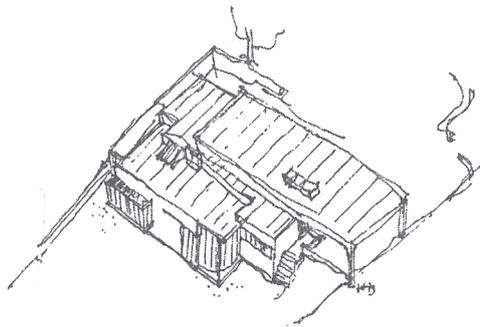
Antes de passarmos a essa análise, julgo ser importante salientar a continuação da importância da preocupação higienista por parte dos projetistas, que apesar de ter começado principalmente na segunda metade do século XIX, como já foi dito, passado um século estas preocupações estendem-se a outros temas, como: orientação e posicionamento da habitação; a luminosidade natural e ventilação; humidade; infeções e desinfetantes; a temperatura no interior da habitação como o aquecimento; elementos nas cozinhas como fogão e chaminé; cércas dos edifícios; salubridade nos diversos andares; dispositivos que contribuem para uma boa habitabilidade, como a iluminação artificial; equipamentos de lazer, conforto e normas para a criação de pés-direitos e áreas. Todas estas preocupações foram traduzidas na Carta de Atenas, ainda hoje referenciada como momento importantíssimo na arquitetura moderna e mesmo contemporânea.

“Os dispositivos de circulação constituem um dos principais vectores da mudança que ocorreu durante o século XX na casa e no espaço doméstico, contudo o seu processo de transformação não é linear nem contínuo no tempo. (...) cada transformação amarra-se a um conjunto de circunstâncias que se incluem no seu próprio processo de mutação e que simultaneamente reinterpretam a sua tradição, numa visão estruturante, mas seguramente não estruturadora de um tempo mais largo.” (Ramos, 2004, p.448)

Esta citação retirada da obra de Rui Ramos servirá ponto de partida para esta identificação, e por sua vez, o elemento ‘escada’ tomará no meu projeto um lugar fundamental na identificação do conceito utilizado e no desenho do espaço, tal como no edifício. Ao observar e estudar o movimento do habitante dentro do espaço é notável uma conexão arquitetónica ditada por fatores de ordem técnica, social, higienista, funcional e estética. Todos estes fatores contribuem num sentido geral para uma boa habitabilidade, constituindo em si a habitação e o espaço arquitetónico. Este espaço arquitetónico



Casa Marques Guedes, Alexandre A. Costa; Sérgio Fernandez; Camilo Cortesão (1973-74)



Casa Muller, Adolf Loos (1930)

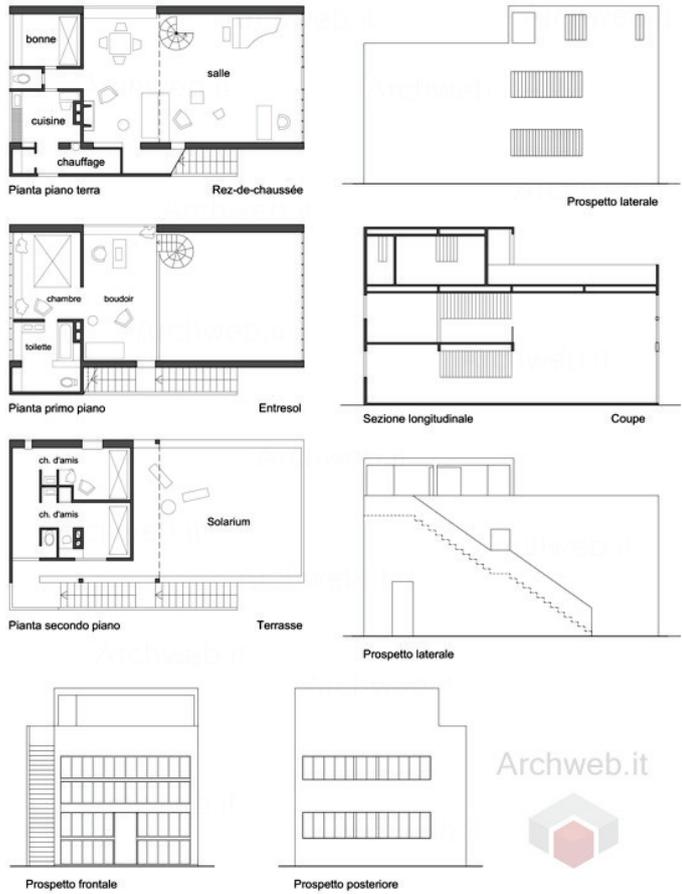


é provido de um movimento natural definido pelo interior vazio e os seus constituintes fixos ou móveis. Este movimento é orientado por elementos de circulação como o corredor, observável desde o século XII, que se pode associar a uma segregação funcional do espaço. Para alguns autores este elemento é encarado como espaço inutilizável, enquanto para outros é elemento fundamental da organização do espaço, evitando a passagem obrigatória por alguns compartimentos para chegar ao destino. Partindo da primeira ideia de inutilização do espaço correspondente ao corredor, a sua ausência cria uma organização do espaço interior em “grelha” ou “canalizada”, que “(...) atravessando os compartimentos, de forma aparentemente indistinta, que se processa a circulação através da casa, para uma realização de todas as tarefas domésticas ou de representação social.(...) Nesta casa registam-se no comportamento dos habitantes, os modos específicos de transitar entre compartimentos, celebrando a importância da passagem de um compartimento para outro.” (Ramos, 2004, p.426/427)

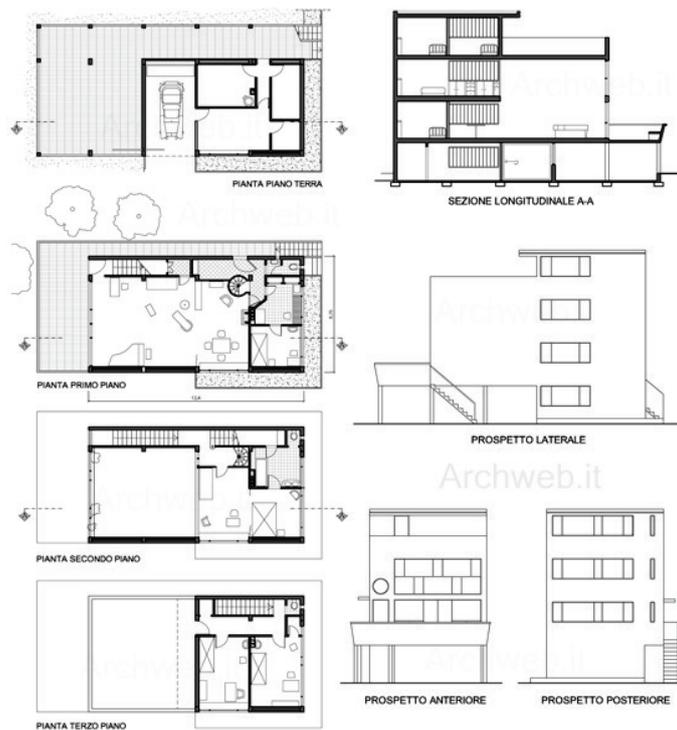
Por outro lado, partindo da segunda ideia de utilização do corredor cria-se uma organização do espaço interior em “árvore” ou “filtrada”, associada ao projeto moderno e consequentemente a uma estrutura racionalizada que procura a casa ideal. Esta organização associa-se à Promenade Architecturale que “(...) observa a execução das tarefas domésticas e do movimento a elas associado, para, de acordo com novos princípios de ordenação dos compartimentos, encurtar distâncias, reduzir o espaço ao mínimo funcional, estabelecer novas passagens, evitando a colisão dos habitantes(...)” (Ramos, 2004, p.432) e fazendo com que os espaços conquistem uma privacidade e funcionalidade específicos, à muito procurada. Como exemplos desta estrutura em “árvore”, é apresentado a Casa Marques Guedes de Alves Costa e a Casa Muller de Adolf Loos.

“A promenade architecturale concebida como trajecto do exterior para o interior, através da passagem em movimento por espaços, escadas e rampas, numa sequência de luz e sombra, transforma-se numa experiência do espaço moderno essencial para promoção da nova forma de habitar.” (Ramos, 2004, p.438)

Partindo desta ideia de promenade architecturale, julgo ser o caminho mais propício à elaboração de um projeto que se adapte à contemporaneidade e aos dias futuros do edifício N.º255. Neste sentido, analisarei agora este conceito que se associa à planta livre, à escada, já introduzido neste tema, e à máquina de habitar flexível e adaptável através do movimento criado pelo espaço. Há uma preferência por valores de aberto



Casa Citrohan, Le Corbusier (1922)



Casa Citrohan, Le Corbusier (1922)

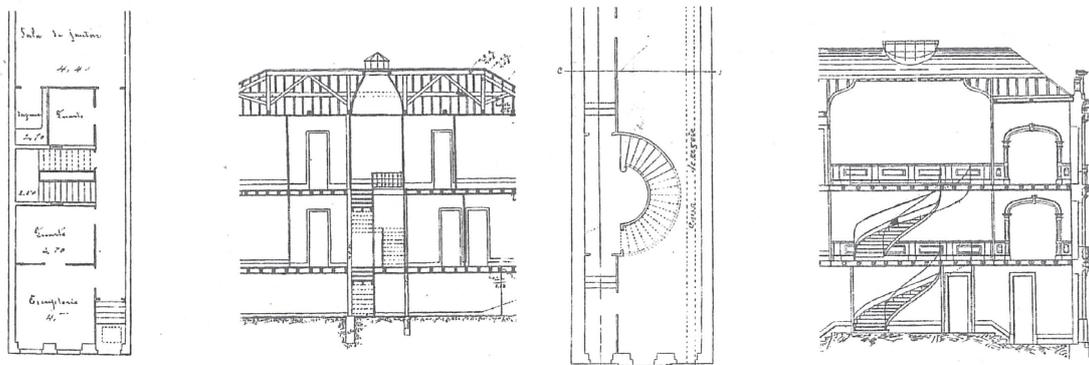
e flexível que se traduz, tanto numa redução de áreas e desenvolvimento de sistemas de circulação, como ao estudo racional do uso dos últimos. Exemplos destes conceitos e usos dos dispositivos de circulação são as casas da série Citrohan de Le Corbusier. A escada ultrapassa a função meramente funcional associando-se a um novo estilo, a um novo conceito do habitar. Esta toma várias formas e é projetada em diferentes lugares, perdendo a sua centralidade muitas vezes num propósito maior de organização espacial e mesmo visual, sendo momento de exceção, a partir do utilizador.

“(…) a escada moderna miniaturizada, como resultado do estudo da sua funcionalidade (…) Na casa moderna a escada faz parte da casa. (…) a escada moderna ganha uma plena incorporação no espaço da sala, organiza o movimento, segmenta a sala comum, e faz parte dos argumentos de uma especialidade moderna.” (Ramos, 2004, p.450/451)

Apesar de ser a partir o século XVIII que a escada passa a ser valorizada, é só na segunda metade do século XX que realmente lhe é atribuída a devida importância enquanto elemento fulcral no espaço habitacional. Esta é materializada segundo um gosto próprio do arquiteto, tentando transmitir diferentes conceitos consoante a sua utilização e a sua localização, esta torna-se programa e construção no movimento moderno.

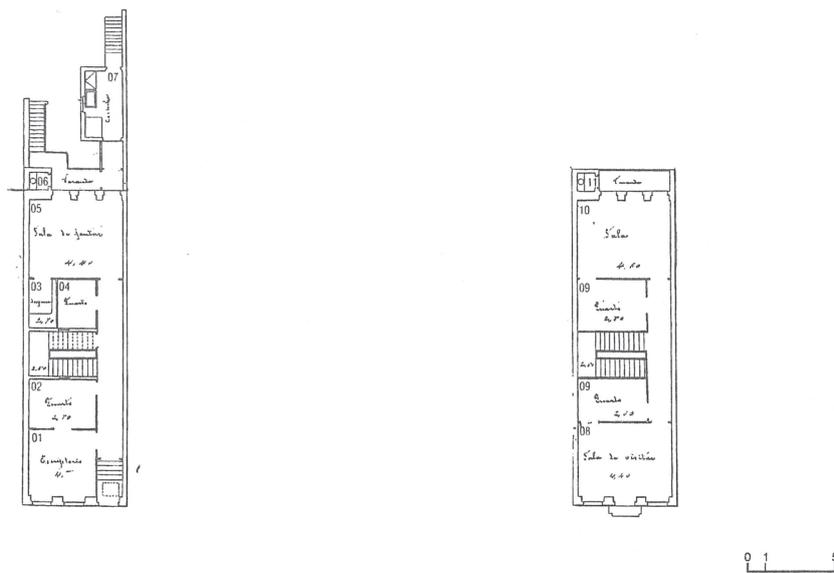
“Mesmo quando a escada se ausenta da construção do espaço, retirando-se para uma “caixa de escadas” que a encerra, este novo espaço condutor da circulação vertical adquire uma expressividade volumétrica própria da casa, sobretudo na sua leitura exterior.” (Ramos, 2004, p.452)

O desenho deste elemento arquitetónico, construtivo, material e espacial, pode-se considerar um dos momentos em que os arquitetos tem mais liberdade. É por esta razão que a escada dentro dos edifícios tomaram as mais diferentes formas até aos dias de hoje. No início, quando os métodos construtivos e materiais não eram suficientes, as escadas encontravam-se dentro de certos padrões, constituídas apenas por um lance, dois lances paralelos ou então num sentido circular, geralmente construídas em madeira. Apesar de serem dispositivos relativamente simples, muitas vezes tomavam a centralidade da casa, ganhando uma certa ostentação e protagonismo tornando-se elemento estruturante do movimento na casa. Atualmente as escadas tornam-se verdadeiros artefactos, transmitindo uma cultura e um gosto pessoal do criador para aquele local específico.



Casa de Melchior Teixeira Guedes, Planta R/C e corte longitudinal (1898) à esquerda;

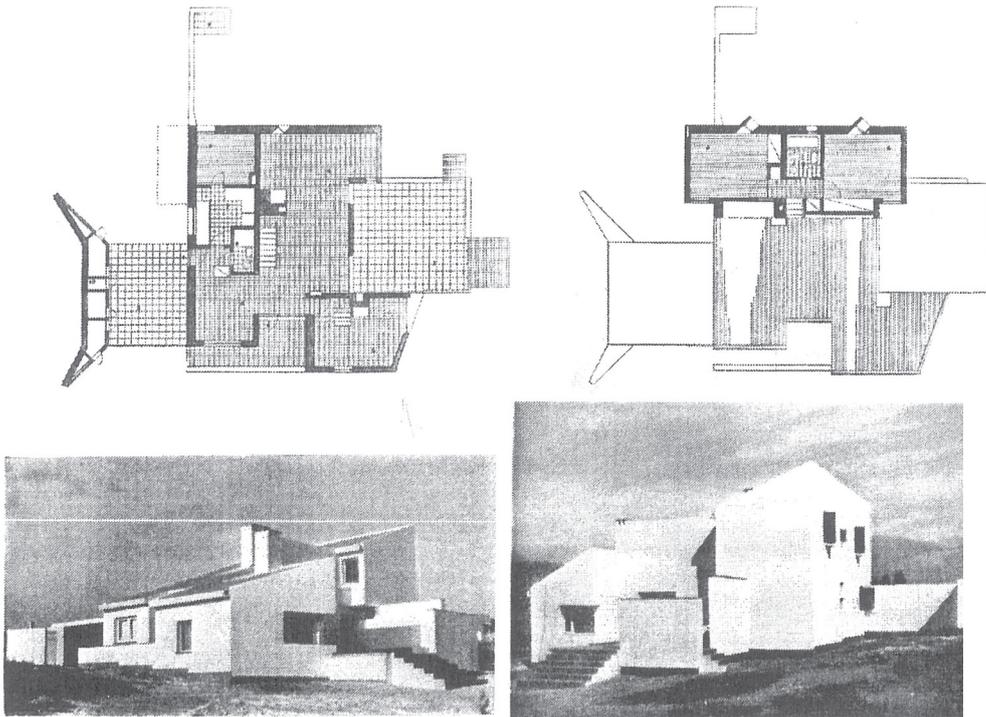
Casa de Vitorino Alves de Sousa, Planta R/C e corte longitudinal (1900) à direita



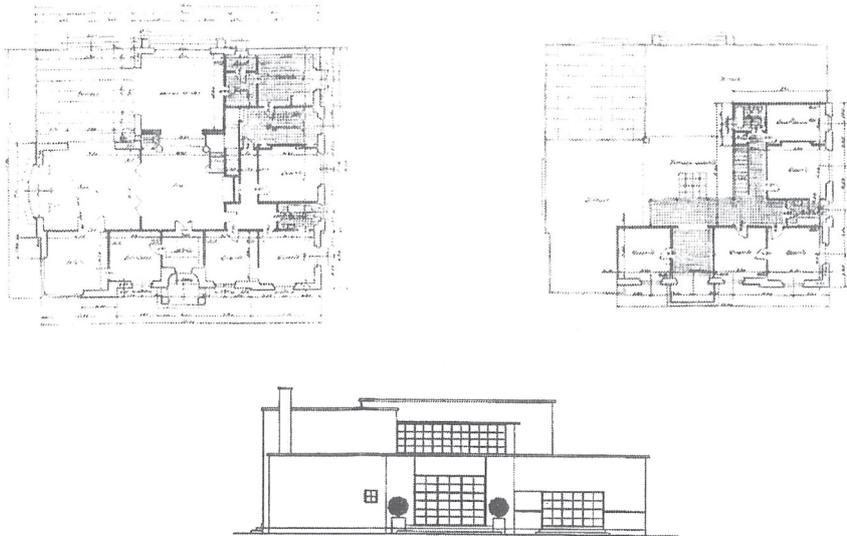
Casa de Melchior Teixeira Guedes, Planta R/C e 1.º andar

Desde os palacetes senhoriais às casas operários, a escada teve sempre especial atenção, sendo ostentada por todos os conceitos e premissas. Estes conceitos apresentados estão intimamente ligados à solução de projeto apresentada, tanto a nível conceptual como construtivo, no entanto, há que ter a consciência que o projeto foi pensado para uma sociedade com novas exigências provenientes do século XXI. Há uma preocupação no desenho das três diferentes escadas apresentadas, destinadas a diferentes usos, com diferentes materiais e conceitos, tentando adaptar-se aos programas e locais onde estão inseridas. Apesar desta diversidade nos elementos apresentados, há várias características comuns às produzidas anteriormente, como por exemplo, o lanternim situado na cobertura que as ilumina, aliado a uma racionalização das mesmas devido ao lote estreito onde o edifício está inserido. Dois exemplos distintos são: a Casa de Melchior T. Guedes e a Casa Vitorino Alves de Sousa, apresentando uma as escadas mais usuais e outras em semicírculo.

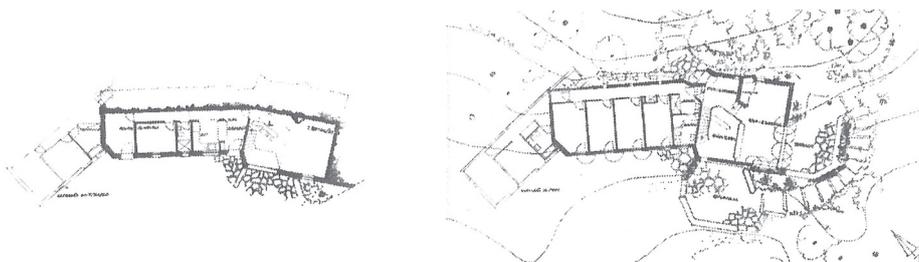
Assim apresentam-se três tipos de escadas: uma primeira que liga a entrada e a grande zona comum às habitações, caracterizada pelo paralelismo em relação à parede estrutural, torna-se um elemento corrido iluminado verticalmente pelo lanternim situado 3 andares acima. Esta escada é racionalizada na sua largura, mediante um edifício tão estreito; outra paralela a esta mas de menores dimensões; e por fim a escada contida numa parcial caixa de escadas de maneira a tornar um pouco mais privado este acesso racionalizando este espaço tornando a circulação mais rápida e eficaz.



Casa em Albarraque, Hestnes Ferreira (1959-61)



Casa Bêlard da Fonseca, Luís Cristino da Silva (1930)



Casa na Praia das Mações, Nuno Teotónio Pereira (1957-59)

Promenade Architecturale e simplificação do espaço interior

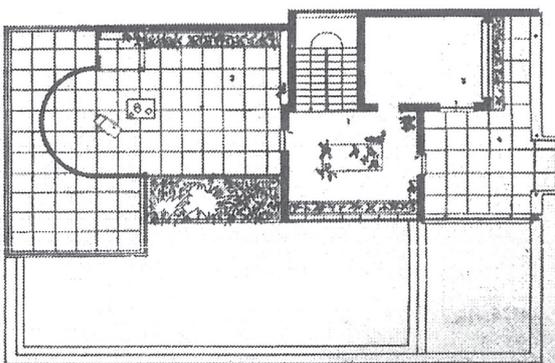
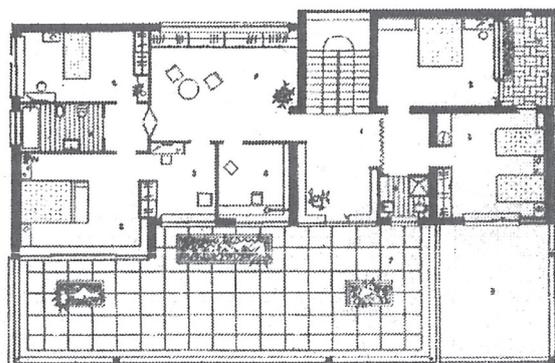
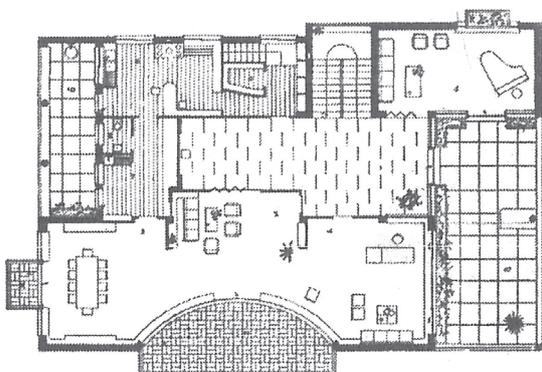
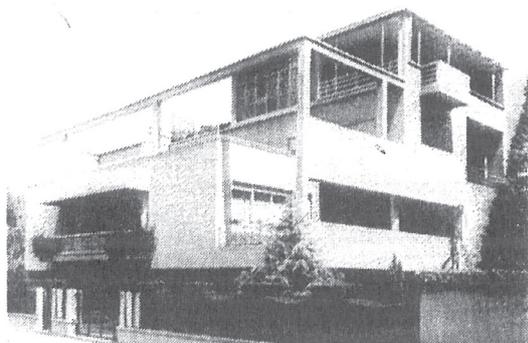
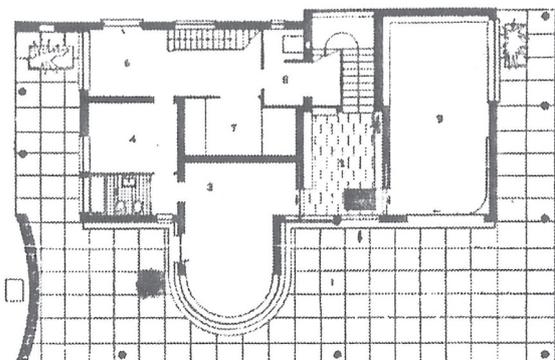
Partindo da escada como elemento de circulação, remetemos o nosso estudo para a *Promenade Architecturale*, temas intimamente ligados pelo espaço arquitetónico. “A *promenade* significa a experiência temporal no interior de um edifício que é registada pelo habitante, como uma unidade espacial e conceptual(…)” (Ramos, 2004, p.477)

No projeto proposto esta *promenade architecturale* apresenta-se individualmente em cada indivíduo, cada um cria a sua própria *promenade*. Através dos pés-direitos duplas e triplos, do jogo de luminosidade proveniente das pequenas janelas do antigo alçado e das vistas provenientes dos pequenos varandins situados ao longo da escada, este percurso ou *promenade* será diferente para cada habitante ou usuário. Nestes pressupostos o espaço ganha um sentido nele próprio, é nesta passagem de espaço fechado a aberto e percorrível que se assinala “(…) uma nova intenção espacial: a de desfazer o espaço encerrado em limites absolutos.” (Ramos, 2004, p.481) Em Portugal, apesar desta influência e alguma prática destes conceitos, a arquitetura sempre esteve muito relacionada com o local e contexto, sendo mais tarde contrariado pela arquitetura de, por exemplo, Siza Vieira que projetou a arquitetura afirmando-se sobre o local de implantação.

É nos finais do século XX que se viram criadas situações e meios para que o espaço doméstico difunde-se a sua espacialidade abrindo portas a novas ideias. “A desintegração do sistema construtivo clássico, baseado na coincidência da parede, fachada e estrutura como elementos essenciais para conformação do espaço, vêm permitir a formulação de um novo princípio espacial.” (Ramos, 2004, p.428) Este princípio foi o catalisar essencial e importante para a descoberta e prática da planta livre.

Consideramos que o espaço moderno toma uma carácter de vazio abstrato que é percorrido e observado, podendo conter programas diversos não tendo que estar relacionado com um específico, adaptando-se. “O espaço na arquitetura moderna é considerado em si mesmo, como sujeito da sua própria elaboração, como argumento suficiente para o seu desenho e construção.” (Ramos, 2004, p.531)

Novos conceitos como continuidade espacial e *promenade architecturale*, convocando uma nova espacialidade, são fundados na Planta Livre. É este conceito que é bastante aplicado durante o movimento moderno conseguindo responder a diferentes situações,



Casa Honório de Lima, Viana de Lima (1940) – planta topo, piso1

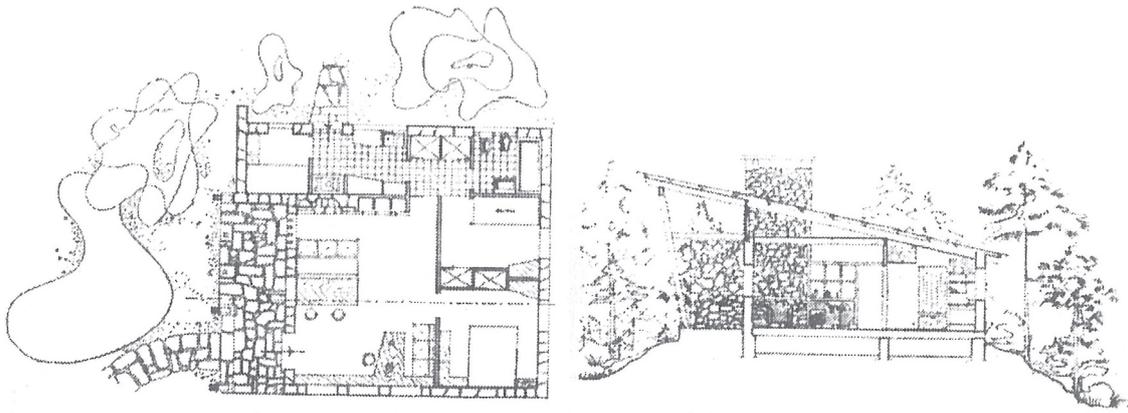
que em cada projeto confrontam a cultura, a técnica e o habitar. Isto é nítido em Portugal, em autores como Luís Cristino da Silva, Hestnes Ferreira e Viana de Lima, mostrando em simultâneo nas suas obras os aspetos estruturais, conceptuais, culturais, programa doméstico, flexibilidade, fluidez, etc., todas elas características do movimento moderno praticado na segunda metade do século XX.

Serão todas estas formas, conceitos e pensamentos refletidos no projeto final deste trabalho, tentando aproveitar algumas e modificando outras tentando responder ao quotidiano do século XXI.

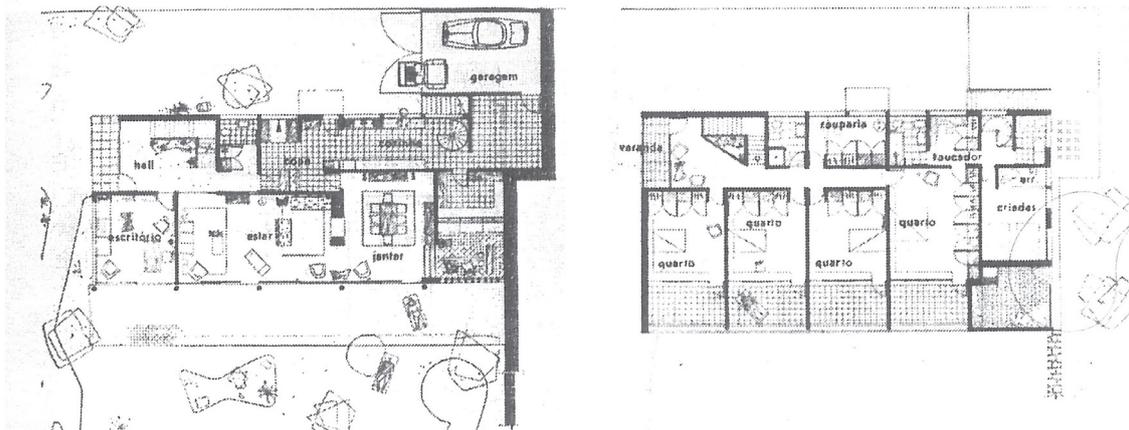
Este percurso que se tenta criar no interior dos edifícios influenciou o espaço doméstico e irá influenciar a simplificação e redução do programa para os espaços interiores. A ideia de *promenade architecturale*, como já foi dito, assenta na fluidez e mobilidade dentro do espaço desenhado. Para que seja atingida uma espacialidade contínua a casa é reduzida havendo cada vez menos divisões, tomando os espaços um carácter mais polivalente não estando dependentes de corredores e paredes divisórias. Esta economia na área do espaço doméstico, na casa unifamiliar burguesa, passa inicialmente por uma divisão entre os serviços e as restantes zonas da casa e mais parte pela coexistência de ambos no mesmo local. Esta ideia de nuclearização de várias atividades no mesmo espaço, relaciona-se com a ideia de concentrar e centrar, libertando todo o espaço envolvente para outros programas e atividades.

Relembro que este trabalho tem apenas o objetivo de abordar alguns assuntos relacionados com as criações no espaço doméstico e arquitetura do século XX, não catalogando exemplos da mesma época. Alguns desses exemplos construídos na época estão já identificados e apresentados na tese de doutoramento do Arquiteto Rui Ramos que me propôs a analisar e incorporar na minha investigação.

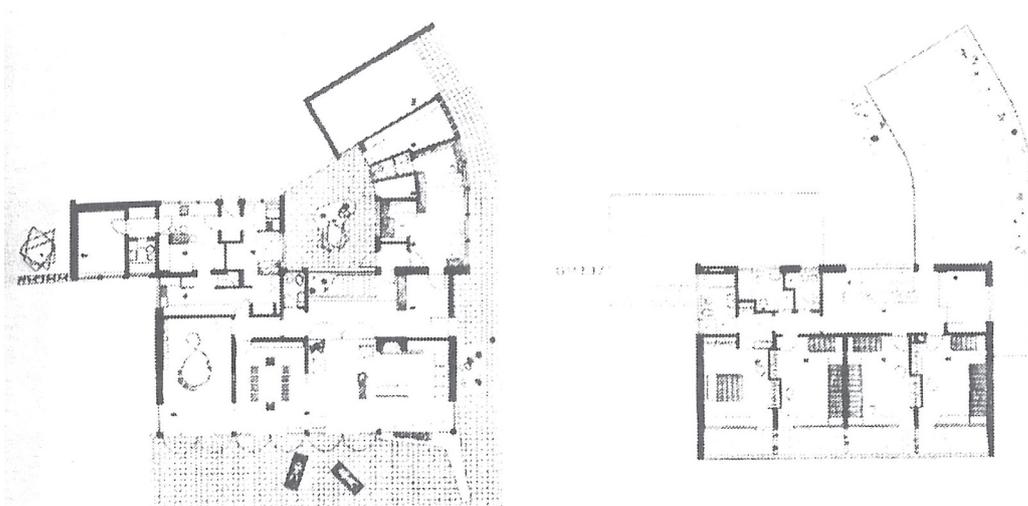
É visível o cruzamento da influência moderna com a contestação erudita aos princípios formais do movimento moderno. No entanto, a arquitetura nunca abandona o local, o material e o sítio, influências do estilo tradicional. Uma comum a estes dois temas é a simplificação e redução de áreas e programas, na procura da célula habitável perfeita. Este tipo de arquitetura é verificável em algumas casas de férias e de habitação do século XX, projetos que possuem características que direcionam à casa máquina e completa da era moderna. A exemplo, surge a Casa na Praia das Maças de Nuno



Casa de férias em Ofir, J. Andresen e R. Martins (1946)



Casa de Rangel Lima, Maurício de Vasconcelos (1950-51)



Casa Ruy d' Athougua (1949)

Teotónio Pereira, em que: “A constatação da redução do espaço da habitação, da simplificação e da concentração de alguns aspectos do programa doméstico surge, também, como oportunidade da habitação responder a novos estilos de vida (...)” (Ramos, 2004, p.579); a Casa de férias em Offir de J. Andresen e R. Martins, a Casa de Rangel Lima e a Casa de Ruy d’Athouguia , que nos apresentam exatamente os temas abordados nesta época.

Assim vamo-nos aproximando do tema da planta livre, como espaço ligado à promenade architecturale e a uma nova espacialidade mais aberta a novas funções não havendo segregação funcional, em que se julga a probabilidade de ser um conceito a abordar para a habitação contemporânea, principalmente no centro da cidade do Porto. As possibilidades que esta nos traz parecem ser indicadas para um espaço que se entenderá como mutável, sendo inicialmente ocupado em duas partes distintas, uma inferior pública e uma superior privada em habitação. Ou por outras palavras, “ (...) a tradução de um diferente entendimento da casa, como espaço para um vasto conjunto de atividades, que são executadas em tempos e ritmos diferentes pelos seus habitantes.” (Ramos, 2004, p.602)

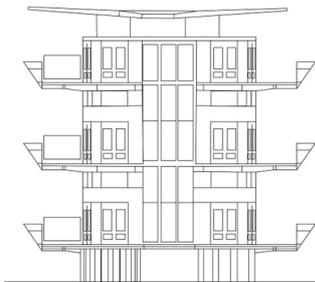
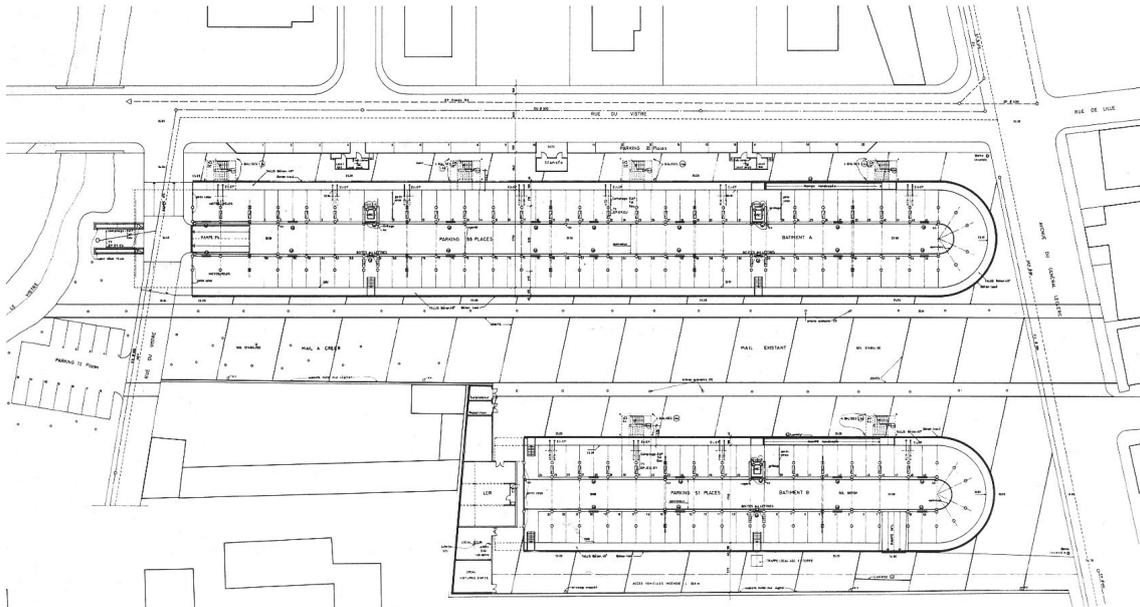
Percebemos que a habitação unifamiliar burguesa do Porto, arquitetura praticada do século XX, sofreu várias influências e impactos, tantos sociais como construtivos ao longo desta centena de anos. A forma de habitar foi evoluindo e com ela foram evoluindo os espaços habitacionais, o espaço doméstico, o programa das habitações e os materiais de construção. Todos esses autores e edifícios que contam na história da evolução da arquitetura tentarão ser tidos em conta no projeto final, como fios condutores que guiaram o projeto numa solução plausível. Assim, várias premissas estarão presentes neste trabalho, tendo mais ênfase a planta livre, desenvolvida por Le Corbusier e todos os autores do movimento moderno, o modelo Dom-ino, também de Le Corbusier remetendo à planta livre numa relação vertical estabelecida por uma escada, e claro, ao quotidiano contemporâneo e às exigências que foram entendidas num panorama citadino atual.

E. A transformação da casa burguesa e o regresso ao centro – flexibilidade e adaptabilidade

Como último tema deste capítulo, proponho-me a apresentar um assunto que penso estar ‘em voga’ atualmente, correspondendo a uma sociedade industrializada, trabalhadora, humanista e dinâmica assente na ciência e na sustentabilidade. Passando pelo estudo de alguns tipos de habitação e as transformações que lhe foram ocorrendo ao longo dos séculos passados, passamos a abordar dois conceitos contemporâneos, flexibilidade e adaptabilidade. Conceitos que serão apresentados juntamente com algumas obras que os representam, no sentido de tentar resolver o projeto à luz do habitante contemporâneo, aquele que passa a maior parte do seu tempo a trabalhar, fora e dentro de casa, necessitando de economizar espaço, modelando-o à sua vontade. Os mecanismos para chegar a estes espaços devido às técnicas atuais, são dotados de características que garantem conforto e espaços de lazer. Surgindo assim um espaço híbrido, podendo ser ocupado como espaço de trabalho ou espaço de lazer consoante a vontade do habitante.

Conceitos como estes ressurgiram com força em meados e no final do século XX, a novidade do habitar fundamenta-se no tratamento dos espaços internos, nas relações espaciais, na proposta de espaços versáteis podendo ser utilizado de diversas maneiras e por diferentes pessoas, não havendo um programa pré-definido para aquele espaço e edifício.

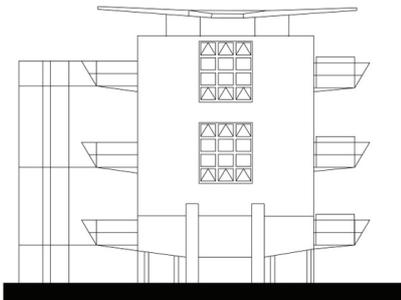
Tatjana Schneider e Jeremy Till, ambos arquitetos, debruçaram-se sobre estes dois temas definindo habitação flexível como uma “habitação que se pode adaptar à alteração de necessidades e exigências quer sociais, quer tecnológicas. Esta definição é deliberadamente ampla e inclui a possibilidade de escolher diferentes layouts de habitação antes da ocupação, bem como a capacidade de ajustar uma habitação ao longo do tempo. Também inclui o potencial para incorporar novas tecnologias, para se ajustar a mudanças demográficas, ou, até mesmo, para mudar completamente o uso do edifício de habitação para outro qualquer.” E acrescentam, “a habitação flexível é a habitação que responde à volatilidade do habitar. E fá-lo sendo adaptável ou flexível, ou ambos.” (citado por Ribeiro, 2012, p.73)



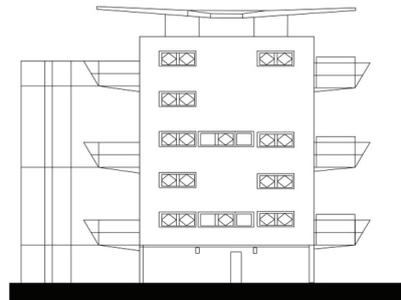
VISTA NORDESTE-AMBOS EDIFICIOS.



VISTA SURESTE-AMBOS EDIFICIOS.



ALZADO SUROESTE-EDIFICIO LARGO



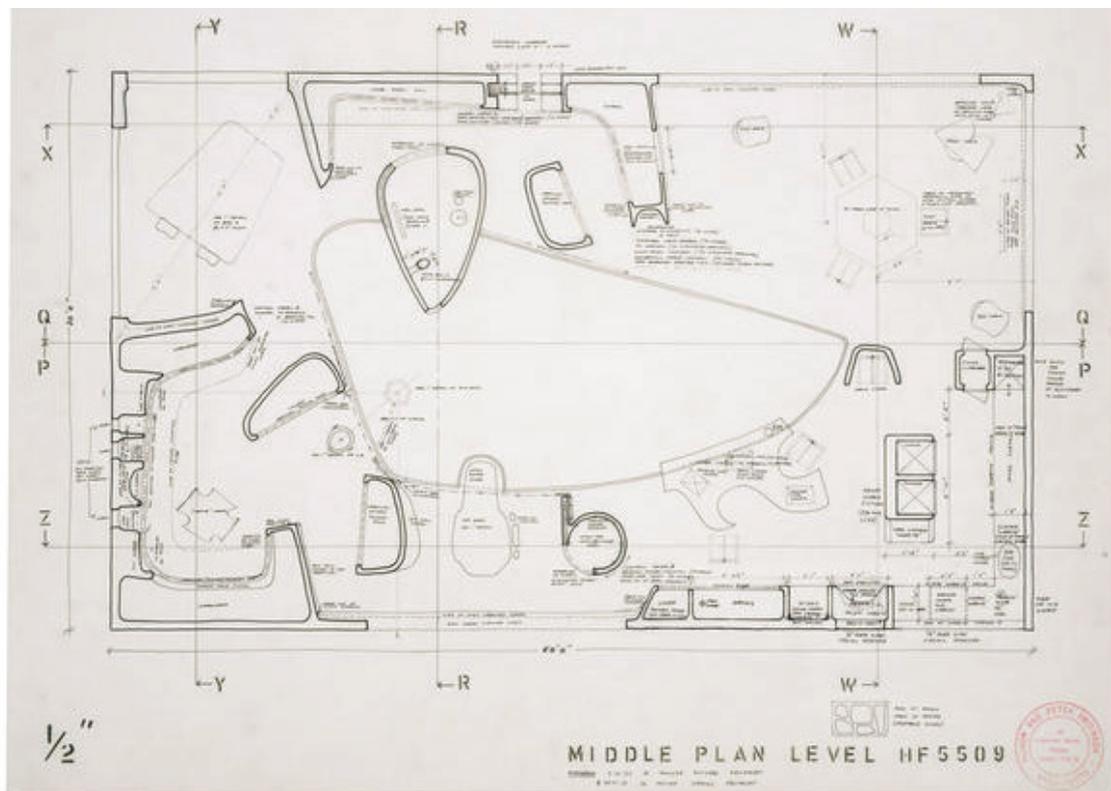
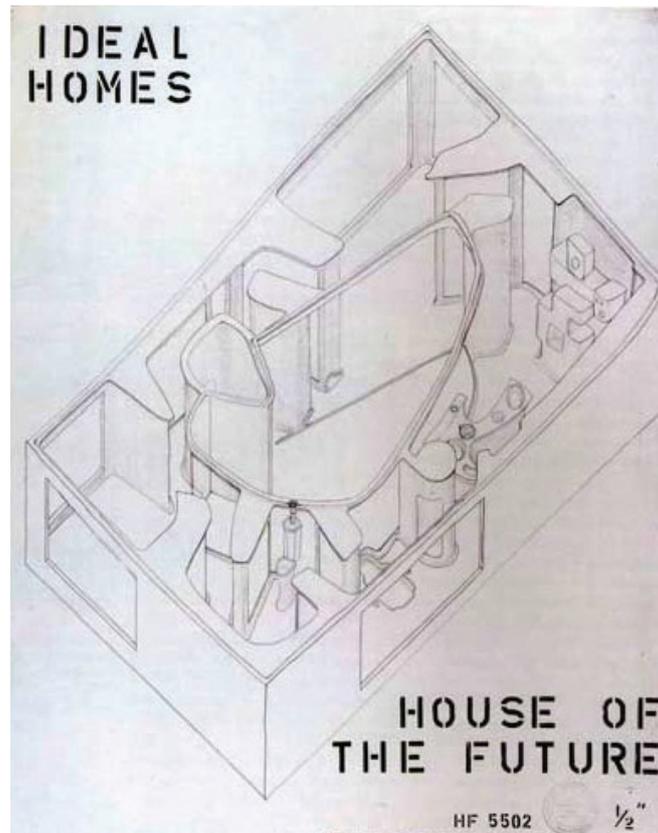
ALZADO SUROESTE-EDIFICIO CORTO

Edificio Nemausu, Jean Nouvel (1958-87)

A sociedade apresenta-nos novas vivências que se reproduzem em novas necessidades relativamente ao programa da habitação. As famílias ou indivíduos que habitam hoje, possivelmente não serão os que habitarão no futuro, ou seja, o programa rígido imposto por paredes de alvenaria condiciona a vida da população em geral, não se adaptando em alguns casos. Há uma necessidade de procura por condições espaciais na habitação no sentido de uma flexibilidade para os diferentes habitantes. Resultando numa necessidade de indefinição relativamente aos espaços. Os espaços tornam-se elementos em constante evolução, um espaço que hoje corresponde a uma habitação passado dez anos poderá ser um ateliê, uma loja ou um restaurante por exemplo. Esta indefinição programática está ligada à evolução destes espaços arquitetónicos.

“Evolução. Pressupõe a capacidade da adaptação do edifício de habitação ao longo do tempo, essencialmente através de dois modos: a adaptação à introdução de usos que não o residencial, e a adaptação face às alterações infligidas pelo habitante na sua própria unidade doméstica, consoante a evolução ou alteração das suas necessidades.”
(Botelho, 2012, p.79)

Assim os programas habitacionais de outrora, como as habitações com muitas divisões diferentes, caem em desuso perante as necessidades atuais e particularmente no caso de estudo N.º255. Cada vez mais é utilizado o espaço aberto, livre de barreiras como paredes e portas, ou a criação de vários espaços idênticos que possam ser utilizados de diversas maneiras, temas que nos remetem para a planta livre já mencionada. Este espaço vazio e livre ganha o carácter aglutinador de vários programas, equipamentos e serviços sempre presentes na habitação, ganhando polivalência nas diversas utilizações por parte do habitante, que passa assim a sua individualidade para a imagem da casa. “As características mais comuns deste tipo de projecto estão relacionadas com a ideia mais básica da flexibilidade, pela utilização frequente de portas de correr, painéis móveis e mobiliário dobrável.” (Botelho, 2012, p.83)



Casa do futuro, "House of future", Alison and Peter Smithson (1956)

A divisão programática não corresponde às características da sociedade do século XXI, uma sociedade fluida e dispersa que necessita de mobilidade física e virtual, dependendo de uma rede de infraestruturas vasta. Dependendo das funções e vivências de cada indivíduo, generalizando, os espaços devem tornar-se fluidos tal como esta sociedade, livres de barreiras e abertos a diferentes usos.

Desta forma o espaço vazio da planta livre associou-se a temas como “casa do futuro” de Alison e Peter Smithsons, projeto para habitação unifamiliar, ou o projeto de Jean Nouvel, Nemausus, projeto de habitação coletiva, ambos influenciados nos conceitos de adaptabilidade, flexibilidade e versatilidade, instrumentos de projeto capazes de dinamizar espaços fluidos.

Adaptabilidade

“Os espaços actuais de uma casa tendem a adaptar-se a distintos modos de estar, a diferentes compartimentações de uso. E nesse aspecto surgem hoje em dia algumas dúvidas em relação aos usos a dar a cada compartimento, tais, como: de que modo de conciliam funções, ou onde colocar os novos equipamentos úteis à vivência actual que tendem a tornar-se quotidianos.” (Adrião, 2001)

Como ao longo da história os programas domésticos se foram alterando perante a evolução da sociedade, hoje em dia os programas domésticos também se alteram mas não na relação com o tempo, mas sim numa relação com o habitante ou usuário do espaço. Pretende-se ultrapassar os modelos standardizados do T1, T2, etc. que foram, “Uma contrariedade às necessidades mutantes das famílias, e sem grande margem de adequação e adaptação daqueles espaços a diferentes funções. Assim, a capacidade de cada edifício oferecer configurações alternativas torna-se uma questão fundamental na criação de uma habitação flexível.” (Botelho, 2012, p.95), criando espaços amplos de maneira a que a sua caracterização seja feita pelo habitante. O papel do arquiteto é organizar segundo um quadro operativo, em que abra um conjunto de soluções por parte do usuário.

Estas conceções são muitas vezes feitas em edifícios mais antigos que possuem grande potencial de adaptação, como já vimos na descrição do caso de estudo, pelos seus pés direitos e áreas desperdiçadas. Nestes casos, o sobredimensionamento das tipologias unifamiliares da casa do Porto a partir do período almadino, foi um catalisador na transformação destas em habitações plurifamiliares. No caso do n.º255, atualmente o edifício não possui interiores, pretendendo aplicar apenas os conceitos estudados. Enquanto à fachada, esta apresenta-se com grande neutralidade não indicando um programa ou uso específico no seu interior, tal como a fachada traseira, em parte danificada mas neutra no seu conjunto. Este conjunto, apresentando este carácter neutro possibilita o funcionamento de diferentes programas, que apesar de ter uma forte consciencialização urbana é potenciado pela sua postura discreta e portuense.

Em suma, quando falamos do conceito de adaptabilidade, devemos considerar, por um lado a utilização do mesmo espaço com diversas funções, e por outro lado a capacidade de um determinado edifício em disponibilizar o seu espaço para diferentes utilizações ao longo da sua existência.

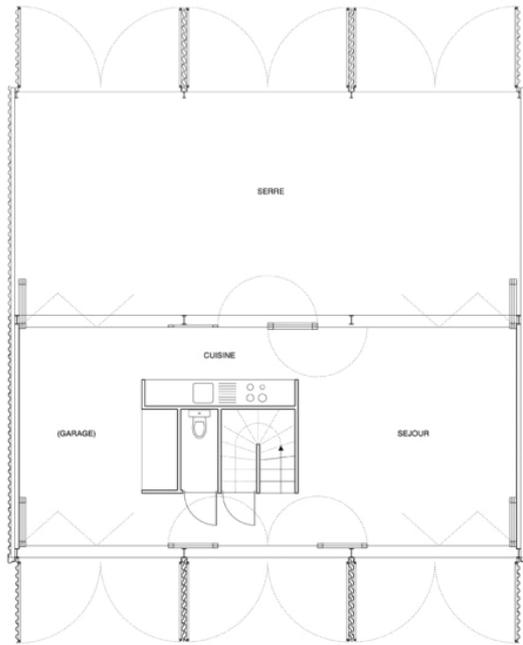
Como se pode depreender das palavras de Francisco Barata Fernandes, na sua obra já referida, relativas à capacidade de adaptabilidade da casa do Porto de origem almadina durante todo o processo de transformação nas tipologias plurifamiliar, foi essa característica que permitiu a regeneração do tecido edificado da cidade do Porto de um modo natural e enquadrado na urbe das construções prévias.

Podendo assumir diferentes funções e adaptando novas necessidades tipológicas à casa urbana portuense continuou o processo, de certa forma empírica, de construção da cidade evitando grandes ruturas com o passado já construído mantendo a sua imagem característica.

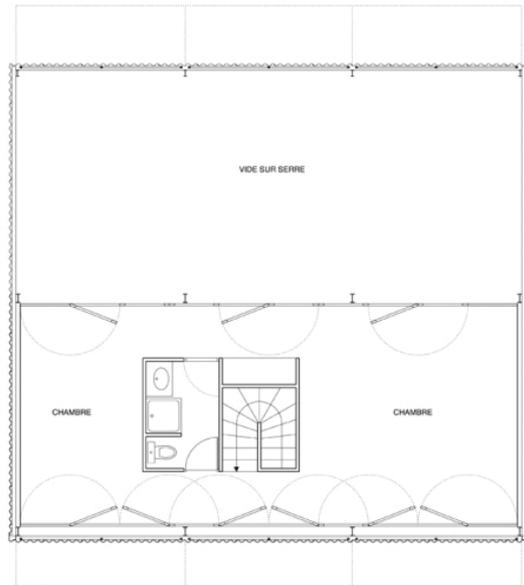
Adaptabilidade não está diretamente relacionada com a ideia de flexibilidade baseada na negação dos sistemas de distribuição tradicionais. Um edifício torna-se adaptável quando consegue responder às constantes mudanças de necessidades assumindo uma cumplicidade resistente à passagem do tempo e uma clara identificação e com o ambiente urbano envolvente. O conceito de flexibilidade é desenvolvido no interior do espaço doméstico. Espaço que criará possibilidades de mudança e uma versatilidade através de utilização de diferentes mecanismos, tecnologias e opções de projeto.

Aproveitando a neutralidade em que o edifício se apresenta, tentar-se-á criar um espaço adaptável, inicialmente destinado a serviços na zona inferior e habitação na superior, na ambição de poder ser utilizado num contexto completamente diferente, como escritórios ou um pequeno aglomerado de estabelecimentos comerciais. A experiência de projeto correu nesse sentido, procurando situações de luminosidade, pés direitos e pontes visuais na perspetiva de tornar os espaços criados percetivos a vários usos. Para este fim, aproveitou-se as paredes estruturais existentes para que deste modo, na junção com as fachadas e os dispositivos de circulação se mantivesse uma ligação estrutural com a tipologia do século XIX. “Assim, para uma maior adequação e adaptação das habitações, deve-se procurar uma concepção estrutural que seja o menos constrangedora possível, já que vai afectar não só a matriz espacial do edifício, como a da própria célula.” (Botelho, 2012, p.89)

Julgo ser errado assumir a incompatibilidade da casa tradicional portuense com as diferentes exigências habitacionais da sociedade contemporânea como um pensamento direto e que não tem resolução. Problemas como o abandono progressivo e desertificação do centro assentam também em assuntos à escala metropolitana, relacionados com mobilidade, segurança, qualidade do espaço público, são questões essenciais para a compreensão deste fenómeno que como já foi abordado antes, não é exclusivo da cidade do Porto. Para além deste último ponto abordado, as tipologias mais antigas, nem sempre são incompatíveis com as vontades atuais. Em muitos casos assistimos a reabilitações das casas oitocentistas e novecentistas assentes nas matrizes originais e apesar de muitas vezes o interior ser manter semelhante, os programas são modificados para satisfazer outras necessidades não sentidas na época de construção inicial.



PLAN DU REZ DE CHAUSSEE / OUVERT



PLAN DE L'ETAGE

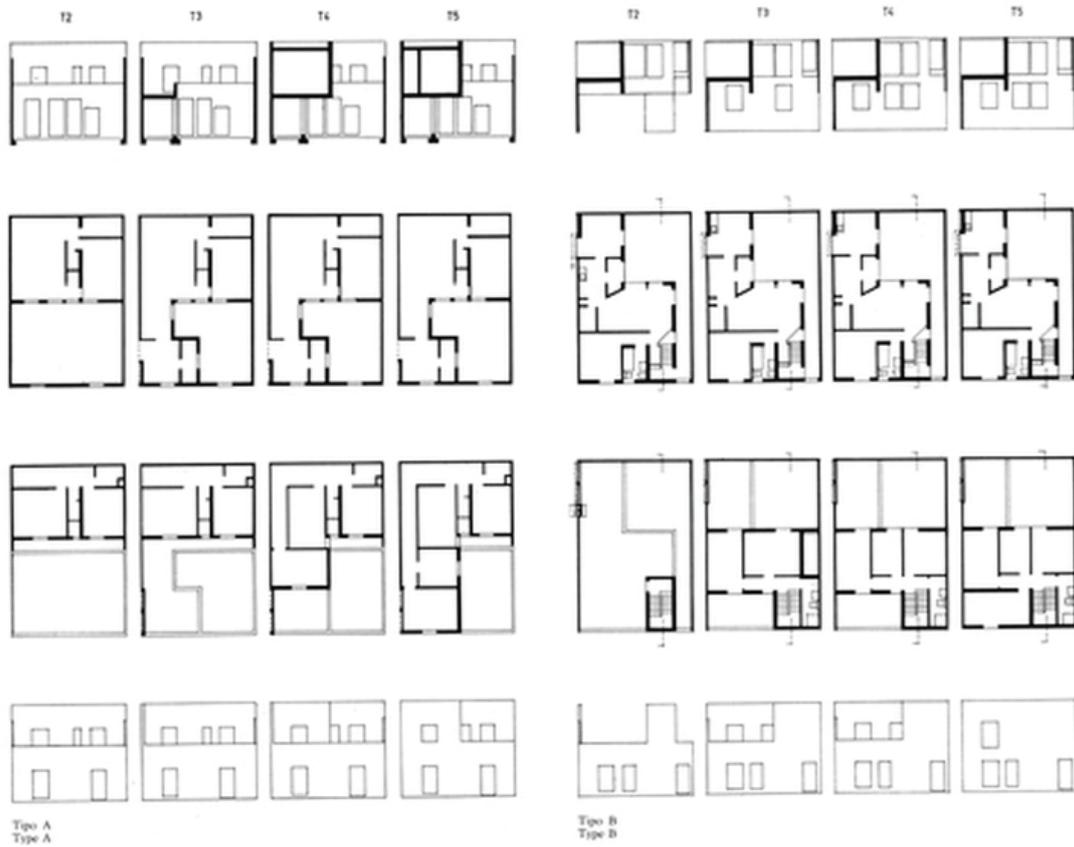


Casa Latapie, Lacaton e Vassal, Floriac - France

Flexibilidade

A ideia de flexibilidade, já mencionado na segunda metade do século XX, é atualmente retomada nos projetos de arquitetura. Autores como Lacaton & Vassal, no projeto da Casa Lacapie, onde “A natureza móbil dos lados Este e Oeste capacita a casa para a mudança, desde o estado mais encerrado ao mais aberto, de acordo com as necessidades e desejos de luz, transparência, intimidade, protecção e ventilação.” (Da Silva, 2008, p.179); Siza Vieira no bairro da Malagueira, projeto que apresenta dois tipos de habitação que se repetem, criando uma habitação coletiva horizontal, esta ideia remete para a repetição de módulos ou unidades produzindo peças por acrescento ou remoção; e também Aires Mateus com a casa em Azeitão, cujas “ (...) áreas mais privadas, quartos, casas de banho, escritório, são dispostas como volumes habitáveis em equilíbrio impossível, regrando o espaço. A introdução de volumes neste interior relaciona-se com a luz e pretende “modular” o espaço principal da sala enfatizando as suas características originais.” (Da Silva, 2008, p.196), entre outros, demonstraram projetos em que mostram este conceito na criação de espaços amplos, nuclearizando os serviços numa pequena área. A nuclearização de serviços está intimamente ligada à industrialização e tecnologia, que possibilitavam a junção de vários equipamentos numa pequena área. Maioritariamente surgem duas formas de disposição destes serviços, uma trata “estes serviços como núcleos centrais, procurando colocar tanto a cozinha como os sanitários juntos, de forma a juntar as áreas de águas, o que facilita a localização e distribuição das infraestruturas que convergem para o mesmo lugar, assim como a libertação da fachada que pode ser atribuída aos espaços de estar. Outra opção que se verifica é a distribuição das áreas de serviço em banda. Faixas de serviços que podem ser transversais ou longitudinais em relação à célula habitacional.” (Botelho, 2012, p.93)

A presença destas novas tecnologias na casa potenciou a sua utilização e a redução das suas áreas como aproveitamento. Mais tarde a introdução de infra estruturas elétricas, de abastecimento de água e de saneamento potenciaram a casa como local de trabalho. Este tema volta a colocar a organização do espaço doméstico em questão e uma nova relação entre o público e o privado. Assim se começam a dar novos usos ao espaço interior da habitação que poderá ser doméstico ou não, possuindo diferentes caracteres.



Bairro da Malagueira, Siza Vieira, Lisboa

Mais do que explorar o número máximo de possibilidades de uso de um espaço, flexibilidade mostra como um espaço tem a capacidade de ser utilizado por diferentes pessoas, com distintas interpretações, ou pelas mesmas pessoas com necessidades e usos variáveis. Este leque de possibilidades disponibilizadas pelo projeto, tornando-o mutável é o elo permanente entre o usuário e o arquiteto, criação deste último e transformável pelo primeiro. Neste sentido conclui-se que o objetivo principal da flexibilidade, tomando estas diversas formas, será libertar os espaços domésticos de uma indisposição, para que estes consigam tomar o carácter polivalente necessário à sua modificação.

Esta flexibilidade ligada inicialmente ao projeto de mecanismos compactos que consigam sintetizar vários equipamentos da habitação, possibilitando a eleição pelos espaços mais desejados e pela sua posterior ocupação. Estes dispositivos tornam a casa um organismo evolutivo capaz de acrescentar ou retirar equipamentos para a expansão e evolução do espaço interior. Depois da colocação destes núcleos de serviços ou equipamentos, a flexibilidade continuará presente no interior mantendo um carácter de versatilidade e polivalência, integrada numa identidade global do espaço interior que resulta num equilíbrio entre os objetos estáveis e a fluidez desta espacialidade mutável. Esta “ (...) organização espacial tanto pode ser desenhada e pensada de modo indeterminado, com o uso de elementos móveis, que podem ser considerados como oportunidades para os habitantes; como determinado, através do desenho específico de compartimentos projectados pelo arquitecto, mas que não determinam o seu uso ou organização, permitindo diferentes apropriações.” (Botelho, 2012, p.97)

Segundo Monique Eleb-Vidal, a flexibilidade dentro de um espaço habitável poderia se subdividir em três conceitos: mobilidade, evolução e elasticidade. Ele explica que a mobilidade implica uma rápida modificação dos espaços segundo as horas e atividades do dia; a evolução supõe a modificação a longo prazo segundo as transformações dos habitantes; e a elasticidade que corresponde à modificação da superfície habitável juntando um ou mais compartimentos.

Estes conceitos correspondem realmente aos espaços que aqui tentamos abordar, como espaços associados à planta livre na junção com diapositivos sintetizando os equipamentos necessários à vida quotidiana, que criarão a uma solução de espacialidade contínua e mutável diante as condições do usuário ou da sociedade onde se integra.



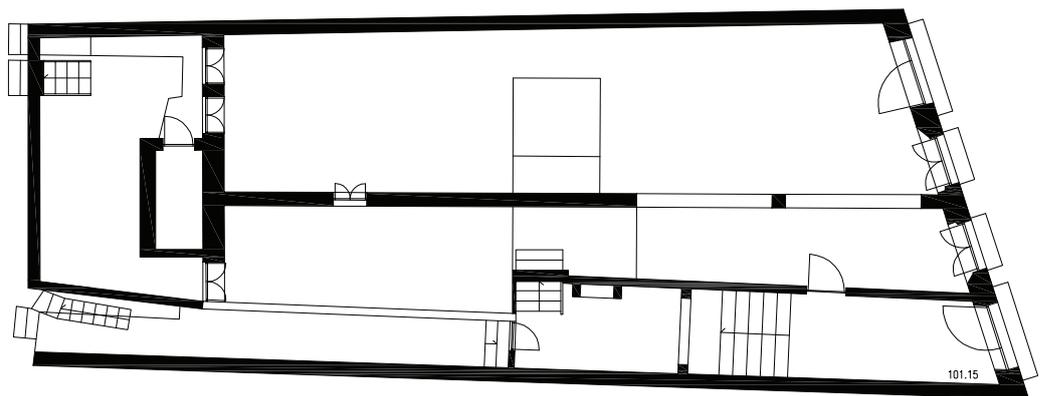
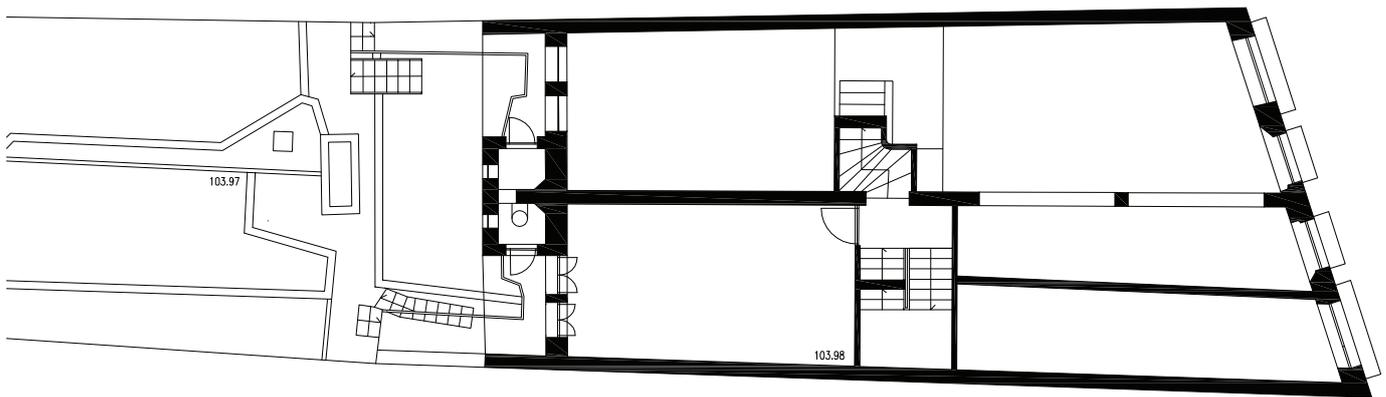
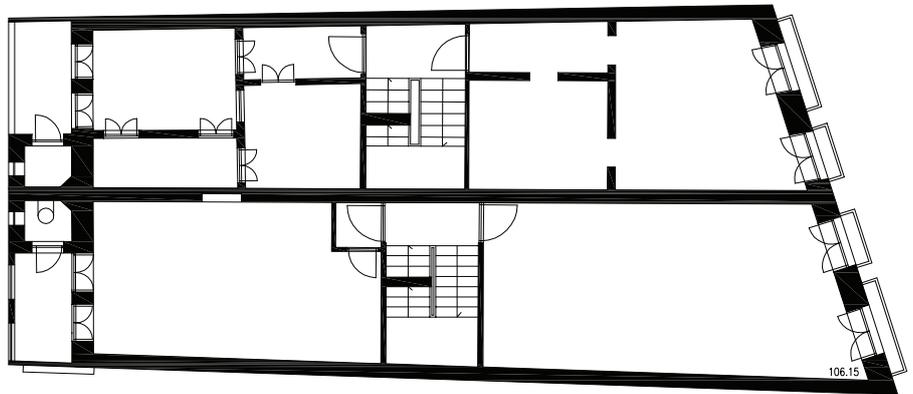
Casa em Azeitão, Aires e Mateus, Azeitão

Como é óbvio para uma boa organização do espaço interno são necessários elementos e equipamentos fixos, como por exemplo, na zona da cozinha, das instalações sanitárias e alguns armários que possam ser embutidos. É aquando destas preocupações que a vulgarização de paredes móveis, núcleos e equipamentos e infra estruturas se tornam nítidas e assim estes elementos tornam-se comuns no quotidiano da arquitetura e construção, proporcionando áreas utilizáveis maiores, tal como a libertação de espaços para se poder atribuir um carácter flexível e adaptável.

“Apesar das distinções apresentadas nas diferentes formas de abordar a adaptabilidade e a flexibilidade de um determinado edifício, não significa que numa habitação ou num espaço que se pretenda flexível, não se possa conjugar alguns, ou mesmo todos os diferentes tipos de flexibilidade. Estas abordagens poderão ser avaliadas não só qualitativamente, mas também quantitativamente. As possibilidades são tantas que as poderemos considerar infinitas.” (Botelho, 2012, p.85)

Conclui-se que o conceito de flexibilidade, apoiando-se em diversos mecanismos e opções de projeto, é desenvolvido dentro do espaço doméstico e na capacidade de modificação que este espaço adquire. É atribuir a um espaço uma versatilidade, representando a opção de dotar este com a capacidade de ser utilizado de diferentes formas, por diferentes pessoas com ideias distintas ou até por pessoas com as mesmas necessidade mas sempre de uso variável. No entanto, “a flexibilidade não implica simplesmente a necessidade de mudança infinita e ruptura nas formas até hoje aceites. Pelo contrário, os edificados que demonstram ser adaptáveis são os que originalmente não estavam pensados para usos flexíveis.” (Castro, 2008, p.30)

“Assim sendo, ao considerarem os conceitos de flexibilidade e adaptabilidade como passíveis de serem implementados nos projectos de habitação, os arquitectos, tanto nas suas vestes profissionais, como nas de habitantes, têm uma palavra decisiva na determinação do acto de habitar.” (Botelho, 2012, p.90)



Desenhos da construção inicial: plantas R/c, Sobreloja e Piso 1 (escala 1:200)

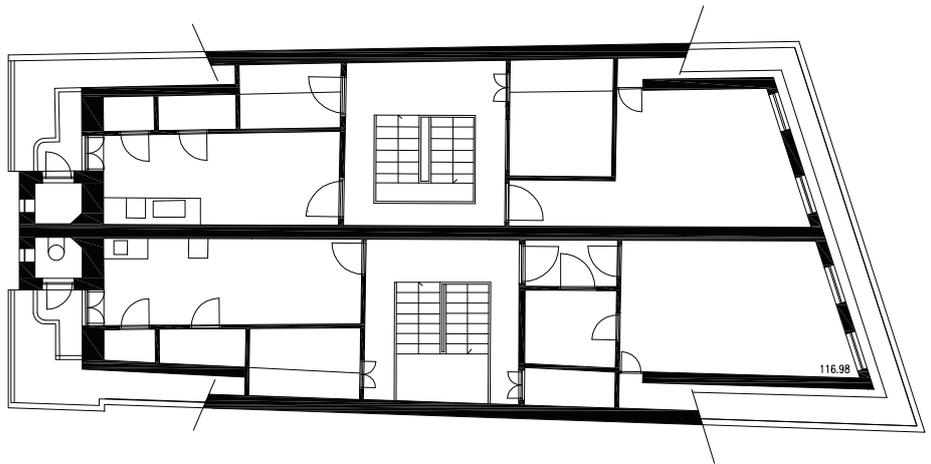
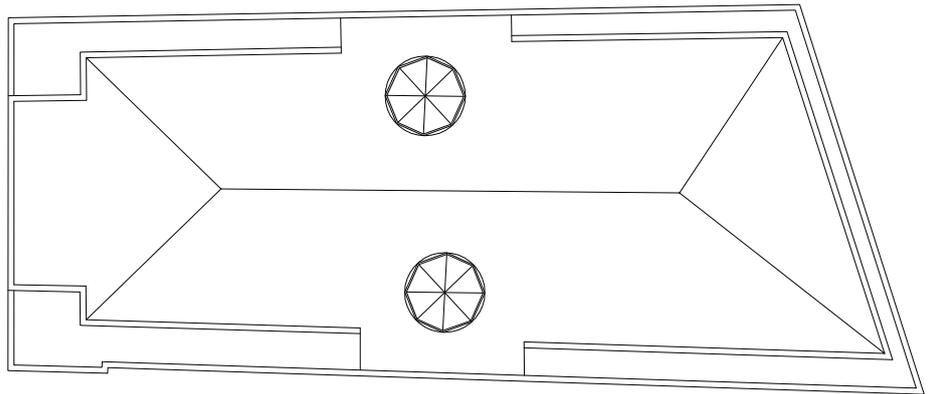
CAPÍTULO III – A Proposta – o regresso ao lote n.º255

“As cidades contemporâneas são hoje, cada vez mais, territórios de mobilidade de pessoas e actividades, tanto no espaço físico como temporal. Vivemos numa era global marcada por fortes dinâmicas, onde a relação entre o espaço e o Homem é definido por mudanças constantes, incoerentes e imprevisíveis.” (Santos, 2007, p.9)

Por último, neste capítulo é apresentada uma proposta, um projeto de reabilitação para um lote da época almadina que se fundamenta no estudo anteriormente feito, tanto no capítulo primeiro diretamente, como no segundo de maneira menos explícita. Desta maneira, temas com o quotidiano, o habitar, a tipologia e a sociedade oitocentistas já foram abordados optando-se apenas por referenciar os mais importantes e que tiveram mais peso nas opções projetuais passamos a apresentar o edifício do lote 255.

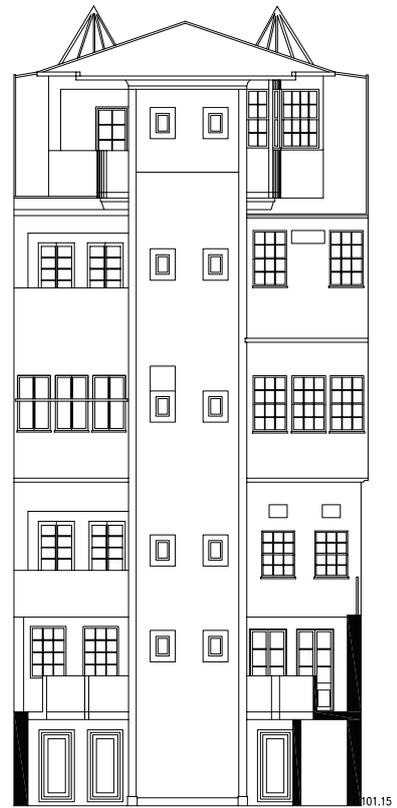
Assim, o edifício eleito como objeto de estudo será apresentado de duas maneiras: uma, aquando da sua construção inicial mostrando uma matriz oitocentista explícita nas suas plantas; e outra, através de um projeto elaborado para a atualidade, fundamentado na casa burguesa oitocentista, alta e estreita, passando pela casa unifamiliar burguesa do século XX, até aos conceitos que estão ‘em voga’, a flexibilidade e a adaptabilidade abordados no capítulo II. Esta análise é feita na ambição de ajudar a reverter o fenómeno da desertificação sentida atualmente.

É feita uma proposta assente numa solução versátil capaz de adotar diferentes programas ao longo da sua existência. Através de relações visuais, espaciais e de luminosidade tentou-se criar condições para uma adoção futura de novos programas caso necessário. Insiste-se na permanência da casa burguesa, alta e estreita como parte dum centro histórico densificado, mas numa relação com as novas organizações espaciais, traduzidas em transformações que se fizeram sentir a partir dos elementos constituintes do espaço doméstico, tanto devido à tecnologia como aos novos hábitos da sociedade, e à utilização de módulos que constituirão os serviços básicos à habitação, podendo estes tomar várias posições. Preserva-se a volumetria do edifício, no entanto, devido ao estado de ruína do interior surge a possibilidade de tomar uma posição muito interventiva, utilizando a experimentação e a liberdade do espaço interior na junção com módulos que fornecem os serviços básicos à habitação, cria-se uma proposta que consiga satisfazer as necessidades de conforto, lazer, trabalho e privacidade.



Desenhos da construção inicial:
plantas 2, 3, 4 e cobertura
(escala 1:200)

É necessário dinamizar o centro da Invicta, repensar as velhas tipologias que persistiram até aos dias de hoje e criar as pontes para uma compreensão arquitetónica entre a cidade antiga e as novas exigências da sociedade. Repensar hábitos, necessidades, espaços, arquitetura, tempos... entre outros, pensamentos que deviam ser crónicos na sociedade e em todas as áreas. Por outras palavras, tentar preservar o antigo num cruzamento com a contemporaneidade sempre procurando melhores soluções para a nossa população, para as nossas cidades.



Desenhos da construção inicial: alçados frente e trás (escala 1:200)

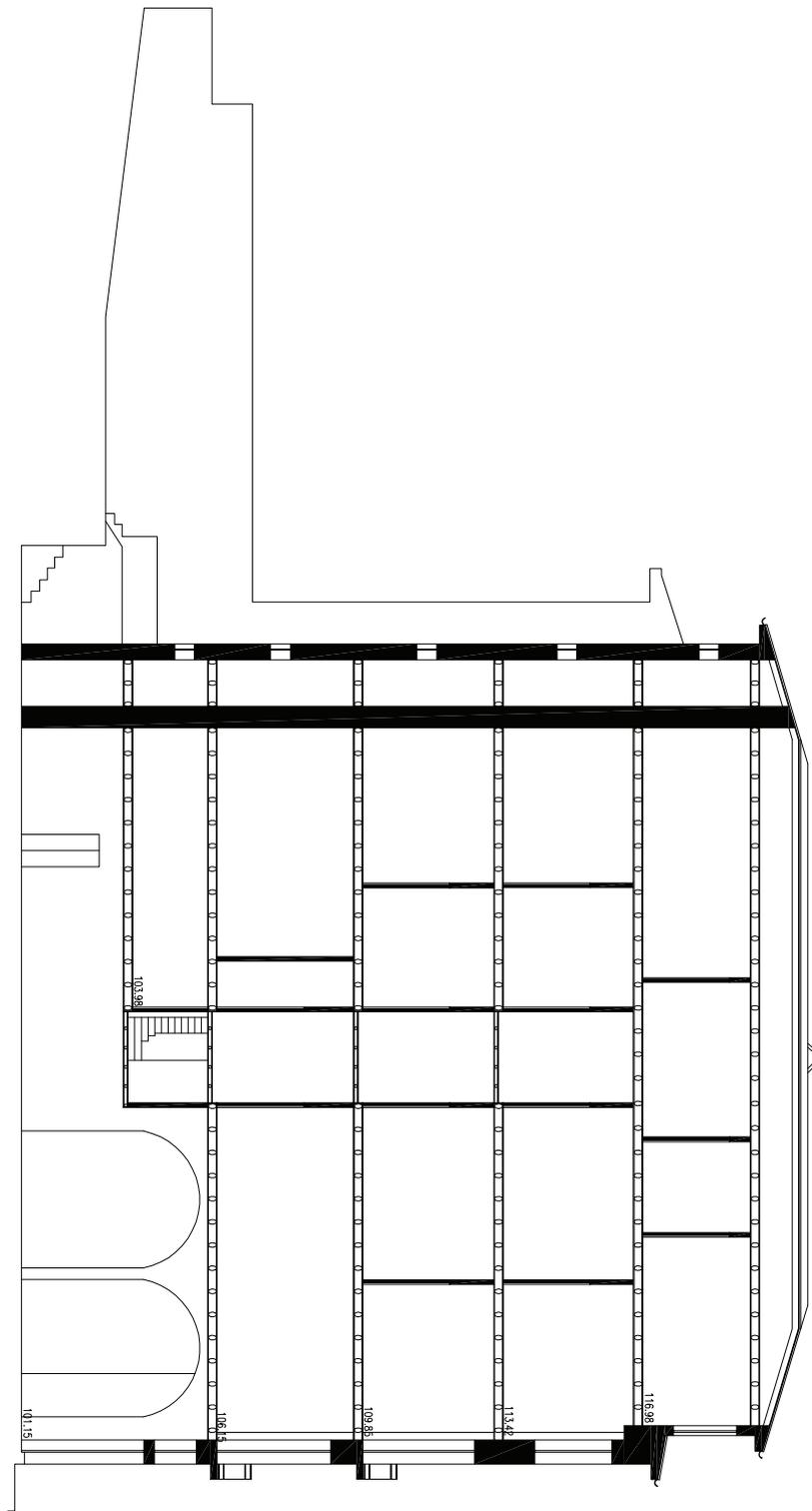
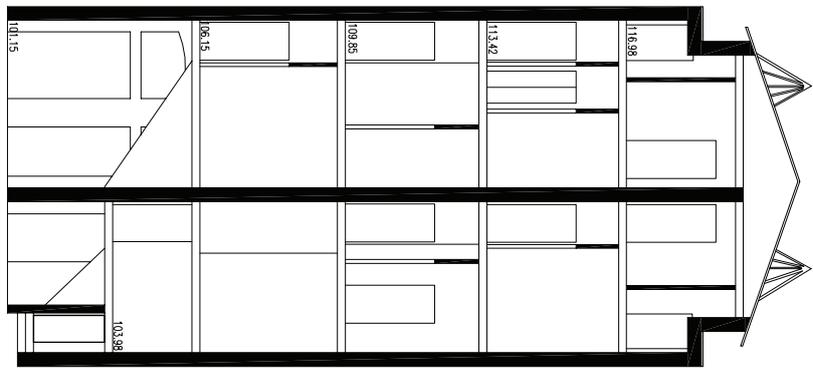
F. Desenhos da construção inicial – o edifício do séc. XVIII/XIX

O Lote n.º255

O edifício que se propõe como objeto de intervenção é compreendido entre os números 255 e 261 e situa-se na Rua do Almada, arruamento nas freguesias de Vitória, Santo Ildefonso e Cedofeita da cidade do Porto. Insere-se numa área da cidade cujo traçado urbano relembra a formação através das expansões da cidade proveniente da Idade Média, podendo identificar-se lotes entre os 3 e os 6 metros. Este lote n.º255 é peculiar nesta questão, pois apresenta-se com 10.5 metros na fachada da rua, tem aproximadamente o dobro de um lote comum. No entanto nas plantas de loteamento encontra-se como apenas uma parcela desta rua, o que também se deduz a partir da sua construção, apresentando-se num edifício apenas com uma cobertura de quatro águas. O seu comprimento de aproximadamente 22 metros, de espaço edificado, corresponde à média praticada na altura da sua construção, sendo o comprimento do logradouro relativo localizado nas traseiras dos edifícios.

A fachada da rua tem uma composição simétrica, comum na cidade, composta por 4 vãos e 5 pisos. São evidentes os traços oitocentistas na sua composição. Traços que pretendo manter semelhantes, tanto os vários tipos de vãos, uns com varanda e outros apenas com janela em guilhotina, como as guardas, os azulejos e os caixilhos, atendendo às tecnologias e vantagens que é possível obter atualmente através de materiais e técnicas contemporâneas. Quanto à fachada traseira, como se encontra bastante danificada, será apenas mantida a parte central, que se encontra intacta, abrindo-se novos vãos na tentativa de captar o máximo de luminosidade natural.

Como já foi referido e podemos observar nas plantas e cortes, este edifício é composto por uma loja/oficina ao nível térreo e duas habitações nos restantes pisos divididas verticalmente. Estas habitações foram projetados segundo os princípios de segregação social praticados na época, tornando-se espaços demasiado compartimentados e com um pé direito generoso, de aproximadamente 3.5 metros, no andar mais alto, e 2.6 metros no mais baixo.

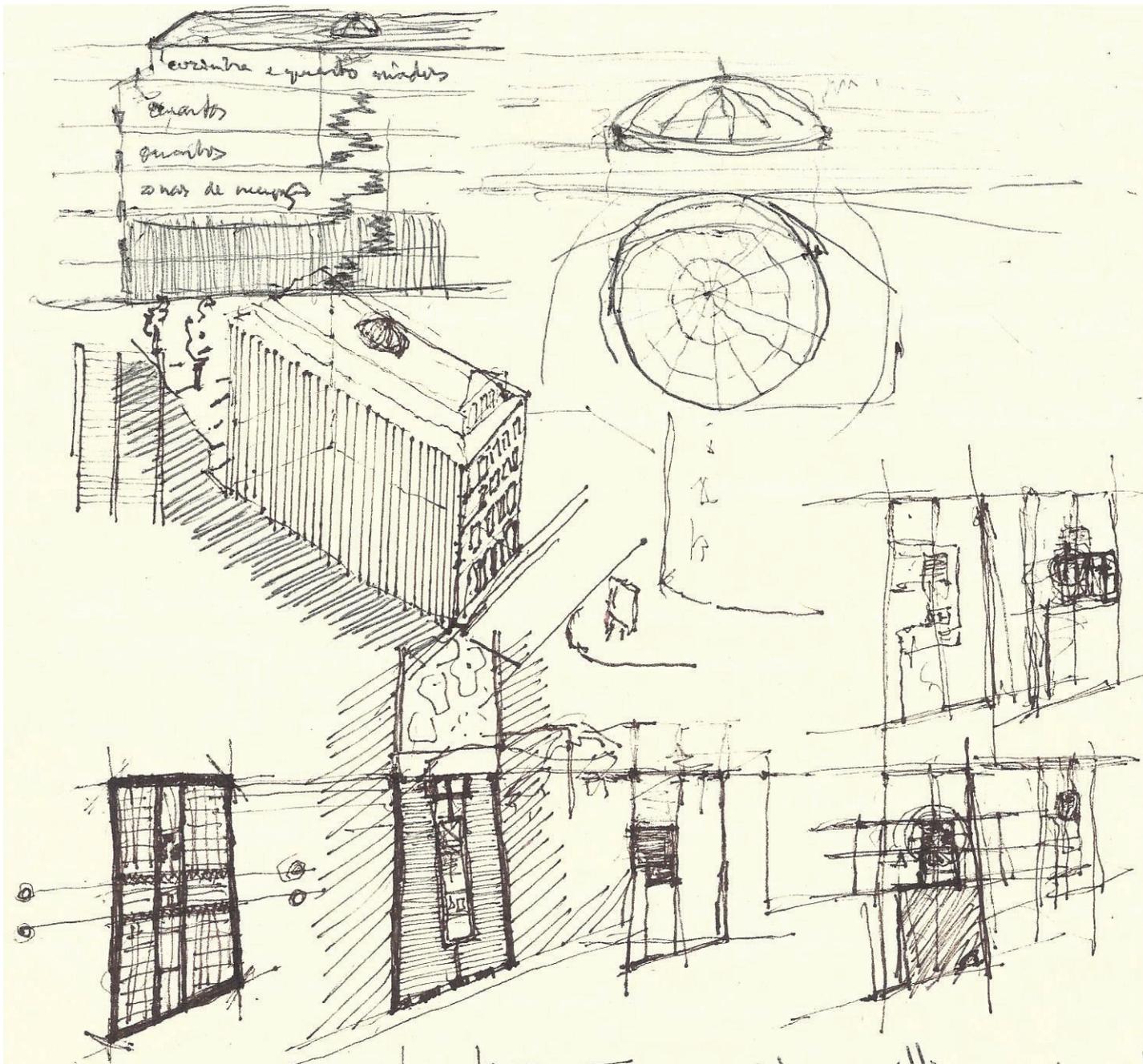


Desenhos da construção inicial: cortes transversal e longitudinal (escala 1:200)

Ao nível do piso térreo, a área é ocupada pelo negócio da família e um corredor privado que liga a rua às habitações, este acesso tem ligação a partir da loja e também do logradouro. Nos cortes do projeto inicial podemos identificar uma área de sobreloja, um espaço com pé direito muito baixo, possivelmente com destino a arrumos. Nos restantes pisos, destinados à habitação, o programa é distribuído segundo uma hierarquia que correspondia ao quotidiano da sociedade do século XVIII e XIX. Assim cada habitação estendia-se pelos quatro pisos superiores, correspondendo o primeiro a zonas de receção e estar, os intermédios destinados aos quartos e alcovas da família e por último a cozinha e zona para criados. Nas traseiras do edifício observam-se dois espaços de pequenas áreas que se pensa terem sido destinados a instalações sanitárias, apenas dispondo uma sanita.

Os pisos são ligados verticalmente por duas caixas de escadas, cada uma servindo uma habitação individualmente, sendo a divisão entre ambas feita na zona da sobreloja e situando-se no centro do edifício iluminadas por dois lanternins na cobertura. Estruturalmente o edifício é composto por 3 elementos principais, as duas fachadas e a parede perpendicular a estas, dividindo as duas habitações, e também por 2 não menos importantes, as paredes contingentes com os edifícios vizinhos. Aparentemente e segundo a análise feita a estas habitações o interior seria maioritariamente em madeira, uma das razões para a inexistência dos mesmos atualmente. Estes três elementos teriam sido construídos com pedra e argamassas, sendo muitas vezes usado o granito na construção das bases das paredes.

Nesta proposta vamos atribuir o programa de loja/oficina no piso térreo e habitação nos pisos superiores, como terá sido décadas atrás, adaptando-se a novas situações e exigências num espaço flexível capaz de suportar novos programas. Não querendo standardizar estas soluções habitacionais, identificam-se estes espaços como vazios que podem ser organizados separadamente pelo habitante, através da opção modular atribuída aos serviços básicos e fundamentais.



Processo: estudo da volumetria e experimentação do espaço doméstico

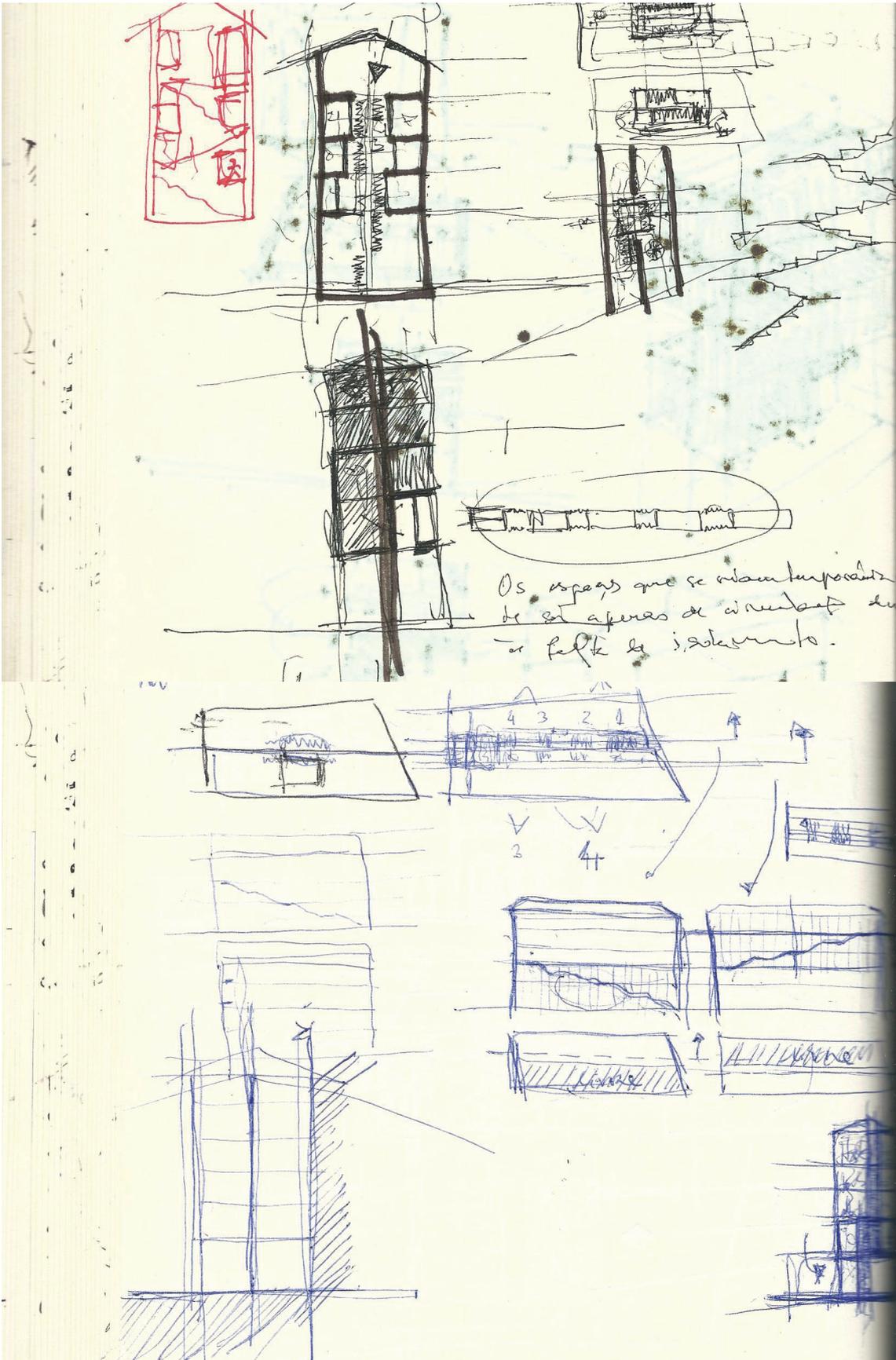
G. O projeto de reabilitação – o edifício para o séc. XXI

Atualmente no centro da cidade do Porto assiste-se, como já foi referido, à ocorrência de vários fenómenos, como a desertificação e o abandono da casa burguesa, alta e esguia, característica da Invicta desde a cidade medieval. Vários hábitos, como o comércio tradicional de rua ou as oficinas de diferentes ofícios caíram em desuso ao longo dos anos, tendo sido completamente absorvidas pelas grandes superfícies comerciais construídas na periferia da cidade. Este abandono por parte dos comerciantes, que habitualmente possuíam as suas residências na parte superior dos estabelecimentos, vendo os seus negócios a não dar rendimento, acabavam por fechar, mudando assim o ambiente e o quotidiano de várias ruas, que uma vez se viram repletas de pessoas nas azafamas das suas vidas, vêm-se hoje como segmentos parados num centro de grande potencialidade urbana.

É assim que surge a vontade de contribuir para este problema, refletindo sobre as vantagens e desvantagens da casa burguesa e percebendo as necessidades e as exigências da sociedade contemporânea, é proposto um projeto de reabilitação que se pretende demonstrar como mais um elemento para a transformação da cidade do Porto, apresentando a relação entre a permanência da tipologia oitocentista com os novos modos e conceitos de habitar do nosso século.

Carregando todos os conceitos e pensamentos abordados anteriormente, explicarei uma solução possível para este edifício burguês, exemplo importante de uma sociedade ativa e dinâmica que foi abandonando o centro da cidade. Deste modo pretende-se criar condições favoráveis ao seu regresso, revitalizando os edifícios, os espaços públicos, o ambiente da rua e mesmo as pessoas no que toca a outras vivências e maneiras de habitar.

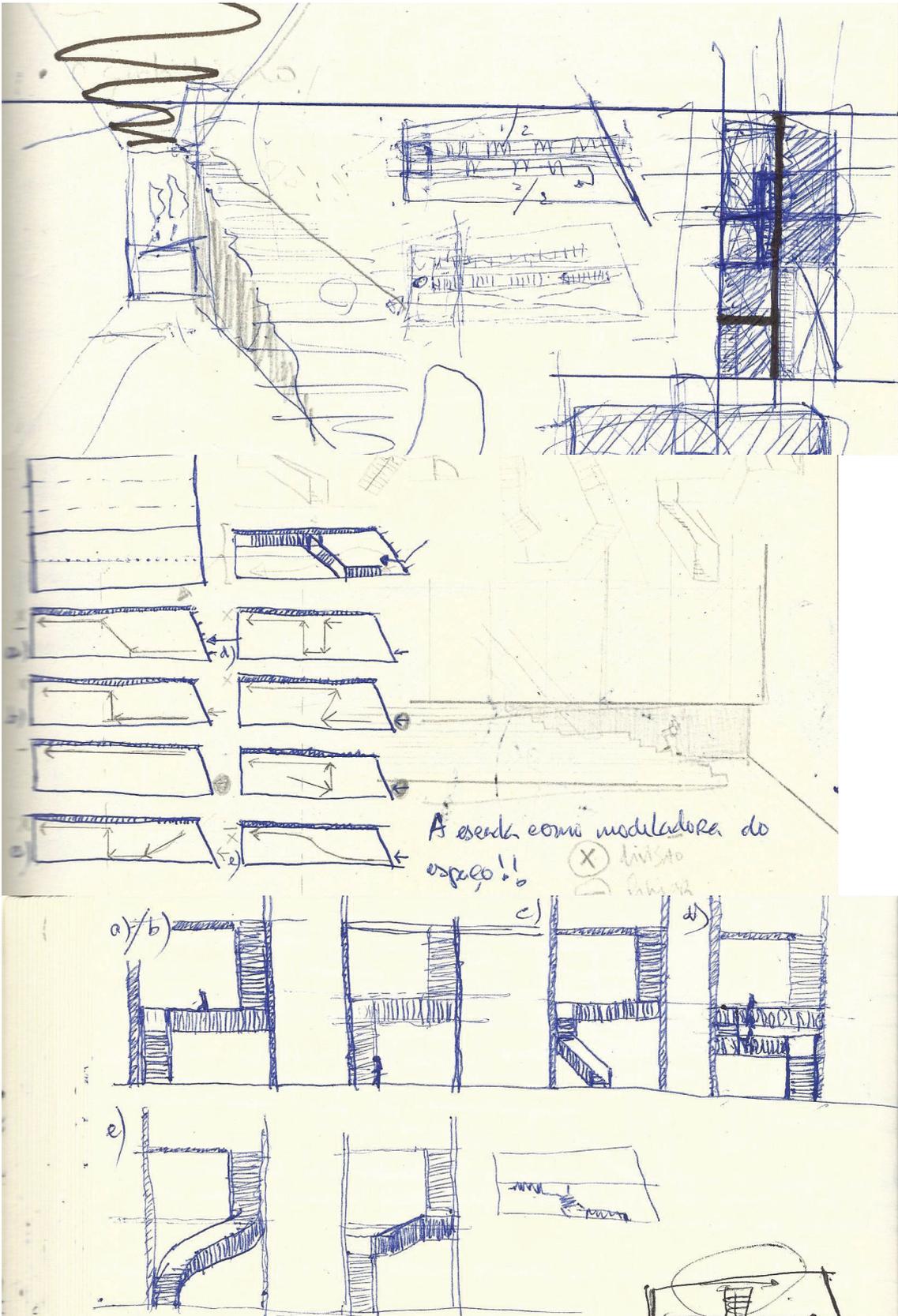
É claro que estes problemas do centro da cidade do Porto são verificáveis em outras cidades no nosso país, como em Coimbra e Lisboa. Neste trabalho optou-se por esta cidade, devido a um gosto pessoal pela Invicta e também por estar familiarizado com a mesma. Estas foram as motivações que levaram à realização deste projeto e deste trabalho.



Processo: relação da escada corrida com os diferentes pisos.

O projeto para o lote n.º255 será apresentado abordando os seguintes tópicos, por a mesma ordem, de maneira a facilitar a leitura e a compreensão do projeto. Assim serão identificados: os elementos estruturais, os dois alçados e a parede perpendicular a estes; a caracterização dos alçados; a divisão programática e as zonas respetivas; divisão público/privado, proveniente da organização programática; identificação e caracterização das escadas na ligação com o lanternim; identificação dos espaços destinados à habitação; e por fim, explicação dos módulos e possíveis disposições.

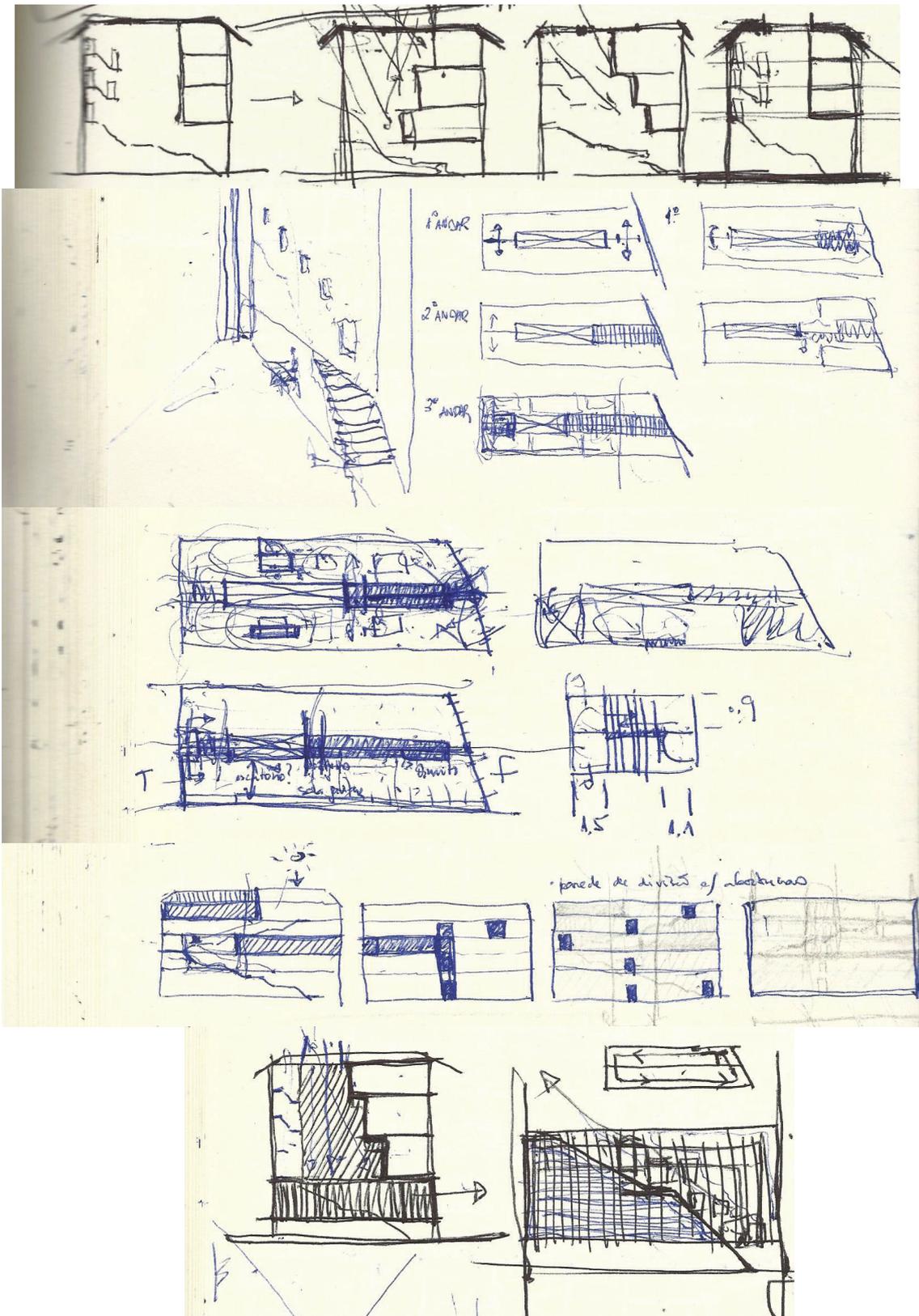
Portanto, a nível estrutural este edifício é suportado principalmente pelas duas fachadas, uma parede perpendicular no meio destas últimas e também pelas paredes contingentes na relação com os dois edifícios dos lados. O objetivo seria recuperar estes elementos, mantendo a fachada da frente, o mesmo número de vãos e as suas dimensões, variando apenas no último piso, o qual tem a fachada alinhada com a dos andares inferiores. As guardas e caixilhos mantêm o desenho inicial, mudando apenas os vãos do piso térreo, são utilizadas portas de vidro e um portão para que haja visibilidade por parte dos utentes da rua para os serviços que o edifício pode dispor. Na fachada traseira foi mantida a parte central, zona de instalações sanitárias na construção inicial, que agora se forma como fachada da caixa de escadas, estando no centro das aberturas novas, que tentam aproveitar o máximo de iluminação natural, tendo em conta a sua exposição solar a poente. Quanto à parede central e perpendicular continuará a manter a divisão vertical entre duas partes semelhantes, no entanto, esta parede apesar de ser uma grande divisória, estabelece uma relação com os acessos verticais e com o lanternim superior possibilitando diferentes relações visuais e luminosas entre os pisos.



Processo: estudo e esquema da escada corrida.

Como já foi mencionado, esta proposta assenta nos conceitos de flexibilidade e adaptabilidade, de modo que o projeto será direcionado para um edifício com espaços que possam adotar diferentes usos. Tendo este pensamento sempre presente, atribuiremos 3 programas distintos para uma construção inicial. Ou seja, uma proposta programática que se caracterizará como mutável num futuro, iniciando a sua vida com três tipos de programas: uma oficina ou loja, no piso térreo a sul, sendo o espaço constituído por dois andares caracterizados por um pé direito duplo na relação com a fachada, onde se localiza a entrada, e uma escada metálica na ligação dos dois pisos. Este espaço tal como as habitações que falaremos a seguir poderá ser completo por módulos que contêm as instalações sanitárias e cozinha. Do lado oposto a este espaço surge, a norte, a entrada do edifício, que dará acesso às habitações nos andares superiores, ou a um espaço amplo caracterizado por um único pé direito duplo. Este local poderá acolher programas efêmeros, como por exemplo exposições associados a um pequeno bar, constituído por os mesmos módulos, um local para um possível segurança do edifício, visto que esta entrada possuiria um carácter semiprivado, e uma escadaria corrida que levará às habitações. Estas últimas situam-se nos últimos três andares, sendo os dois primeiros caracterizados por espaços habitacionais separados fisicamente, enquanto o último piso é desenhado como um espaço mais fluído e de maior área, possibilitando uma duplicação do espaço, o que se deve ao objetivo e tentativa de criar várias possibilidades aos utilizadores.

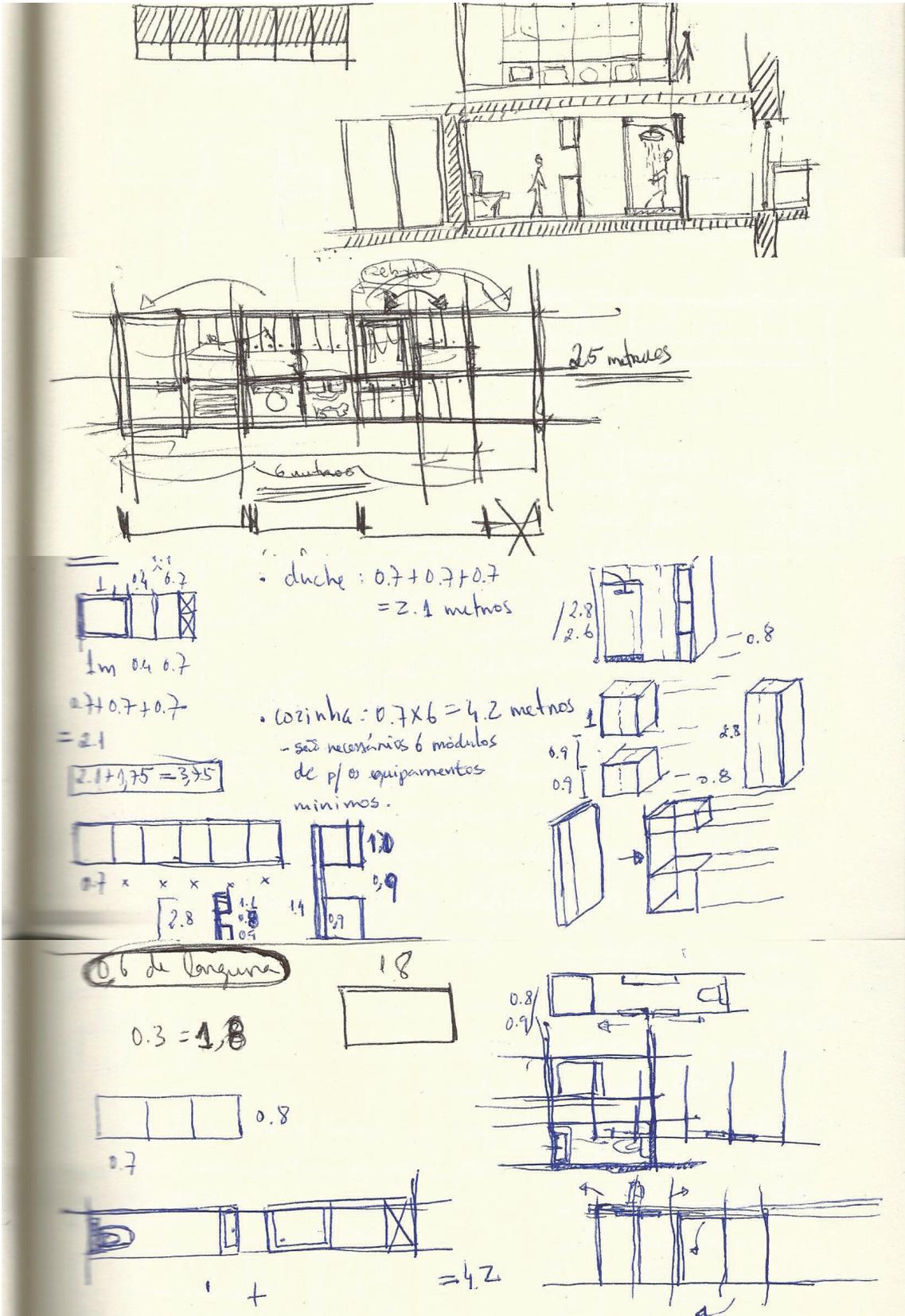
Esta divisão programática leva-nos a identificar os espaços públicos e privados de maneira a perceber como se relacionam e como são feitas as suas divisões. O programa da loja ou oficina proposto para o piso térreo na parte sul, funciona como programa independente em relação ao resto do edifício. Trata-se de um local de trabalho, que pode ser ocupado por pessoas que habitem (ou não) este edifício. Relativamente à entrada, é proposto um espaço semiprivado, um espaço caracterizado por um portão de meia altura, como entrada, que leva a um espaço polivalente servido por um segurança, um pequeno bar e uma zona de estar que liga este espaço, tanto à rua como ao logradouro, este último um espaço verde nas traseiras do edifício.



Processo: relação entre pés-direitos, lanternim, parede estrutural e acessos verticais.

É também nesta entrada que se encontra uma escada corrida desenvolvida em três lances na mesma direção, assistindo-se no final do primeiro lance à privatização através de uma fina parede suspensa e também de um portão, tornando o espaço apenas acessível aos habitantes dos pisos superiores. Esta escada torna-se peculiar pela sua exposição à luz proveniente de um lanternim situado na cobertura iluminando um pé direito correspondente à altura de quatro pisos na parte mais alta, situação semelhante na escada da loja/oficina. É através deste pé direito que se criam relações visuais entre os pisos e ambas as escadas, as situadas na entrada ou as da oficina e a caixa de escadas junto à fachada. Foi atribuída esta característica para abrir o leque de possibilidades quanto aos programas que o edifício pode adotar, fugindo aos espaços compartimentações por paredes fixas e portas. Por fim, os restantes três pisos são privados, quando utilizados como habitação, como também se podem tornar públicos com outros programas. Os vãos das habitações, virados para o pé direito, podem ser constituídos por vidro fosco ou sistemas de cortinas/portadas para aumentar a privacidade dentro da célula habitacional relativamente aos acessos públicos e verticais.

Chegando às habitações encontramos espaços amplos e desprovidos de divisões fixas. Deste modo, foi pensado um pequeno módulo de planta 0.35m por 0.86m, podendo se escolher entre duas alturas, 0.9m para os balcões da cozinha ou 2.8m para as instalações sanitárias e armários. Estes elementos seriam materializados em madeira de traço simples e discreto, pretendendo-se que estes objetos se identifiquem como peças que podem tomar outras posições. Preferencialmente a sua disposição deve ser junto às paredes estruturais de maneira a facilitar o escoamento de águas proveniente destes serviços, como será demonstrado através dos desenhos com diferentes hipóteses de disposição. Do mesmo modo, estes módulos compostos segundo o gosto do utilizador, podem servir os programas do piso térreo, tanto na loja, como na entrada para o bar e zona de estar.



Processo: estudo dos módulos que constituem os serviços.

Assim são apresentados algumas composições possíveis dos módulos tentando otimizar ao máximo o espaço disponível. Para as instalações sanitárias são propostos dois objetos iguais que podem funcionar em conjunto ou separados, um deles com sanitário, lavatório e armário, outro com duche e armário, cada um dos elementos resultado da junção de seis módulos com 2.8m de altura. Para a cozinha, com o objetivo de associar os equipamentos a estes módulos, foi criada uma unidade mínima constituída por dois módulos, capaz de incorporar cada um dos equipamentos. Deste modo são propostas seis unidades mínimas, resultado da junção de 12 módulos, incorporando os equipamentos necessários ao bom funcionamento da vida contemporânea, como o frigorífico, fogão, lavatório, máquina de lavar louça, máquina de lavar e secar roupa, e um armário com uma mesa incorporada. A escolha e disposição destes módulos podem sofrer alterações ao longo do tempo, tendo sempre em atenção a sua localização para o escoamento de águas como foi mencionado e assim possibilitar a criação de condições necessárias para um usuário criar e transformar o espaço de acordo com os programas pretendidos.

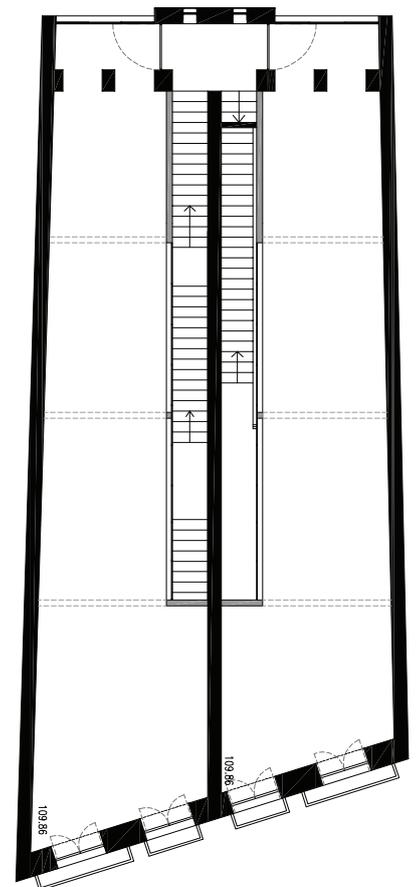
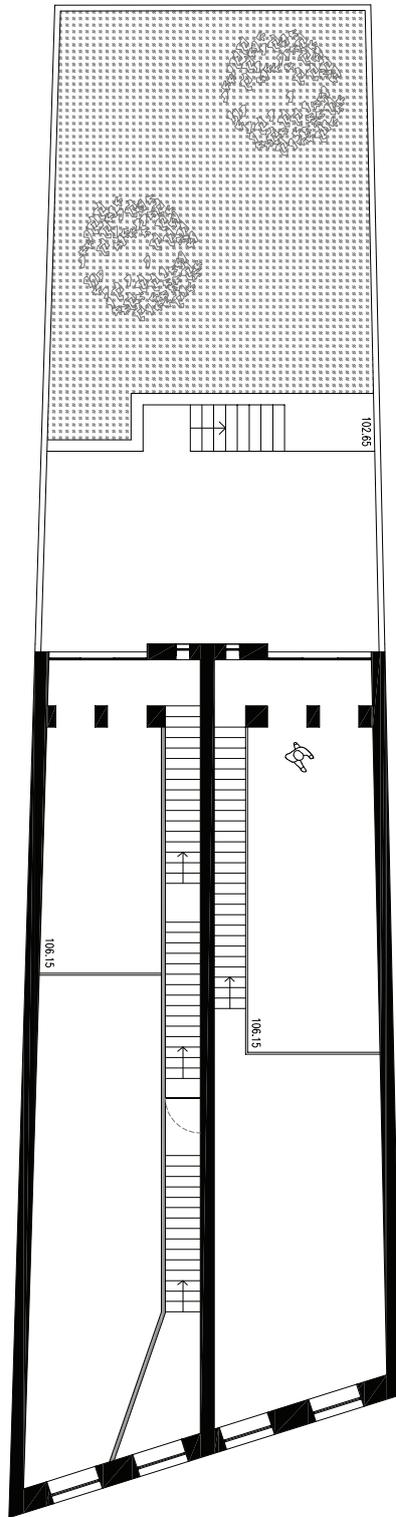
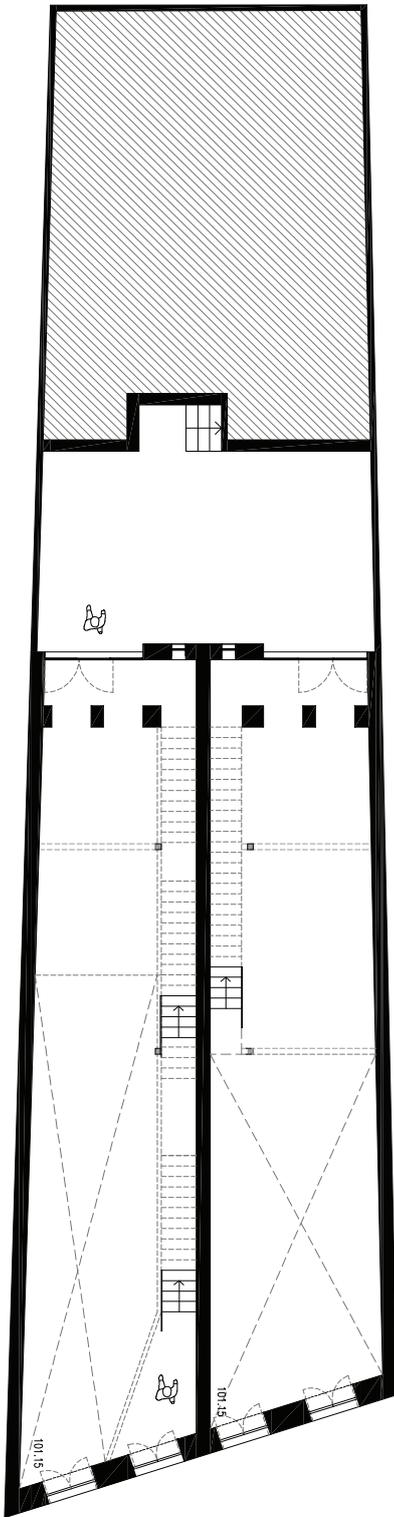
Nos desenhos, assumindo os exemplos que já foram dados e as suas dimensões semelhantes, são identificadas as suas posições, através das sombras coloridas presentes nas plantas, e também as zonas onde é possível a sua aplicação, segundo os princípios defendidos e assim criar diferentes áreas com diferentes funções.

Apresentados os princípios e conceitos abordados na proposta de projeto, podemos identificar o carácter flexível relativamente à mudança da ocupação e adaptável quanto à mudança de uso dos espaços propostos. Na relação com o conceito de flexibilidade, o projeto apresenta a possibilidade do edifício adotar diferentes programas, tanto devido aos seus espaços amplos desprovidos de divisões físicas, como devido às disposições dos dispositivos de circulação e ligações visuais entre estes, as habitações e ambos os programas presentes no piso térreo. Por outro lado, o conceito de adaptabilidade é representado pelos módulos, equipamentos que podem tomar diversas posições dentro dos espaços propostos, proporcionando assim diferentes ocupações segundo a vontade do utilizador. Estas peças poderão estar sempre presente nestes espaços, criando divisões, quando colocadas transversalmente, ou mantendo o espaço contínuo inicial quando colocadas longitudinalmente, como podemos verificar no esquema apresentado.

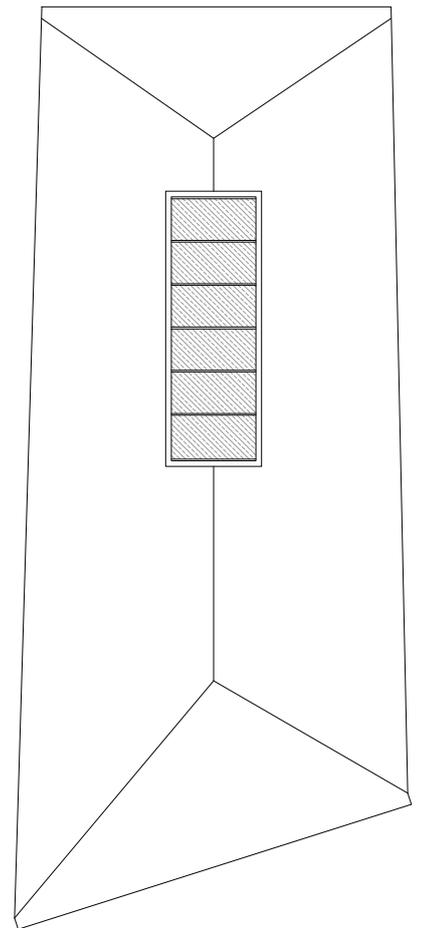
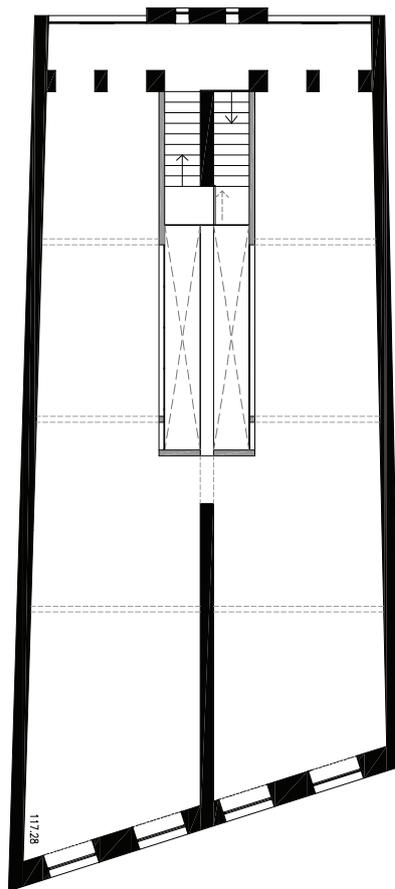
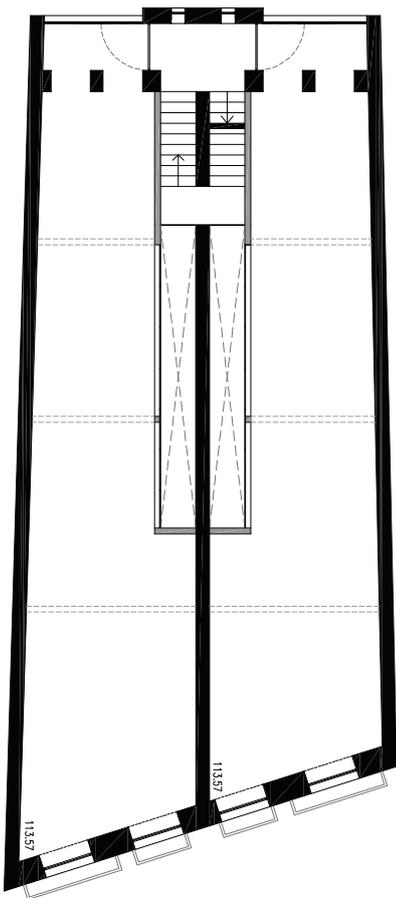
De seguida serão apresentados os desenhos 2D da proposta final, acompanhados por algumas imagens 3D para facilitar a compreensão do projeto.



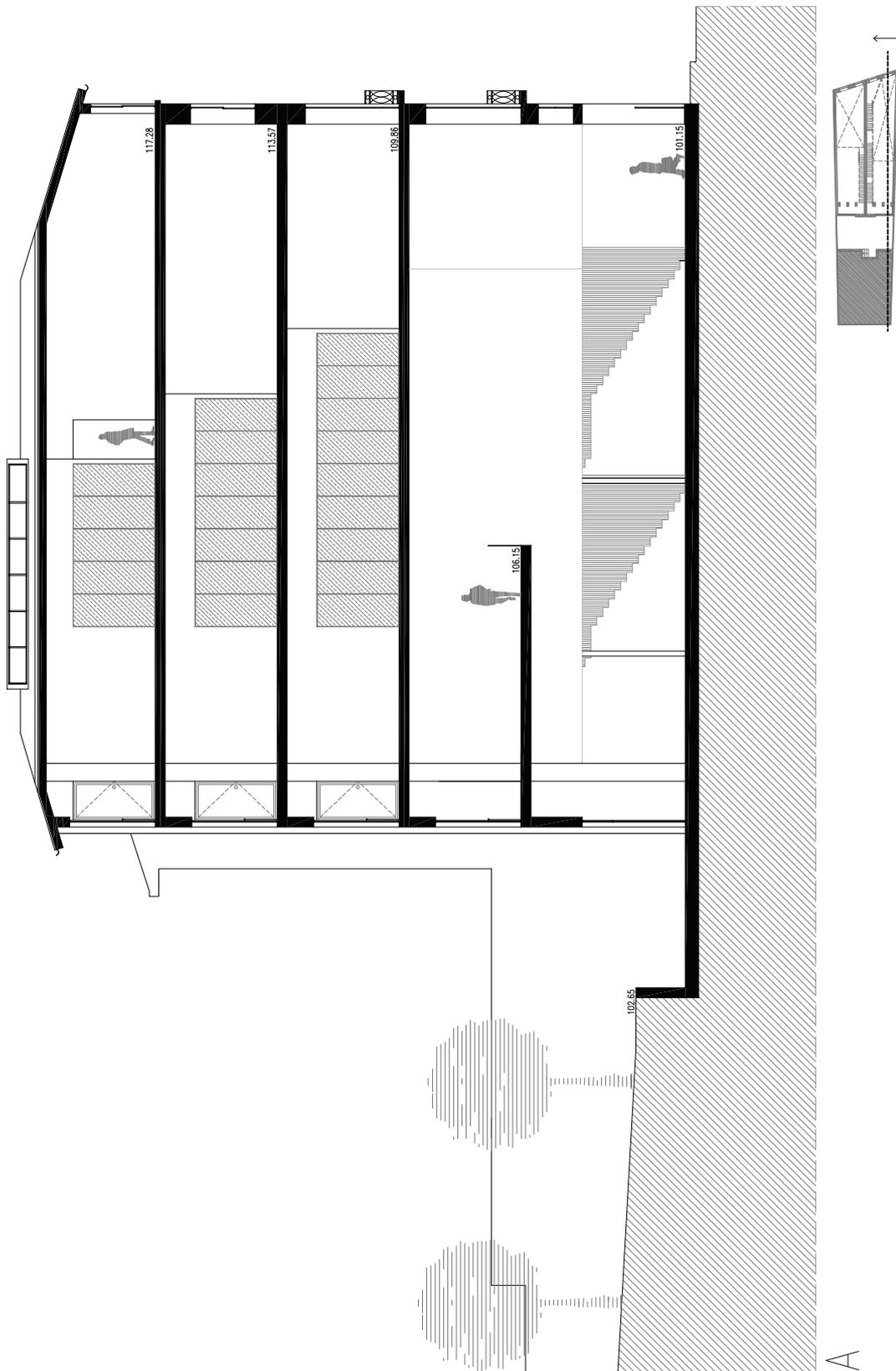
Proposta: Quarteirão, Planta piso térreo (escala 1:1000)



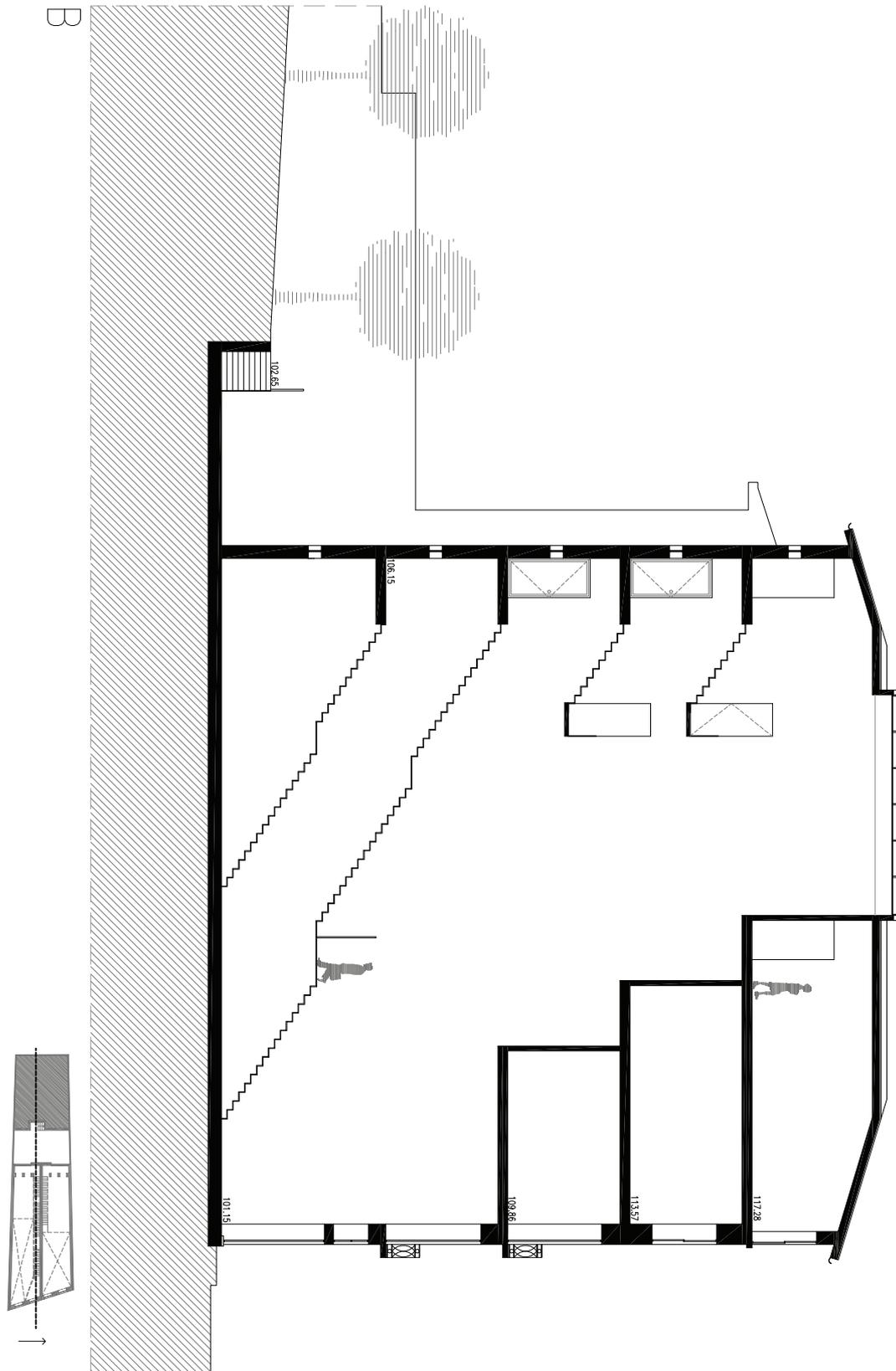
Proposta: Plantas R/c, piso1 e piso2, da esquerda para a direita (escala 1:200)



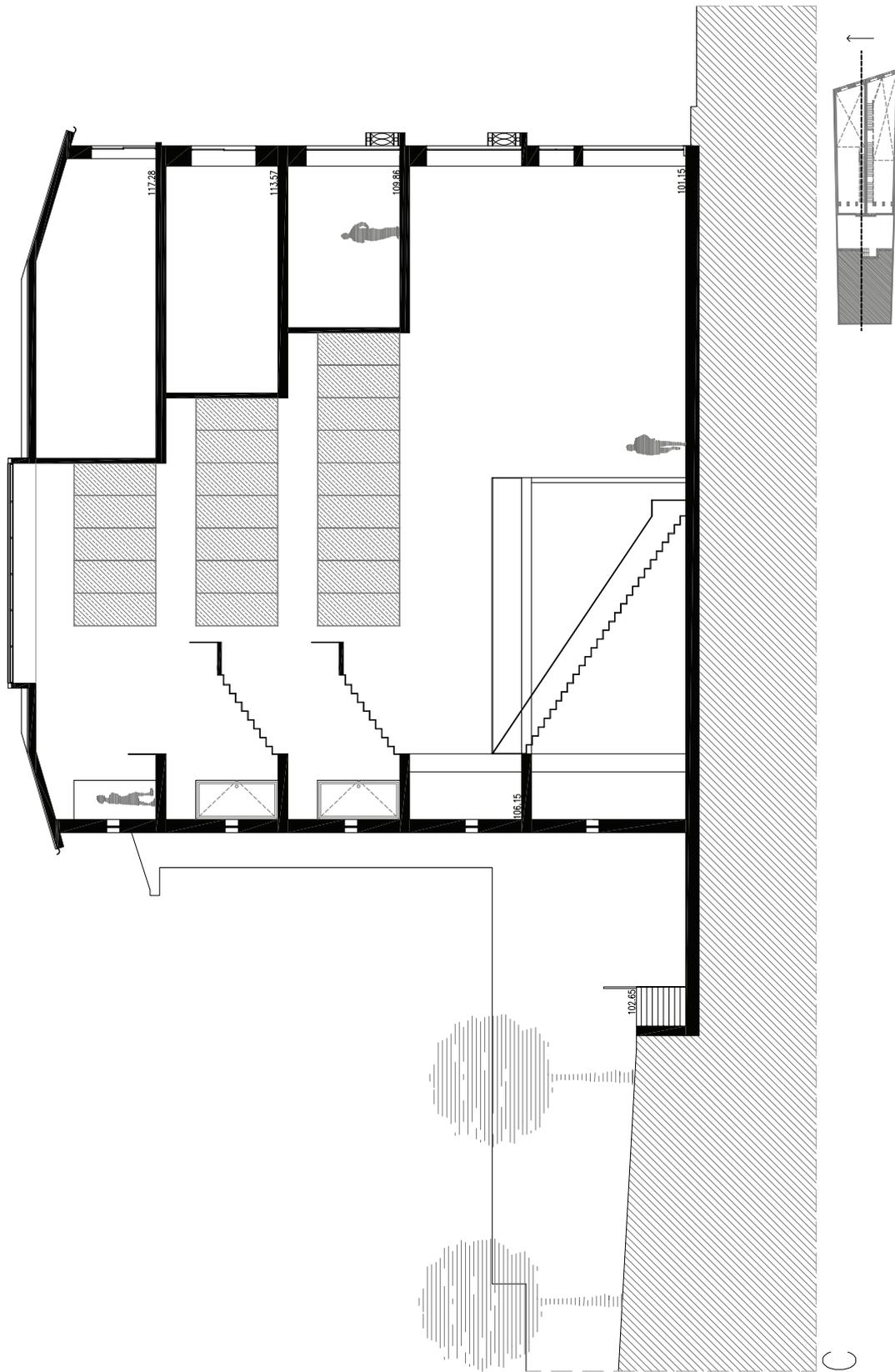
Proposta: Plantas piso3, piso4 e cobertura, da esquerda para a direita (escala 1:200)



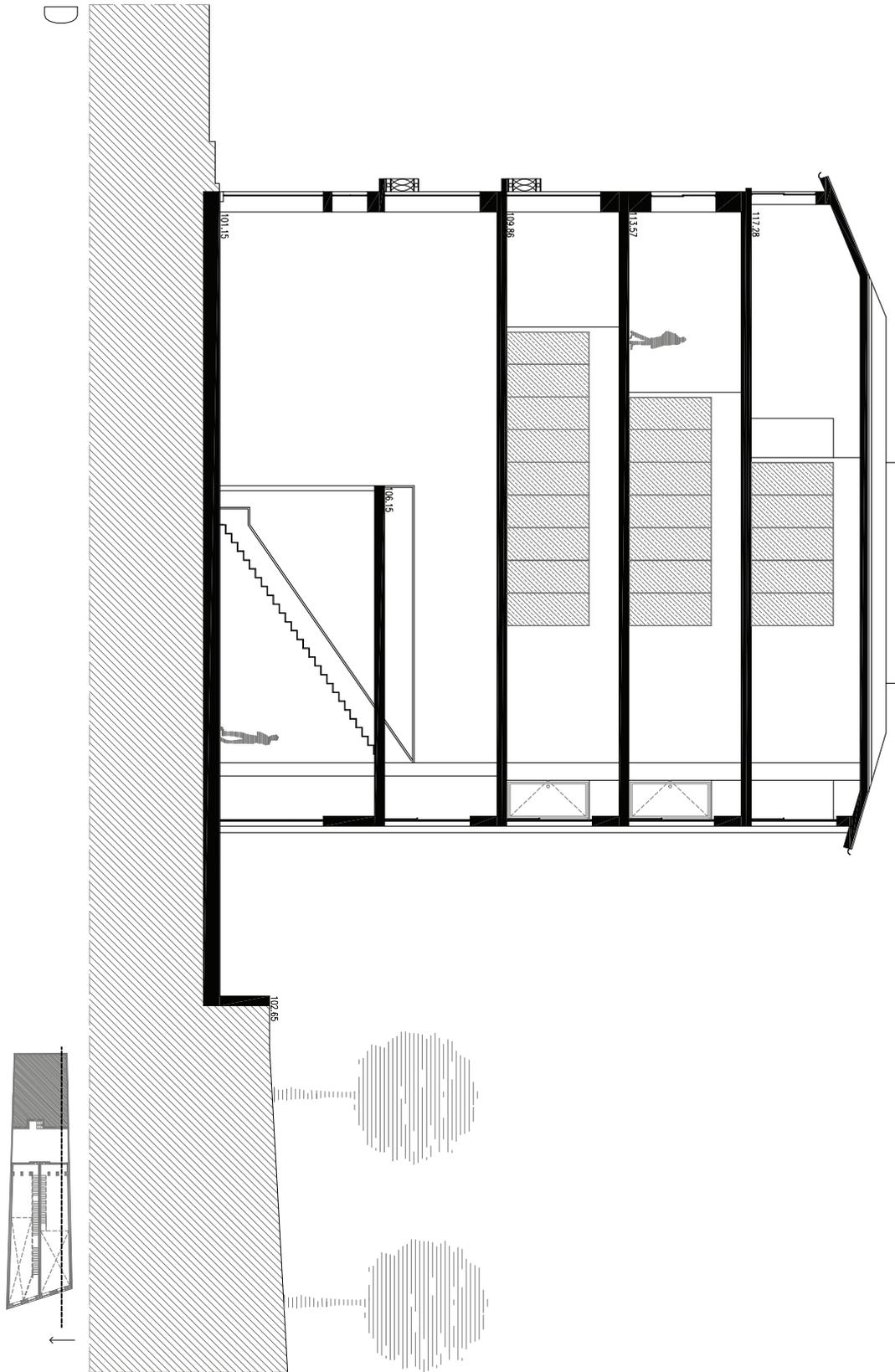
Proposta: corte longitudinal A (escala 1:200)



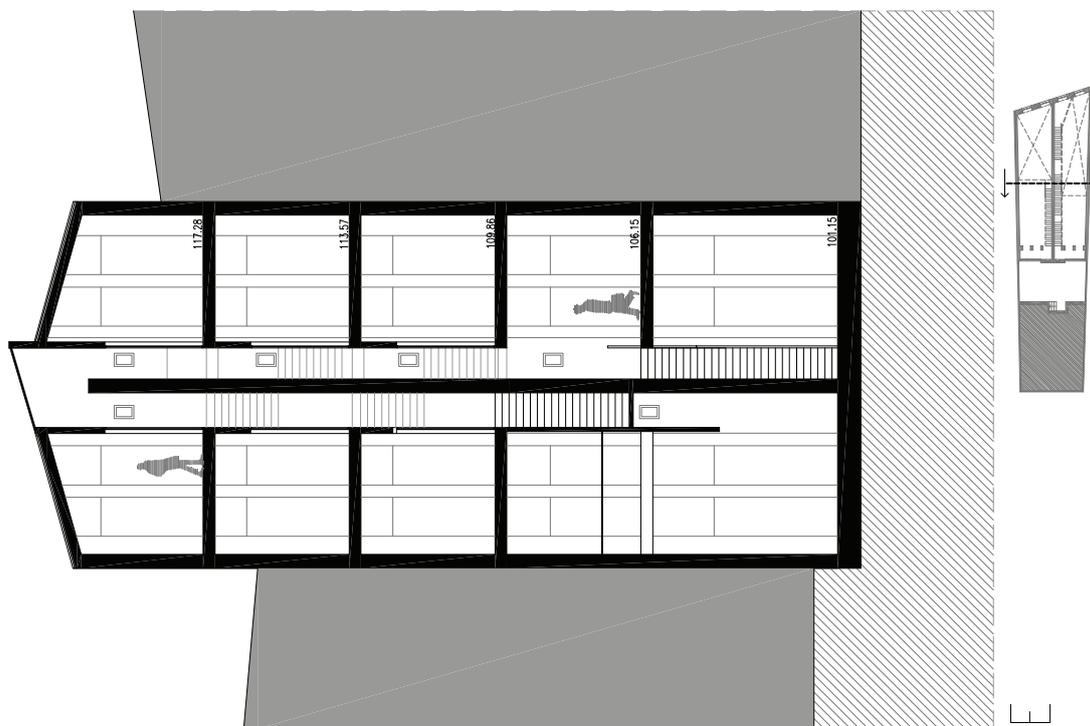
Proposta: corte longitudinal B (escala 1:200)



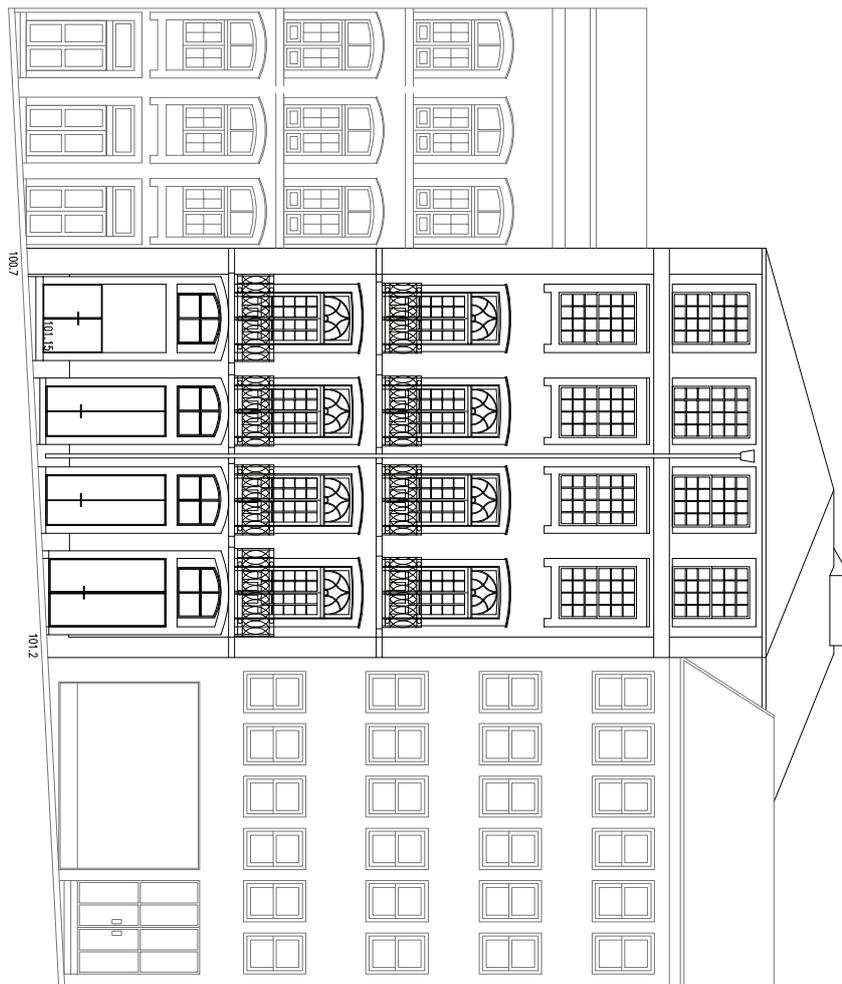
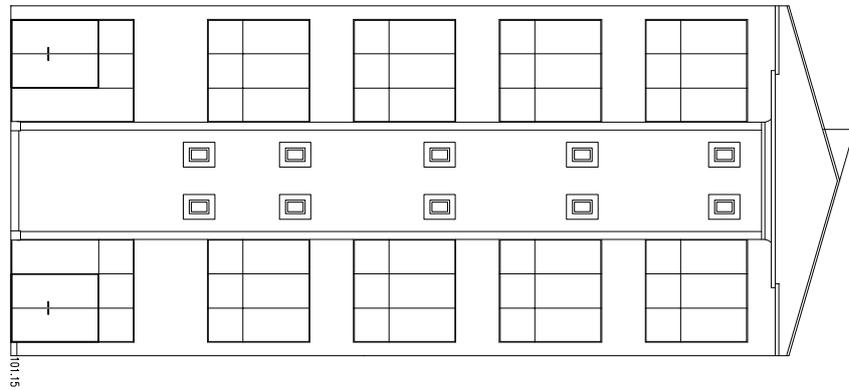
Proposta: corte longitudinal C (escala 1:200)



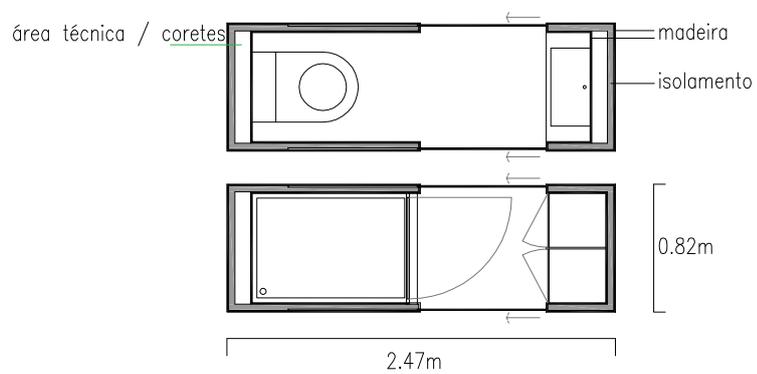
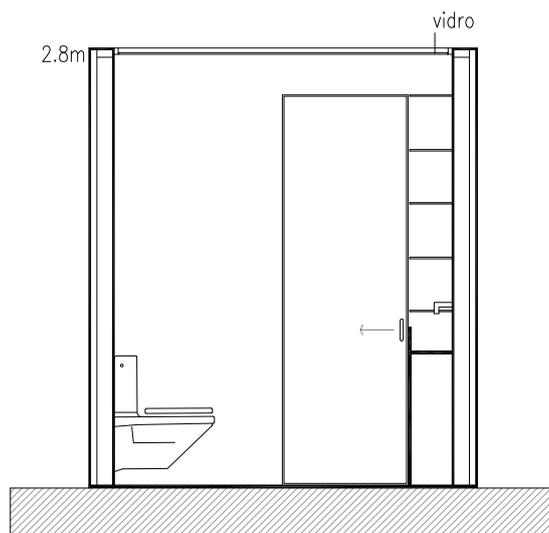
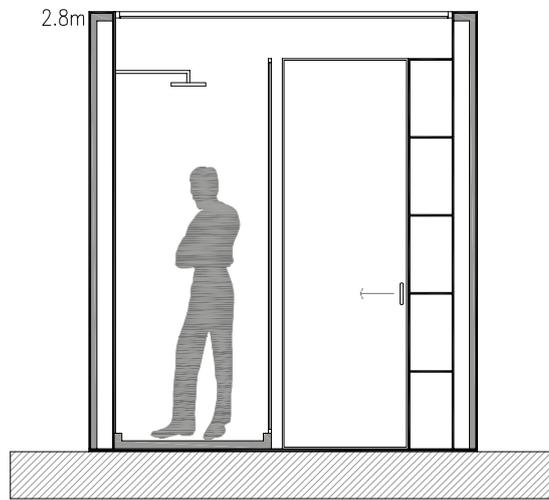
Proposta: corte longitudinal D (escala 1:200)



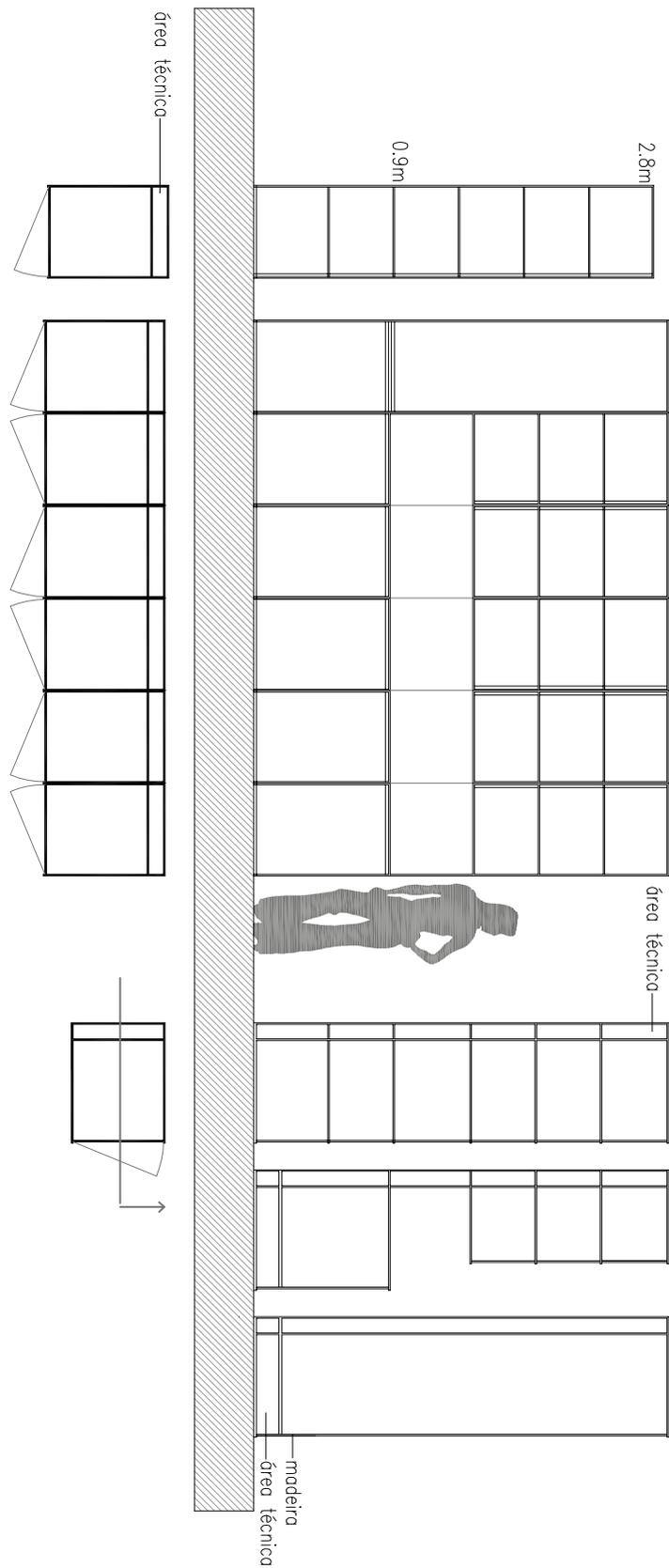
Proposta: corte longitudinal E (escala 1:200)



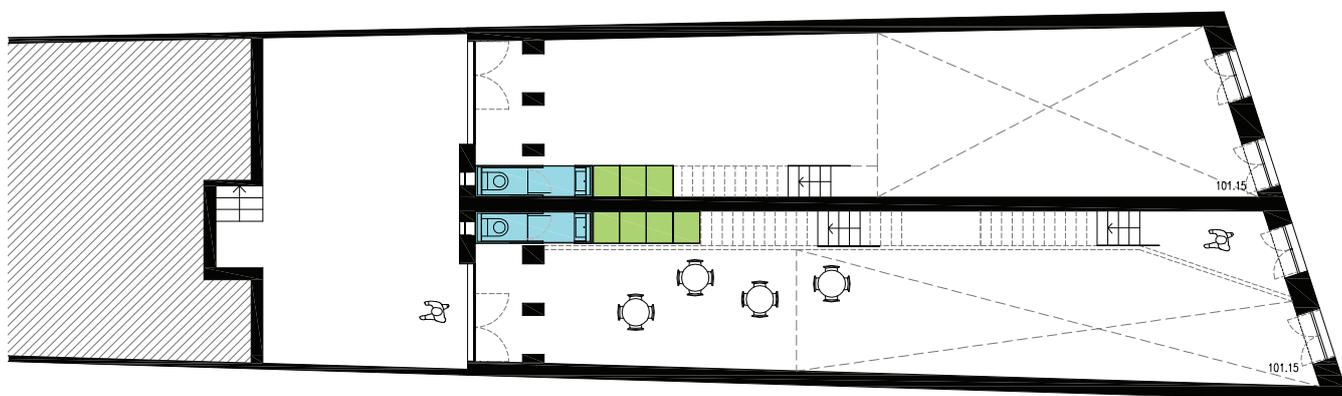
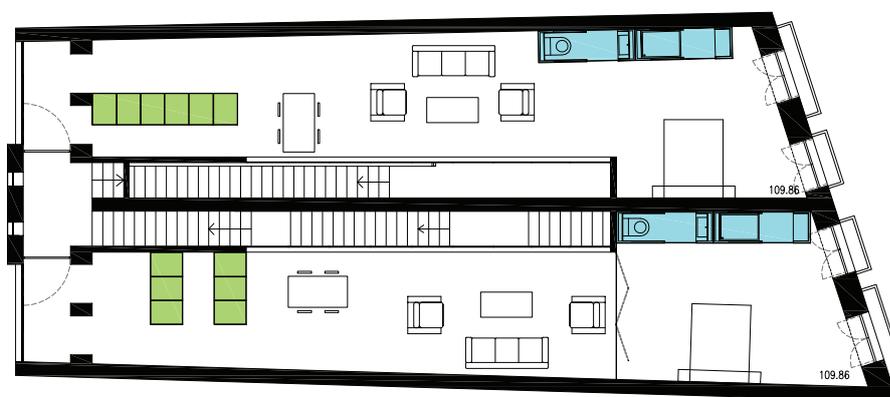
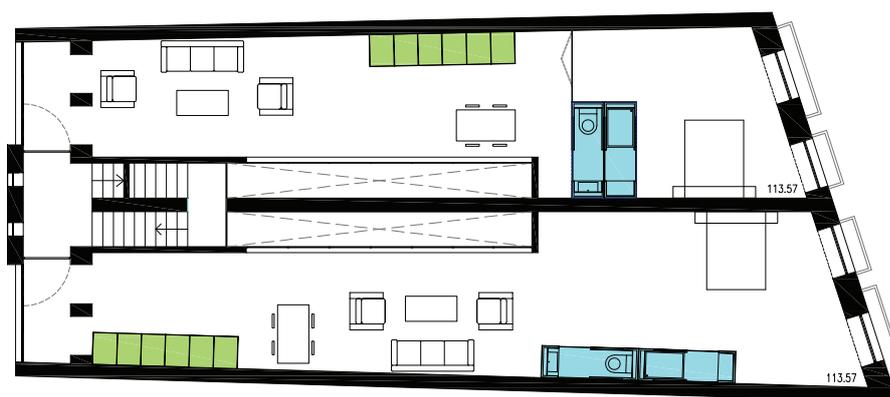
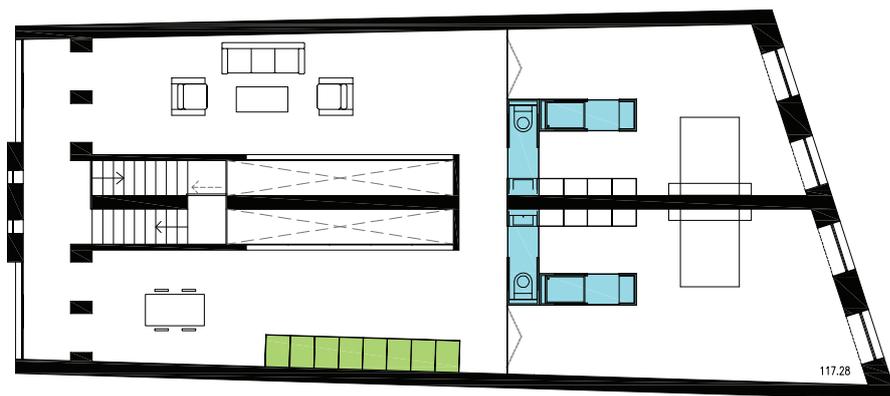
Proposta: Alçados trás (baixo) e frente (cima) (escala 1:200)



Proposta: Módulo Instalações sanitárias (escala 1:50)



Proposta: Módulo Equipamentos cozinha (escala 1:50)



Proposta: exemplo de possíveis disposições dos módulos (escala 1:200)
 I.S. (azul), equipamentos cozinha (verde)



Proposta: Alçados



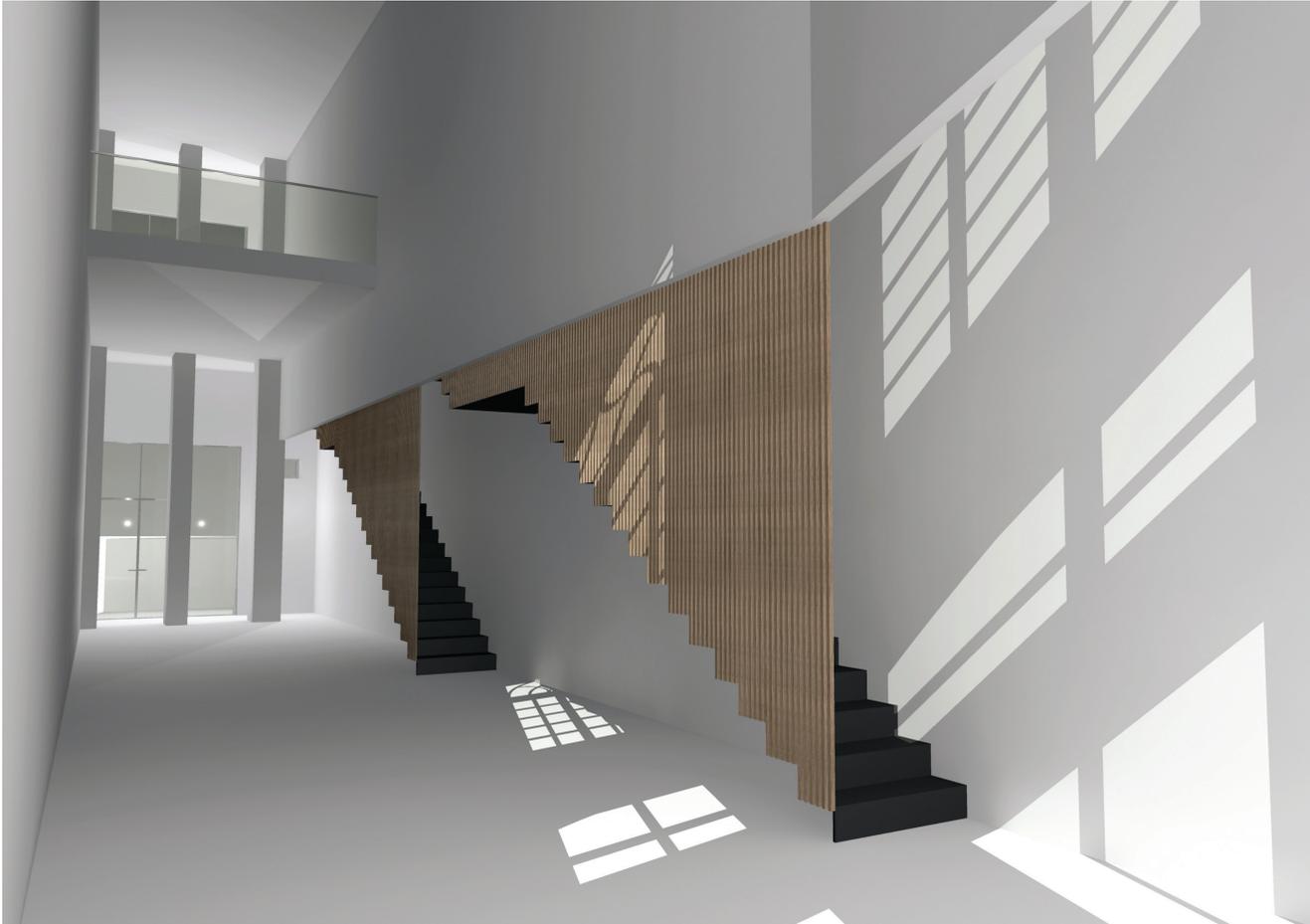
Proposta: Entradas



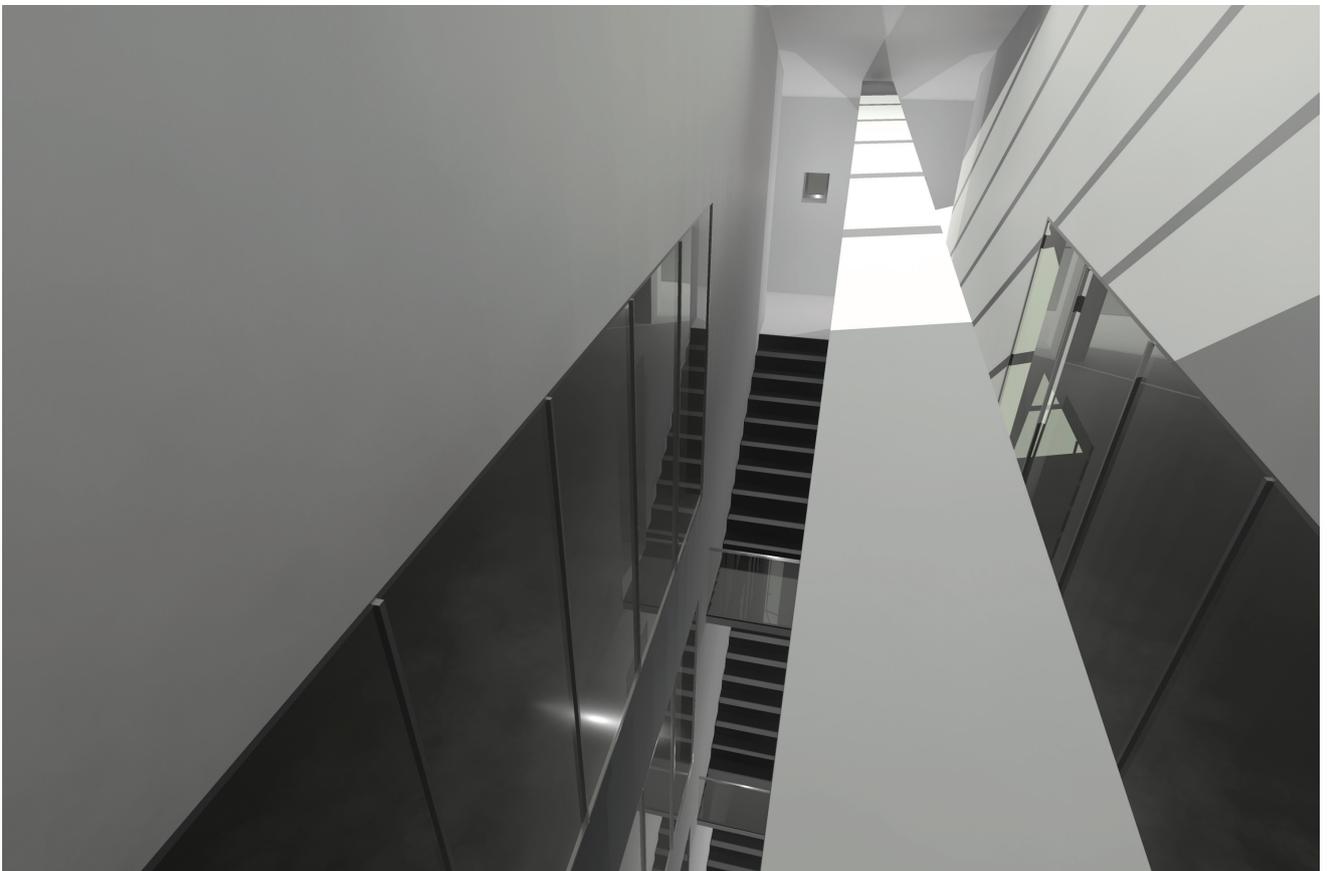
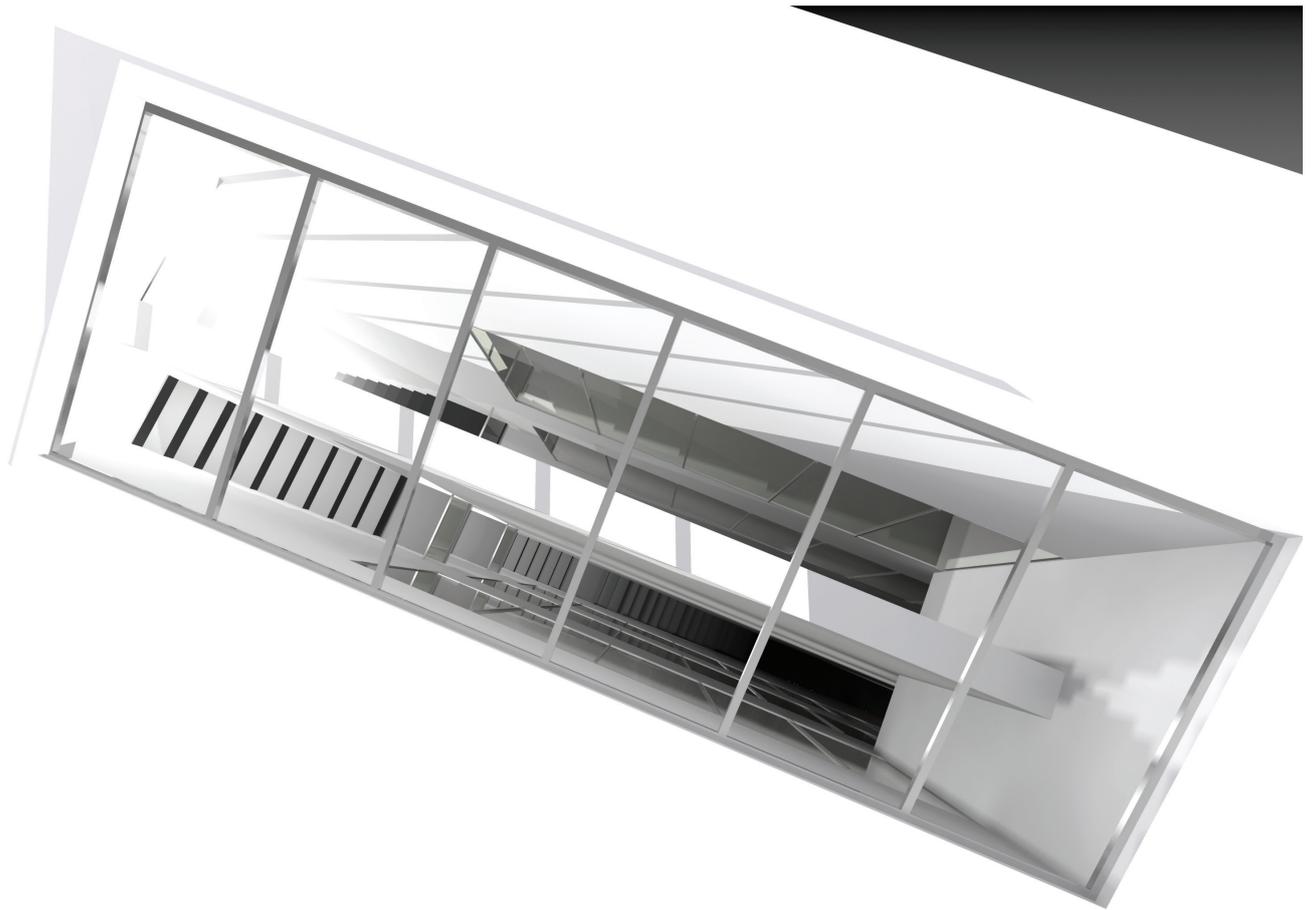
Proposta: Corte longitudinal - com e sem paredes nas escadas



Proposta: Corte longitudinal / Vista sobre a loja (R/c sul)



Proposta: Vistas sobre a entrada que liga às habitações



Proposta: Vistas sobre o lanternim (cima), vista sobre o pé direito e escadas (baixo)

Como última parte deste trabalho e no seguimento do objetivo de apresentar uma proposta como contributo para a cidade do Porto, é apresentado um esquema/montagem, utilizando o quadro tipológico da obra “*Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*” de Francisco Barata Fernandes e também a tipologia proposta no presente estudo.

Observando o esquema elaborado por Francisco Fernandes é possível identificar as tipologias predominantes no Porto do século XVII ao século XX, tal como as suas funções e programas presentes nos diversos pisos.

Deste modo, a proposta de projeto apresentada pode ser um exemplo ou uma hipótese, tal como outros projetos de reabilitação realizados no mesmo sentido, que pode ser associada ao século atual através das suas funções e características.

CONCLUSÃO

“Estas edificações, que se estendem por toda a cidade (...) apresentam uma notável capacidade de adaptação a novos usos, a novos aumentos em altura, a novos aumentos em profundidade ao nível térreo, e inclusivamente à pura substituição parcial de materiais e sistemas construtivos.” (BARATA, 1999, p.146)

Neste trabalho o capítulo III funciona como parte da conclusão. Isto deve-se ao objetivo desta dissertação, a vontade de estudar a permanência da casa burguesa oitocentista, as transformações dos dispositivos e pensamentos da casa unifamiliar burguesa do século XX e os conceitos atuais, que resultaram no projeto proveniente dessa relação. Tentando aproveitar a totalidade das vantagens, tanto do que resta do edifício como das velhas tipologias, é proposto este projeto como contributo para contrariar o fenómeno de desertificação, como motivação a outros projetos no mesmo sentido e como obra científica relativa ao Porto e à casa portuense em diferentes épocas.

Durante a realização deste trabalho percebeu-se que as tipologias de outrora, que construíram a cidade matriz, se adaptam em alguns casos aos dias de hoje. No entanto, a utilização dessas tipologias através de um processo de recuperação requer geralmente a mudança programática dos espaços do século passado. Nota-se uma permanência destas tipologias mas no cumprimento de outro programa, um programa que se adequa à atualidade. Por outro lado, surgem edifícios, como o caso de estudo escolhido, em ruína e completamente devolutos, o que propicia a abordagem de outros conceitos contemporâneos presentes no espaço doméstico, tendo sempre como referência a matriz original das tipologias. O facto de o edifício estar em ruína foi um ponto importante na sua escolha, isto por possibilitar outros pensamentos de projeto, não havendo restrições físicas por parte das velhas tipologias.

Mudam-se os hábitos e as formas de viver, mantendo-se os velhos edifícios medievais e expansionistas que necessitam de uma rápida intervenção para a sua adaptação às exigências da sociedade.

A partir da criação destas tipologias, altas e estreitas, o espaço doméstico daí proveniente sofreu diversas transformações com a casa unifamiliar burguesa do século XX, casas maiores e sem restrição de um lote de pequena área, e também de fontes estrangeiras como por exemplo Le Corbusier e os seus pensamentos modernistas. Deste modo, tentou-se abordar os temas predominantes relativamente à libertação do espaço doméstico e à sua composição ao longo do século passado. A influência de Le Corbusier com a planta livre e a sua característica de adaptação inerente, os vários estudos em “grelha” e “árvore” feito nas plantas dos edifícios, percebendo como se articulavam entre eles e a partir de outros elementos. Elementos como os dispositivos de circulação que se apresentam como peças onde se pode aplicar uma grande criatividade por parte do arquiteto e como membro fundamental ao funcionamento dos edifícios, tanto como elemento estrutural, como elemento de organização espacial no interior das habitações, tomando carácter público ou privado na relação com o programa subjacente. Todos estes temas remetem-nos para a Promenade architecturale, tema também abordado no contexto da continuidade espacial, tentando-se aplicar este princípio a nível de cada habitação, como do espaço percorrível dentro do edifício. Atualmente o espaço contínuo é utilizado na ambição de atingir uma versatilidade programática.

Ao espaço doméstico, utilizando os conceitos de flexibilidade e adaptabilidade, foi dada a possibilidade de se organizar segundo o gosto do utilizador através de módulos, que constituem os serviços básicos de instalações sanitárias, cozinha e a arrumação. Estes elementos podem criar divisões físicas, proporcionando uma compartimentação do espaço, ou então assumirem uma posição longitudinal, criando um espaço contínuo e sem barreiras.

Assim, perante os dias de hoje e as exigências da sociedade e da cidade contemporânea, tentou-se propor um projeto ligado a duas possibilidades: uma primeira, lembrando as antigas tipologias, compartimentada através dos módulos ou panos de madeira amovíveis, sendo as áreas interiores iluminadas pelo lanternim; uma segunda, ligada à promenade architecturale e à continuidade espacial, liberta de divisões, podendo haver mais facilmente uma mudança programática.

A flexibilidade relativa à ocupação e a adaptação relativa ao uso, conceitos atuais que tentaram ser inseridos nesta proposta, resultando em espaços que podem ser ocupados de maneiras diferentes e por programas diversos numa relação com o tempo e o evoluir das necessidades e exigências do utilizador.

Em suma, como já mencionei, as antigas tipologias conseguem funcionar nos dias de hoje assumindo diferentes programas para os seus compartimentos, havendo em alguns casos uma recuperação completa do edifício preservando as características que sobreviveram até à reabilitação. Em outros casos, como o caso de estudo, os edifícios encontram-se em ruína, procedendo-se a uma intervenção intensiva, configurando livremente o interior tendo como referências a fachada da rua e o centro da fachada traseira neste caso específico.

As alterações que criaram os pensamentos e conceitos de continuidade espacial, racionalização do espaço e flexibilidade levaram à planta livre e à promenade architecturale, conceitos empregues neste projeto. Temas que se revelaram pertinentes perante as necessidades atuais e as mudanças repentinas das exigências feitas pela sociedade. A partir da proposta conclui-se que o edificado mais antigo da cidade do Porto, que constitui o centro da cidade, assume uma permanência ou versatilidade importantes quanto à revitalização do tecido urbano. Percebeu-se que estes edifícios estreitos, altos e compridos, através de algumas técnicas de projeto e construção, são capazes de responder às necessidades da nossa sociedade, afirmando que estes conseguem recuperar toda a vivacidade que outrora os caracterizava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

- ALVES, J. J. B. Ferreira. (1988). *O Porto na época dos Almadás*. Porto, C.M.P.
- C.M.P. e Porto Vivo, SRU. (2010). *Plano de gestão: Centro histórico do Porto património mundial*. Porto, C.M.P. e Porto Vivo, SRU.
- C.M.P. (1993). *Porto a Património mundial*. Porto, C.M.P.
- C.M.P. (1999). *Grupo de trabalho do programa especial de realojamento e da renovação urbana, Habitação social no Porto*. Porto, C.M.P.
- COSTA, Alexandre Alves. (2007). *Textos Datados*. Coimbra, Edarq.
- DIAS, Manuel; PREGITZER, André. (1999). *Porto – Património cultural da humanidade*. Porto, Audiovisuais Ilídio Inácio.
- FERNANDES, Francisco Barata. (1999). *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*. Porto, FAUP publicações.
- FERRÃO, Bernardo José. (1989). *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás 1758/1813*. Porto, FAUP publicações.
- GRANDE, Nuno. (2001). *Porto 2001, Regresso à baixa: consulta para a elaboração do programa de requalificação da baixa portuense*. Porto, FAUP publicações.
- MATOS, Fátima Loureiro. (2007). *Reabilitação urbana da baixa portuense: qualidade habitacional*. II série, volume I, pp. 33-54. Porto, revista da faculdade de letras.
- MOTA, Nelson. (2009). *Arquitetura do quotidiano: privado e público no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX*. Coimbra, Edarq.

- NONNEL, Annie Gunther. (2002). *Porto 1763/1852, a construção da cidade entre o despotismo e liberalismo*. Porto, FAUP publicações.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. (2003). *Casa urbana em arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa, Dom quixote.
- RAMOS, Luís A. De Oliveira. (1995). *História do Porto*. Porto, Porto Editora.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia. (2004). *A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Porto, FAUP publicações.
- ZEVI, Bruno. (2002). *Saber ver a arquitetura*. São Paulo, Martins Fontes.

Artigos:

- TEIXEIRA, Joaquim; PÓVOAS Rui, (2009). *Tificações das alterações correntemente introduzidas no sistema construtivo das casas antigas do porto*. Porto, FAUP publicações – artigo em conferência nacional.
- VALE, Clara Pimenta do; ALMEIDA, Vitor Abrantes. (2012). *Entre a tradição construtiva e modernidade arquitectónica: caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do séc. XX*. Porto, FAUP publicações – artigo em conferência internacional.

Sites:

- ADRIÃO, João. (2001). *A Casa Ideal*. Lisboa. Texto 4. Retrieved 31 Janeiro 2001, from http://www.joseadriao.com/paginas/p00_04.htm.
- VILLAS-BOAS, Cristina. (2009). *Jornal de Noticias. Reabilitação da Baixa do Porto: Faltam incentivos ao pequeno investidor*. Retrieved 21 Setembro 2009, from http://jpn.c2com.up.pt/2009/07/21/reabilitacao_da_baixa_do_porto_faltam_incentivos_ao_pequeno_investidor.html.

Dissertações:

- CASTRO, Maria de Fátima Morais de Aguiar e. (2008). *Reabitar no Porto*. Prova final de licenciatura. Porto, FAUP publicações.
- DA SILVA, Sérgio Veloso. (2008). *Flexibilidade como experimentação no habitar contemporâneo*. Porto, FAUP publicações.
- DOS REIS, José Miguel Teixeira. (2011). *Regulamentação Vs. Reabilitação: Aplicação à casa burguesa do Porto*. Dissertação de mestrado integrado. Porto, FAUP publicações.
- FERNANDES, José Miguel Coelho. (2009). *Reabilitação urbana: Reabilitação do edificado no centro do Porto e sua viabilidade*. Prova final licenciatura. Porto, FAUP publicações.
- MEIRELES, Henrique. (2006). *Identidade e Metamorfose: Transformações da imagem da casa burguesa do Porto*. Prova final de licenciatura. Porto, FAUP publicações.
- PEREIRA, Rita Alexandra Sarmento. (2007). *Vazios Urbanos: Uma Proposta de Reabilitação de um Edifício do século XIX no centro histórico do Porto para um centro de abrigo*. Prova final de licenciatura. Porto, FAUP publicações.
- PONTES, João Edgar Carvalho da Silva. (2009). *Tardoz: Projecto, construção e vivência da fachada posterior da casa burguesa portuense*. Prova final de licenciatura. Porto, FAUP publicações.
- RIBEIRO, Margarida Botelho. (2012). *Projectar para presente e futuro*. Dissertação de mestrado integrado. Porto, FAUP publicações.
- ROMÃO, Silvia. (2013). *Le Corbusier num Portugal Moderno, Os Cinco Pontos nas obras de Viana de Lima, Celestino de Castro, João Andresen e Fernando Távora*. Coimbra, Darq
- SANTOS, Bárto. (2007). *(Re) Habitar a casa urbana do Porto*. Prova final licenciatura. Porto, FAUP publicações.

- SILVA, Tiago Almeida Alves. (2011). *O conceito da flexibilidade na arquitectura. Dissertação de mestrado integrado*. Covilhã, Universidade da Beira Interior.

- SILVA, Sérgio Veloso. (2008). *Flexibilidade como experimentação no habitar contemporâneo*. Prova final licenciatura. Porto, FAUP publicações.

FONTES DE IMAGENS

Página 17: FERRÃO, Bernardo José. (1989). Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás 1758/1813. P.161

Página 19: FERRÃO, Bernardo José. (1989). Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás 1758/1813. P.209

Página 21: Cima: FERRÃO, Bernardo José. (1989). Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás 1758/1813. P.190

Baixo: <http://portoarc.blogspot.pt/2012/09/bairros-da-cidade-ix.html>

Página 23: Arquivo histórico do Porto, Casa do Infante.

Página 25: FERRÃO, Bernardo José. (1989). Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás 1758/1813. P.216

Página 27: Desenho de autor.

Página 29: Fotografia de autor.

Página 31: Cima: http://visitaopassado.blogspot.pt/2005_11_01_archive.html

Baixo: http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2010_07_01_archive.html

Página 33: Cima: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Planta_da_cidade_do_Porto_1865_Perry_Vidal.jpg

Baixo: http://lh4.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/S1j7J5OZrI/AAAAAAAAABJ0/EZ74u-FqUcfY/s1600-h/pc5%5B3%5D.jpg

Página 37: FERNANDES, Francisco Barata. (1999). Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade.

Página 39: http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2013_05_01_archive.html

Página 41: Arquivo Geral do Porto

Página 43: Arquivo Geral do Porto

Página 47: Fotografia de autor

Página 49: MOTA, Nelson. (2009). Arquitectura do quotidiano: privado e público no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Cima: p.142, Baixo: p.205

Página 51: MOTA, Nelson. (2009). Arquitectura do quotidiano: privado e público no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Cima: p.176, Baixo: p.159

Página 59: http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/05/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos_20.html

Página 61: http://www.portovivosru.pt/sub_menu_5_2_3_11.php

Página 63: Fotografias de autor

Página 87: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/182/edson-mahfuz-fala-sobre-processos-sistematicos-no-projeto-134779-1.aspx>

Página 89: RAMOS, Rui Jorge Garcia. (2004). A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX. p. 437, p.500

Página 93: Cima: RAMOS, Rui Jorge Garcia. (2004). A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX. p. 602

Baixo: <http://antoniolopezproyectosii.blogspot.pt/2012/10/referencia-e2.html>

Página 95: Cima: http://www.archweb.it/dwg/arch_arredi_famosi/Le_corbusier/Maison_Citrohan_1920/maison_citrohan_1920.htm

Baixo: http://www.archweb.it/dwg/arch_arredi_famosi/le_corbusier/Casa_Citrohan/Casa_Citrohan_1922.htm

Página 97: MOTA, Nelson. (2009). Arquitectura do quotidiano: privado e público no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Cima: p.142, Baixo: p.205

Página 99: RAMOS, Rui Jorge Garcia. (2004). A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX. p. 486, p. 699, p.457

Página 101: RAMOS, Rui Jorge Garcia. (2004). A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX. p. 449

Página 103: RAMOS, Rui Jorge Garcia. (2004). A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX. p. 329, p. 209, p. 212

Página 107: <http://thaistsouza.wordpress.com/2013/06/29/conjunto-habitacional-nemausus/>

Página 109: <http://cbmbarchireve.blogspot.pt/2012/11/house-of-future.html>

Página 117: <http://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=25>

Página 119: <http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza>

Página: 121: <http://proxemica1punto2.blogspot.pt/2013/03/casa-en-azeitao-aires-mateus.html>

Página 123: Desenhos de autor
Página 125: Desenhos de autor
Página 127: Desenhos de autor
Página 129: Desenhos de autor
Página 131: Desenhos de autor
Página 133: Desenhos de autor
Página 135: Desenhos de autor
Página 137: Desenhos de autor
Página 139: Desenhos de autor
Página 141: Desenhos de autor
Página 142: Desenhos de autor
Página 143: Desenhos de autor
Página 144: Desenhos de autor
Página 145: Desenhos de autor
Página 146: Desenhos de autor
Página 147: Desenhos de autor
Página 148: Desenhos de autor
Página 149: Desenhos de autor
Página 150: Desenhos de autor
Página 151: Desenhos de autor
Página 152: Desenhos de autor
Página 153: Desenhos de autor
Página 154: Desenhos de autor
Página 155: Desenhos de autor
Página 156: Desenhos de autor
Página 157: Desenhos de autor
Página 158: Desenhos de autor
Página 159: FERNANDES, Francisco Barata. (1999). Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade. / Desenhos de autor.

